

**Universidade Federal de Alagoas**  
**Sub-Programa – Área de Concentração: Desenvolvimento Sustentável**  
**Programa Regional de Pós – Graduação em Desenvolvimento e Meio**  
**Ambiente**



**PRODEMA**

---

**JANAINA NOVAES SOBRINHO**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL NA MICRORREGIÃO DE IRECÊ -**  
**BAHIA, MUNICÍPIO DE JUSSARA: DO FEIJÃO A**  
**OVINOCAPRINOCULTURA**

**Maceió - 2007**



**JANAINA NOVAES SOBRINHO**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL NA MICRORREGIÃO DE IRECÊ -  
BAHIA, MUNICÍPIO DE JUSSARA: DO FEIJÃO A  
OVINOCAPRINOCULTURA**

**Dissertação apresentada ao programa de Pós – Graduação  
em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade  
Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de  
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.  
Orientador: Prof. Dr. Lindembreg Medeiros de Araujo.**

**Maceió - 2007**

---

Janaina Novaes Sobrinho

Desenvolvimento local na microrregião de Irecê, Bahia - município de Jussara: do feijão a ovinocaprinocultura.

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Data de Aprovação: 13 /07/2007

Banca Examinadora:

  
Prof. Dr Lindembreg Medeiros de Araujo – Orientador  
Universidade Federal de Alagoas

---

Prof. Dr. André Maia Gomes Lages – 2º examinador  
Universidade Federal de Alagoas

---

Prof. Dr. Antonio Ângelo Martins da Fonseca – 3º examinador (externo)  
Universidade Estadual de Feira de Santana

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus, por estar presente sempre ao meu lado e nos momentos mais difíceis, sempre apontando no meu coração novas possibilidades.

Ao professor Dr<sup>o</sup> Lindemberg Medeiros de Araujo, por ter me orientado, principalmente pela grande pessoa e profissional que é que em nenhum momento rejeitou as minhas angústias e ansiedade, demonstrado sempre o seu interesse pelo meu trabalho.

Aos meus pais, Antonio Geraldo e Neli, a Jane, Clendson e agora Beatriz, por estarem presentes nos momentos mais alegres e difíceis.

A todas às pessoas que sempre estimularam os meus estudos e que sempre confiaram na minha pessoa, em especial a Nacelice Barbosa, pela grande amizade e ajuda nas minhas dúvidas, a Clodoaldo Paixão pela confiança e amizade e a Professor Ângelo Fonseca, por ter despertado em mim o desejo de estudar o “local” com todas as suas complexidades para chegar ao desenvolvimento.

A Rodrigo, pelo seu amor, carinho e presença nesta linda jornada que passei aqui em Maceió.

A todos os produtores de Jussara e parceiros da Accojus/Coperj, em especial a Hercules por ter me levado a conhecer os produtores e os trabalhos desenvolvidos pela Accojus/Coperj. À Jilvan e Vanderlan por ter colaborado com suas experiências sociais.

A todas as pessoas que contatei para realização desse trabalho, e que abriram as portas de seus arquivos, escritórios, anotações, para que eu pudesse enriquecer minha pesquisa.

A Luiz Alberto, por ter me permitido construir um novo olhar sobre a região de Irecê, pela sua competência e profissionalismo.

Ao Senhor Eugênio, Dona Célia, Kátia, Gilmar, Sheyla, Ícaro, Raissa e Nilza, por toda amizade construída.

Às minhas grandes amizades construídas aqui em Maceió, em especial a Frederica, Olívia e Samira Marques, e as minhas companheiras de apartamento, Samira Beatriz, Najara e Lili, por terem me acolhido.

A todos do Prodema, em especial a Prof. Marcionila Fernandes, Prof. Cecília Lustosa, Prof. André Lages, Prof. Genner Bastos e Prof. Sineide Correia, meu muito obrigado.

À instituição Deutscher Akademischer Austauschdienst – DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) por todo apoio dado à minha pesquisa.

A todos meus amigos e amigas, que torceram mesmo distantes, pela realização deste sonho.

E, por fim, à cidade de Maceió, à suas lindas praias, sua culinária, seu povo alegre e acolhedor, por terem proporcionado bons momentos de prazer e alegria.

Dedico este trabalho ao meu pai Antonio Geraldo, que aos 99 anos nos ensina com toda a sua sabedoria, a caminhar pelos caminhos mais corretos. A minha querida mãe Nely, que durante toda a nossa história de vida, lutou para termos uma educação de qualidade. A Jane, Clendson e Rodrigo por estarem presentes nos momentos mais difíceis, e a **Beatriz**, a mais linda flor que está brotando no nosso jardim da vida.

U'a cultura só num dá  
U'a cultura só num dá pra suportar  
Se só plantar feijão  
Quando acaba fica aquele disertão vermelhão  
E a terra cada vez mais entra em degradação  
Uma cultura só não dá não  
Meu irmão  
Se vois me ser, plantar capim,  
Plante também amendoim,  
C' faz um feno pros animal e um pé de moleque pra mim  
Se plantar milho, plante também gergelim  
Que é pra eu fazer uma paçoca e levar pra madrinha e padin  
Se plantar mamona, plante abóbora, melancia, melão  
Plante também uma batatas que é pra nois assar nas fogueiras de São João  
Ta comprovado que uma cultura só num dá não  
Por que se plantar feijão, plante também mamão  
Que é pra eu fazer uma vitamina e ficar mais forte que o filho de seu Antão  
Se plantar sorgo, plante mastruz, arruda, hortelão  
Plante também umas palmas que é pra fazer ração  
Se plantar sisal, gravatar, já ta irrigado o sertão  
Mas não use o tal do veneno, que pra num causar poluição  
Não queime também as folhas secas  
Deixa moço  
Que é pra manter a molhação  
Se plantar pinha, plante limão, alecrim e babosa  
Cuide bem do pé de umbu que dá umas frutas e uma sombra gostosa  
Plante também umas mandiocas que pra eu fazer farinha  
E levar pra Dona Rosa  
Plante aipim, tamarindo, aumenda que é uma planta charmosa  
Vamo semear tudo, mandacaru, café, algaroba  
Meta a inchada no chão e comece fazer as covas  
U'a cultura só num dá não  
E vamo deixar de prosa

**Poeta e músico popular: Raflik**  
**Musica: U'a cultura só num dá**  
**Projeto Policultura no semi-árido**

“Nós vos pedimos com insistência:  
Nunca digam –isso é natural  
Diante dos acontecimentos de cada dia,  
Numa época em que corre o saque  
Em que o arbitrário tem força de lei,  
Em que a humanidade se desumaniza  
Não digam nunca: Isso é natural  
A fim de que nada passe por imutável.”

Bertold Brecht

À todos as pessoas, que não tiveram o direito de ir a escola, e as que freqüentam escolas precárias, sem estruturas físicas, sem professores qualificados e ainda mal pagos. A todos os alunos, professores e participantes da antiga escola CENEC em São Gabriel na Bahia, que sofreram com a sua destruição entre os anos de 1989 a 1999, este trabalho é fruto do desejo de estudar e de se ter um futuro melhor ‘a fim de que nada possa ser imutável’.

## RESUMO

A região de Irecê, localizada no noroeste do estado da Bahia, passou por um processo de intensa exploração agrícola no período que envolve as décadas de 1960 a 1980. Este período foi marcado por forte incentivo creditício para a produção agrícola, o que levou a região a se tornar grande produtora de feijão. Depois de um período de grande expansão, nos primeiros anos da década de 1990 inicia-se um período de crise envolvendo a produção de feijão na região de Irecê. A crise foi caracterizada pela queda no preço do feijão, pela redução da área cultivada e conseqüente redução da produção. Como forma de superar esses problemas, um grupo de agricultores e técnicos do município baiano de Jussara, favorecidos pelo capital social que os envolviam, criaram uma associação (Accojus) e uma cooperativa (Coperj) com base na ovinocaprinocultura. A criação de caprinos e ovinos é uma característica endógena desse município que tinha sido marginalizada durante o período de incentivo à produção de feijão. Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do capital social e das parcerias para o desenvolvimento local no município de Jussara, através da ovinocaprinocultura. A metodologia e a abordagem teórico-conceitual do estudo envolveram uma revisão de literatura referente às noções de lugar e local, desenvolvimento local, capital social e participação. A coleta de dados se baseou principalmente em levantamentos fotográficos e estatístico-cartográficos da área de estudo e na realização de entrevistas semi-estruturadas. Adotou-se uma análise de cunho qualitativo na qual se priorizou os dados que permitissem o exame das questões de pesquisa adotadas. Os resultados mostram que a adoção da ovinocaprinocultura tem sido uma boa alternativa socioeconômica para o enfrentamento da crise do feijão. Além disso, se constatou que a experiência histórica dos produtores locais relacionada à criação de ovinos e caprinos, somada às dificuldades e necessidades que esses produtores compartilhavam, permitiu que o trabalho de parceria no âmbito da Accojus e da Coperj criasse uma mudança significativa nas condições socioeconômicas dos produtores envolvidos e para a socioeconomia do próprio município de Jussara.

Palavras-chaves:

Ovinocaprinocultura, Capital Social, Parcerias, Desenvolvimento Local

## ABSTRACT

The Irecê region, which is located at the north-west part of the Bahia state, experienced an intense agricultural development over the 1960-1980 period based on a large-scale credit policy that was put forward by the state government. This policy led the Irecê region to become an important beans producing region. However, after the initial economic success the region faced a serious crisis from the early 1990s onwards. There was a fall in beans prices, reduction in the area of cultivated fields and a consequent reduction in the over-all production levels. In order to face these problems, based on the social capital they shared, a group of agricultural laborers and technicians of the Jussara municipality created an association (Accojus) and a cooperative (Coperj) to develop a local sheep and goat raising and processing industry. Sheep and goat raising is an endogenous activity to the Jussara municipality that had been lost relative importance during the period in which the state government encouraged the beans crops. This study examines the role of social capital and partnerships as to local development in the municipality of Jussara based on the sheep and goat raising and processing industry. Methods and the study conceptual approach involved a literature review regarding the following concepts: notions of place and local, local development, social capital and participation. Data collection was conducted through a photographic survey and examination of available statistic data and of maps as well as through a semi-structured interview. A qualitative analysis was adopted in which emphasis was placed on those aspects that were relevant to the examination of the research questions that were developed through the study. Results indicate that the sheep and goat raising and processing industry have been a good socio-economic alternative as a strategy to face the beans crisis in the Jussara municipality. Besides, the study collected evidence that the historic experience shared by local agricultural laborers regarding sheep and goat raising, together with the difficulties and needs that these laborers shared was an important element in the success of the Accojus/Coperj partnership, leading to their obtaining significant changes to the socio-economic situation of the workers involved, as well as for the socio-economy of the municipality of Jussara at large.

### Keywords:

Sheep and goat raising and processing, Social Capital, Partnerships, Local Development

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>QUADRO 1:</b> Instituições entrevistadas.....	25
<b>QUADRO 2:</b> Definição de capital social usadas por organizações internacionais.....	44
<b>QUADRO 3:</b> Região Irecê – Regionalização.....	61
<b>QUADRO 4 :</b> Parcerias e Finalidades.....	77
<b>FIGURA 1:</b> Região Econômica do Estado da Bahia.....	56
<b>FIGURA 2:</b> Ocorrência das mobilizações locais e intermunicipais na Bahia segundo a modalidade – 1989-2000.....	59
<b>FIGURA 3:</b> Valor da produção dos principais lavouras temporárias.....	66
<b>FIGURA 4:</b> Áreas das principais lavouras temporárias em Hectares (1980-1995).....	67
<b>FIGURA 5:</b> Regiões Econômicas de Irecê.....	74
<b>FIGURA 6:</b> Laticínio da Accojus/Coperj.....	79
<b>FIGURA 7:</b> Iogurte fabricado na Accojus/Coperj.....	79
<b>FIGURA 8:</b> Área do Condomínio .....	80
<b>FIGURA 9:</b> Área do Condomínio.....	80
<b>FIGURA 10:</b> Unidade de Embutido e Defumado da Accojus/Coperj.....	80
<b>FIGURA 11:</b> Obras do Abatedouro- Frigorífico.....	81
<b>FIGURA 12:</b> Obras do Abatedouro- Frigorífico.....	81
<b>FIGURA 13:</b> Obras do Abatedouro- Frigorífico.....	81
<b>FIGURA 14:</b> Obras do Abatedouro- Frigorífico.....	81
<b>FIGURA 15:</b> Fabrica Escola de Artefatos e Produtos Artesanais de couro de Caprino e Ovino.....	82
<b>FIGURA 16:</b> Criações caprinas em ambiente rústico, adaptado à região.....	84

**FIGURA 17:** Produtor com suas criações caprinas. Observa-se que não aparecem estruturas sofisticadas.....84

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Estado da Bahia: produto bruto municipal segundo as regiões econômicas.....	57
<b>TABELA 2:</b> Ocorrências das mobilizações locais e microrregionais segundo a Modalidade -1989 – 2000.....	60
<b>TABELA 3:</b> Área, produção e valor da produção dos principais lavouras temporárias – 1980/1995.....	66
<b>TABELA 4:</b> Índice de desenvolvimento econômico dos municípios da região Econômica de Irecê – 2000.....	69
<b>TABELA 5 :</b> Índice de desenvolvimento social da região econômica de Irecê – 2000.....	70
<b>TABELA 6:</b> Associação de criadores de caprinos e ovinos que compõem a Coperj.....	75
<b>TABELA 7:</b> Relações dos componentes de diferentes tipos de carne.....	85
<b>TABELA 8:</b> Rebanhos entre 1996 e 2004 de ovinos e caprinos no município de Jussara.....	86
<b>TABELA 9:</b> Número em produção de ovinos e caprinos nos Estados da Região Nordeste no ano de 2004.....	86

## **LISTAS DE ABREVEATURAS A SIGLAS**

**ACCOJUS** - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos

**ABCC** - Associação Brasileira dos Criadores de Caprinos

**ACCOIBA** - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia

**ADAB** - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

**APRI** - Associação dos Pecuáristas de Irecê e Região

**BIRD**- Banco Mundial

**BNB** - Banco do Nordeste do Brasil

**CAA** - Centro de Assessoria do Assoroá

**CAR** - Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional

**CASEB** - Companhia de Armazéns da Bahia

**CCLB** - Cooperativas Central Da Laticínio da Bahia

**CEPA** - Camisão Estadual de Planejamento Agrícola

**CODEVASF** - Companhia do vale do São Francisco

**COPERJ** - Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara

**DERBA** - Departamento de Estudos e rodagens da Bahia

**EBDA** - Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural

**EMATER/BA** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária

**FINEP** - Financiadora de Estudos e Pesquisas

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDE** - Índice de Desenvolvimento Econômico

**IDS** - Índice de Serviços Básicos

**ING** - Índice de Infra- Estrutura

**INS** - Índice de Desenvolvimento Social

**IPM** - Índice de Desenvolvimento Municipal

**ISB** - Índice de Serviços Básicos

**NQN** - Índice de Qualificação de Mão de Obra

**PDRI** - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado

**PIB** - Produto Interno Bruto

**SEAGRI** - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

**SECOMP** - Secretaria de Combate a Pobreza e Desigualdade Social

**SEI** - Serviço Estudos Econômicos e Sociais

**SETRAS** - Secretaria de Trabalho e Ação Social

**SUDENE** - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**SUDET** - Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>12</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>14</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>15</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>16</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>27</b>
2.1 Uma visão panorâmica do processo de desenvolvimento brasileiro.....	27
2.2 Reflexões conceituais sobre desenvolvimento local.....	31
2.2.1 Um contraponto entre o conceito de lugar e local.....	31
2.3 Desenvolvimento local: reflexões acerca de um conceito.....	35
2.4 Desenvolvimento local e capital social.....	38
2.5 Desenvolvimento local e participação democrática.....	45
<b>2. ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DA MICRO-REGIÃO DE IRECÊ.....</b>	<b>55</b>
3.1 Um breve perfil do estado da Bahia.....	55
3.2 Contextualizando a região do feijão – Irecê/Bahia.....	61
<b>3. MUNICÍPIO DE JUSSARA: DO FEIJÃO À OVINOCAPRINO CULTURA.....</b>	<b>72</b>
4.1 A experiência de Jussara: do feijão à criação de cabras e ovinos.....	72
4.2 Destaque na produtividade e produção da ovinocaprinocultura no município de Jussara.....	83
4.3 Perspectiva e projetos da Accojus / Coperj.....	87
<b>4. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARA: UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA.....</b>	<b>89</b>
5.1 Desenvolvimento do capital social no município de Jussara.....	89
5.2 Fatores que levaram a construção das parcerias que unem a Accojus e a Coperj.....	95
5.3 Características das atividades dos parceiros.....	97
5.4 A contribuição do capital social e dos parceiros para o desenvolvimento local de Jussara.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

A região de Irecê, localizada no noroeste do estado da Bahia, passou por um processo de intensa exploração agrícola na segunda metade do século passado, fenômeno que se tornou mais acentuado nas décadas de 1960 a 1980. Esse período de aproximadamente 30 anos foi marcado por forte incentivo financeiro com base no crédito agrícola financiado pelo estado através do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. Na década de 1970 o governo do estado passou a divulgar a região como Pólo do Feijão. Como consequência, a região ficou conhecida em toda a região Nordeste como grande produtora de feijão. Na realidade a produção agrícola na região de Irecê era resultado de um sistema de produção que tinha como base o tri-consórcio formado por feijão, milho e mamona.

A região econômica de Irecê corresponde a dezenove municípios, a saber: Irecê, Barra do Mendes, João Dourado, Central, Presidente Dutra, Ibipecta, Xique-Xique, Ibititá, Canarana, Cafarnaum, Barro Alto, Jussara, América Dourada, Lapão, Gentio do Ouro, Uibaí, São Gabriel, Itaguaçu da Bahia e Mulugu do Morro<sup>1</sup>. Estes municípios se caracterizam como predominantemente agrícolas, tendo prevalecido por muitas décadas a monocultura do feijão. Depois de um período de marcada expansão da produção agrícola, nos primeiros anos da década de 1990 inicia-se uma grande crise na região de Irecê, caracterizada pela queda da produção e dos preços e pela redução na área utilizada para a produção do tri-consórcio, principalmente na área cultivada com o feijão.

A Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR)<sup>2</sup>, em um dos seus relatórios do Programa de Desenvolvimento e Ação Regional Sustentável (PDRS), referente ao ano 2004, traz uma análise dos fatores que levaram ao desencadeamento dessa crise na região de Irecê. No referido relatório consta que existiam vários fatores que levaram à perda de produção e ao surgimento de outros problemas enfrentados pelo tri-consórcio. Dentre os fatores identificados,

---

<sup>1</sup> A região econômica de Irecê foi delimitada pelo governo do estado da Bahia por ser uma área centro de atividade, baseada no modelo de regionalização denominado gravitacional-potencial, que se fundamenta no princípio do campo de forças de Newton (CAR, 2004). Esse modelo prevê que quanto maior for a estrutura produtiva de um centro, maior será a probabilidade de atrair pessoas e atividades para sua área de influência.

<sup>2</sup> A Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) é uma entidade administrada pelo governo do estado da Bahia, com a finalidade de coordenar e promover a execução de políticas e programas integrados de desenvolvimento regional, voltados prioritariamente para o atendimento à população de baixa renda da zona rural.

destacam-se a falta de competitividade do feijão, do milho e da mamona nos principais mercados regionais, sobretudo após a década de 1990, em função da abertura do Brasil ao comércio internacional, a redução da oferta do crédito agrícola, e a falta de apoio governamental. Além disso, o pequeno produtor estava submetido à irregularidade ou escassez das chuvas do semi-árido baiano.

Outro problema, identificado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 1993), diz respeito ao tipo de solo da região de Irecê - Cambissolo Eutrófico, que vem passando por um intenso processo erosivo devido principalmente ao tipo de manejo ao que lhe é dado. A Embrapa afirma que além de pouco profundo, esse tipo de solo é pobre em matéria orgânica, o que é explicado pela rápida mineralização dos restos de cultura e pelo fato de os agricultores não se preocuparem em manter estes teores em níveis compatíveis com as características ecológicas da região. Como consequência, há uma baixa retenção de umidade, uma pobre atividade microbiana e um reduzido desenvolvimento das raízes das plantas, afetando, assim, a produtividade (Embrapa, 1993).

Como forma de superar esses problemas, vários municípios buscaram alternativas à crise da produção de feijão, com destaque para a região na qual se localiza o município de Jussara, que vem buscando superar a crise com a adoção da ovinocaprinocultura. O município de Jussara, situado na região econômica de Irecê, com população de 15.751 habitantes, vem apresentando na atualidade um relativo destaque no desenvolvimento da ovinocaprinocultura, contribuindo para que a Bahia se posicione como o maior produtor de cabras e ovinos do Brasil (IBGE, 2000).

É interessante se observar que a produção de ovinos e caprinos é uma característica endógena do município. Nas décadas de 1960 e 1970, o financiamento e o incentivo do governo levaram os produtores da região a substituir a atividade da pecuária, anteriormente conduzida de modo extensivo principalmente com base na ovinocaprinocultura. Ao longo das décadas de 1960 e 1970 os produtores passaram a receber crédito agrícola para a produção vegetal, relegando a áreas mais afastadas a ovinocaprinocultura, apesar da exploração animal se constituir na atividade que melhor tinha se adaptado às condições naturais da região (CAR, 2004).

Em busca de novas alternativas econômicas para a crise, começam a emergir várias discussões sobre o modelo agropecuário da região em Irecê. Em maio de 1996, um grupo de

produtores e técnicos agrícolas do município de Jussara elabora um projeto chamado “Novo Mundo”, em que se definiu a necessidade de se identificar alternativas econômicas para o município de Jussara. O eixo do projeto seria a produção de carne, leite e peles vinda da criação de caprinos e ovinos no município, como uma alternativa à monocultura do feijão, tendo em vista que as culturas exploradas no município não atendiam mais às aspirações de desenvolvimento dos produtores locais, devido às dificuldades impostas pela crise do modelo agrícola da região.

O referido grupo de técnicos e produtores agrícolas concluiu que para atingir seus objetivos seria necessário cadastrar os produtores, capacitando-os gerencial e tecnologicamente para lançar um programa em nível regional que tivesse a capacidade de abrir novas perspectivas econômicas para eles. Em 1996, com o objetivo de criar a base social, gerencial e tecnológica que os capacitassem a atingir os seus objetivos, os produtores criam a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara (Accojus). E para facilitar a comercialização e escoamento da produção, também criam, em 2000, a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara (Coperj). Além de atender aos produtores de Jussara, a cooperativa também tem como parceiros produtores localizados em outros municípios da região, que participam de outras associações e que também são associações parceiras da Coperj, como é o caso dos associados dos municípios do Gentil do Ouro, Itaguaçu da Bahia e de São Gabriel. No total, há 460 produtores envolvidos nessa estratégia gerencial e produtiva, sendo que o município de Jussara apresenta uma maior participação de produtores que fazem parte da cooperativa e da associação. Por exemplo, só a Accojus tem 108 membros do município de Jussara. O restante são produtores que fazem parte de outras associações de municípios circunvizinhos, como foi o caso citado de São Gabriel, Itaguaçu da Bahia e Gentil do Ouro. Há outros membros isolados que se associam apenas à cooperativa. Essa maior participação de produtores de Jussara é justificada por este município ser a sede da criação e das obras da Accojus e da Coperj.

Nesse contexto, pode-se observar a noção de *lugar* no qual acontece a organização dos atores sociais, neste caso os produtores de Jussara, podendo ser compreendido a partir do lugar geográfico definido pela Geografia Humanística como sendo o lugar da experiência humana, experiência e envolvimento com o mundo.

No caso do município de Jussara, os atuais cooperados e associados compartilham uma experiência social e produtiva que historicamente levou ao desenvolvimento de uma cultura comum a todos eles. Segundo Relph (apud LEITE, 1988), os lugares são dotados de intencionalidades que emergem da convivência, afetividade e da experiência de cada ser envolvido com o seu meio geográfico comum. Isto pode levar a uma interligação sinérgica entre os envolvidos, caracterizada pelo convívio e pela presença de afetividade, o que permite o desenvolvimento de capital social que é visto por Coleman (1988) como um recurso para que atores individuais atinjam suas metas. Para Putnam (2000), o capital social é definido como normas de confiança e reciprocidade que facilitam ações coordenadas. Esse fenômeno está presente e tem relevância para a organização dos produtores de Jussara, na qual a experiência e a convivência facilitam as ações locais, em direção ao trabalho coletivo na busca por novas perspectivas de desenvolvimento.

Fazendo um contraponto do lugar que contém o capital social, há também o local interligado com o mundo. Assim, além da dimensão sociocultural do lugar, resultado da experiência cotidiana e histórica de uma cidade, povoado ou município, há atualmente com frequência uma interligação com o resto do mundo como efeito da globalização. Albagli (2004) enfatiza este subespaço (lugar), envolvido e delimitado, ou enquanto recorte territorial que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais. Na esfera econômica, a partir da competição de mercado, da informação e do conhecimento entre as relações de produção; em relação ao político, a existência entre o conflito e as alianças entre grupos socialmente distintos e a competição e cooperação entre grupos espacial e culturalmente diferenciados, que corresponde a um sentido de lugar. É também de forma dialética neste lugar de convivência, afetividade e experiência que surge o local da competição econômica, da informação, interligadas cada vez mais na atualidade ao global. A partir desta interligação local/global, os processos econômicos competitivos se intensificam mais. Entretanto, em muitos casos a criatividade e a participação se tornam também visíveis. Foi em um contexto com tais características que os produtores de Jussara buscaram estabelecer parcerias que levaram ao desenvolvimento das propostas firmadas pela Accojus e Coperj.

Agentes financeiros, instituições de pesquisa e de assistência técnica participam através de colaborações. Instituições como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, contribuem com o

financiamento de projetos dos produtores; a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae) participam com assistência técnica, e a Prefeitura Municipal de Jussara, a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e Desigualdade Social (Secomp) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia (CAR) contribuem viabilizando recursos para infra-estrutura. Estas são as principais entidades que contribuem com base nas suas respectivas áreas de atuação no que diz respeito aos objetivos comuns de participação e parcerias em Jussara, compreendidas a partir da capacidade de mobilizar energias e recursos da sociedade, e por conseqüência, estimular diversos tipos de parcerias. Este tipo de ação pode ser visto como um processo de democratização que tem como referência o fortalecimento dos espaços de tomada de decisões, a descentralização dos espaços de socialização, a descentralização do poder e a crescente autonomização das decisões, o que acaba, portanto, por enfatizar um papel mais autônomo aos sujeitos sociais (JACOBI, 2000).

Tais parcerias permitem que territórios se consolidem com uma determinada atividade em busca de soluções para problemas de natureza coletiva. Silva (2003, p 117-118) afirma que:

Estamos assistindo, sobretudo desde os anos 90, a uma crescente territorialização das questões ligadas à agricultura, em diferentes níveis, setores e escalas, acompanhado de uma intensa combinação com as demais atividades econômicas e sociais que, por sua vez, passa a expressar, uma busca de uma forte territorialização.

Silva (op.cit.) entende por territorialização a busca consciente de oportunidades locais decorrentes, dentre outras, do uso eficiente dos recursos localizados em termos absoluto e relativo, hoje associados mais do que nunca às vantagens comparativas e competitivas. Compreendendo que vantagem competitiva significa a especialização na produção daquele produto em que se é relativamente mais eficiente, aquilo que pode produzir melhor com o menor custo de produção possível, dados seus recursos naturais, sua mão-de-obra e seu capital (RICARDO apud SILVA E SILVA, 2003). Há também vantagens em relação à necessidade destes produtores de construir estratégias competitivas, buscando reduzir custos na produção, comercialização, tendo também algum aspecto diferencial em relação a outros produtores para, enfim, superar a concorrência e obter lucro, alcançando os objetivos propostos (PORTER, 1989). Um bom exemplo desse tipo de vantagem foi identificado por Wanderley e Lages (2004) quando enfatiza a qualidade da pele de ovinos e caprinos do agreste e do sertão nordestino, dando à

região um diferencial de qualidade nesse aspecto, que foi percebido ser uma vantagem para a localização de curtumes e fábricas de calçados de couro nesta parte do Nordeste brasileiro.

Em contexto semelhante ao discutido acima, no município de Jussara há uma forte consolidação de um projeto de desenvolvimento coletivo a partir da participação dos produtores em busca de objetivos comuns com a criação e a comercialização de ovinos e caprinos. Os produtores buscam, com base no capital social local, através de parcerias, a consolidação das suas ações no mercado, com vantagens comparativas e competitivas diferenciadas, podendo contribuir de forma decisiva para a melhoria da sua qualidade de vida, potencializando assim a busca pelo desenvolvimento local.

A noção de desenvolvimento local tem se tornado um tema amplamente difundido na atualidade, tanto na academia quanto no âmbito do governo e das organizações não-governamentais (ONGs). O desenvolvimento local é conceitualizado como um processo endógeno capaz de promover o dinamismo e a melhoria da qualidade de vida da população, construindo um ambiente produtivo inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam forças de cooperação, de tal modo que ampliem as oportunidades locais, gerando trabalho e renda e atraindo novos negócios, com base no envolvimento de parcerias com a intenção de promover o desenvolvimento. (BUARQUE, 1999, COELHO, 1998, ALBUERQUERQUE, 1997).

Levando-se em consideração que a noção de desenvolvimento local tem sido utilizada como uma estratégia de mudança social para regiões periféricas, com base na integração socioeconômica de grupos sociais através da mobilização do capital social por meio de parcerias, foram delimitadas as duas questões abaixo para a condução deste estudo:

- Que fatores contribuíram para o surgimento de parcerias em torno da ovinocaprinocultura no município de Jussara?
- Até que ponto o trabalho de parcerias desenvolvido pela Accojus/Coperj, com base na ovinocaprinocultura, em busca do desenvolvimento local, tem atingido os seus objetivos.

Com base nestas duas questões, este estudo tem por objetivo analisar o papel do capital social e das parcerias para o desenvolvimento local no município de Jussara, na Bahia, através da ovinocaprinocultura.

#### *Objetivos específicos*

- Analisar como se desenvolveu o capital social no município de Jussara;
- Identificar quais os fatores que levaram à construção das parcerias que unem a Accojus e a Coperj;
- Caracterizar as atividades das parcerias entre a Accojus e a Coperj; e
- Identificar e analisar a contribuição do capital social e das parcerias para o desenvolvimento local no município de Jussara.

#### *Metodologia*

Os procedimentos metodológicos para a coleta de dados, foram: levantamentos de dados bibliográficos e estatístico-cartográficos da região de atuação da Acocjus e da Coperj, incluindo fotos e imagens digitalizadas, levantamento de dados e informações junto a instituições-chave, a exemplo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretária de Agricultura Irrigada e Reforma Agrária do Estado da Bahia (Seagri), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como instrumento de coleta de dados primários buscou-se informações no levantamento direto em campo e através de visitas ao município de Jussara e a parceiros envolvidos com o projeto. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, visando identificar o reflexo da organização do capital social e das parcerias para o desenvolvimento local do município, com base na ovinocaprinocultura.

Diversos documentos serviram de fonte de dados. As fontes utilizadas foram relatórios cedidos pela Accojus/Coperj e informações obtidas com base em vários tipos de documentos que foram cedidos pelo Sebrae e pela CAR. Se buscou também documentos oficiais da região junto à Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) e à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e também dados estatístico-cartográficos e informações do SEI, Seagri e no IBGE.

### *Entrevistas*

Realizou-se entrevistas semi-estruturadas com produtores e representantes das instituições parceiras. Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevistas relacionado aos pontos de interesse da pesquisa (APÊNDICE A), aplicados aos entrevistados.

A técnica de registro utilizada foi a gravação em fita cassete, e as anotações em caderneta de campo. Esse procedimento buscou legitimar o instrumento de coleta de dados e eliminar, tanto quanto possível, distorções de interpretação.

Na busca de opiniões que pudessem oferecer diversos ângulos sobre a pesquisa, buscou-se entrevistar representantes das instituições parceiras e os próprios produtores, conforme QUADRO 1:

QUADRO 1  
Instituições entrevistadas

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>	<b>Categoria</b>
CAR	Gerente Regional	Setor Público Estadual
Sebrae	Assistência Técnica	Sociedade Civil
Secretaria Municipal de Agricultura	Secretário	Setor Público Local
Banco do Nordeste	Gerente Local	Setor Público Federal
Codevasf	Gerente Local	Setor Público Federal
Cebatsa	Gerente Local	Setor Público Federal
Accojus	Presidente	Associação
Coperj	Presidente	Cooperativa
Produtores	Accojus/Coperj	-

De um total de 26 entrevistas realizadas, um foi do setor público municipal, três do setor público federal e o presidente da Accojus/Coperj, sendo no momento uma única pessoa e 19 produtores envolvidos com a Accojus/Coperj, e um do setor público estadual.

### *Análise e interpretação de dados*

A construção do capítulo referente à análise e interpretação dos dados teve como base as informações colhidas em campo e nos relatórios e documentos cedidos pela Accojus/Coperj e instituições parceiras. Também foram transcritos trechos das entrevistas que contêm informações relevantes e importantes para se atingir os objetivos propostos. Para estas citações foi realizada a

classificação das citações por categoria de assunto. Cada respondente recebeu um código numerado aleatoriamente e classificado de E1 a E26, de forma a não possibilitar a sua identificação por terceiros. Todas as citações dos respondentes transcritos neste trabalho estão acompanhadas dessas referências.

### *Organização do trabalho*

Este trabalho está organizado em quatro partes, além da Introdução. A primeira parte consta de uma revisão teórica abordando os conceitos de lugar, desenvolvimento local, capital social e participação. A segunda parte apresenta uma breve análise histórica e socioeconômica da microrregião de Irecê. A terceira parte apresenta a experiência da ovinocaprinocultura no município de Jussara. A quarta parte apresenta, analisa e comenta os dados obtidos na pesquisa de campo. A quinta e última parte, apresenta as considerações finais.

O estudo gerou dados que tendo por base teórica os conceitos de capital social, parcerias e desenvolvimento local, permitiu uma análise a respeito do trabalho de parcerias desenvolvido pela Accojus e pela Coperj, na busca de alternativas de desenvolvimento à crise do feijão na região do município de Jussara. Na prática, permitiu a análise contextualizada de uma ação inovadora que tem por base um trabalho de parceria de caráter local em um município afetado profundamente na sua base produtiva.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 Uma visão panorâmica do processo de desenvolvimento brasileiro**

Devido sua relevância e complexidade, o termo desenvolvimento tem sido alvo de debates e grandes discussões nas últimas décadas. Para a realização deste estudo, faz-se necessária uma breve discussão sobre o tema como meio para se compreender o termo “desenvolvimento local”, a partir das construções conceituais expostas por diversos autores.

A evolução da humanidade e o progresso técnico das sociedades são características que historicamente foram utilizadas para definir o conceito de desenvolvimento. Entretanto, nas últimas décadas o tema do desenvolvimento vem sendo aplicado não só para demonstrar a evolução da humanidade e seu progresso técnico, mas também para questionar como este progresso vem sendo entendido e apropriado pela sociedade. Alguns estudiosos definem desenvolvimento como a riqueza criada através da mobilização dos recursos humanos, financeiros, físicos e naturais (BORBA, 2000).

Para Furtado (1974, p. 16), este modelo de desenvolvimento foi criado e definido pelos países que lideraram a Revolução Industrial e com o propósito de ser universalizado. Furtado alerta que há um grande mito sobre a noção de desenvolvimento, argumentando que o progresso é um “elemento essencial na ideologia dos países do primeiro mundo, e que não é acessível na ideologia das populações que formam o chamado terceiro mundo”. Esse alerta se torna mais claro quando questionamos os efeitos em relação à distribuição de riqueza adquirida através da mobilização dos mencionados recursos, como acontece sua distribuição e como medir o desenvolvimento de uma sociedade, país, região ou lugar.

As estratégias criadas e implementadas em prol do desenvolvimento tiveram fases diferenciadas em cada país e em cada época. Historicamente, essas estratégias foram abraçadas por diversos países, como foi o caso do Brasil. Em princípio, as estratégias eram construídas para que os países pudessem conseguir aumentar seu potencial de crescimento econômico; o aspecto social, nessa perspectiva de desenvolvimento, seria uma consequência lógica, o que, na prática, frequentemente não tem acontecido.

O processo de desenvolvimento brasileiro apresentado por Lima (1999) apresenta uma visão conservadora, quando se discute as estratégias de desenvolvimento presentes em alguns países ocidentais, período que se estendeu desde o pós-guerra até o início dos anos 70. O Brasil também utilizou políticas conservadoras em relação às estratégias utilizadas para alcançar o 'desenvolvimento'. No Brasil esta política foi adotada desde os anos cinquenta até a década de 80.

Lima (1999) destaca que desde o pós-guerra até a década de 70, as ações públicas em prol do desenvolvimento eram guiadas pela idéia de corrigir as disparidades regionais, de tal forma que se reduzissem as disparidades no nível de renda entre as regiões mais dinâmicas e as regiões menos desenvolvidas. As políticas públicas eram elaboradas e executadas pelos governos centrais, que, em tese, primariam pela coordenação de ações em todo o país. A problemática do desenvolvimento local aparecia como parte integrante de toda uma preocupação com o desenvolvimento regional. Assim, os principais objetivos a serem adotados pelos governos locais eram aqueles determinados pelas políticas nacionais que visavam à correção dos desequilíbrios regionais. Um exemplo de tais políticas, no Brasil, são as ações federais nas décadas de 50/60, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) em relação à região Nordeste. Montou-se uma política de desenvolvimento regional, resultando na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (SILVA e SILVA, 2003).

A transferência de capital e tecnologia de regiões industrializadas para regiões menos desenvolvidas, assim como a promoção de mobilidade inter-regional de bens e fatores de produção também eram alternativas da política brasileira. Esse tipo de medida buscava difundir espacialmente os impulsos de desenvolvimento das áreas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas (LIMA, 1999).

Iniciativas dessa natureza estavam apoiadas em alguns teóricos da economia em voga na época. De acordo com Termes (apud LIMA, 1999), predominavam concepções inspiradas nos pensamentos neoclássicos, keynesianos e institucionais, modelos que defendiam a busca por estímulos externos para o desenvolvimento, sendo que essas concepções visavam o planejamento do Estado e a regulação do mercado via políticas econômicas estimulando a industrialização em várias partes do mundo (WANDERLEY e LAGES, 2004). Segundo Pereira (2006), essa noção

de desenvolvimento com base na industrialização, especialmente de industrialização imposta aos países periféricos, possui na verdade, um objetivo e uma justificativa. Pereira (op. cit.) reforça que “o objetivo da industrialização foi o de promover aquele novo arranjo espacial do capitalismo com vistas a solucionar os problemas sistemáticos que começaram a aparecer nos países centrais” (p. 3). Essas propostas, inspiradas nas políticas internacionais, defendiam que a modernização das estruturas socioeconômicas, através da industrialização, conduziria os países periféricos àquele mesmo tipo de desenvolvimento já alcançado pelos países centrais. O fim dos países subdesenvolvidos seria tornarem-se desenvolvidos, imitando as experiências dos países centrais, ou seja, através do processo de industrialização. Mas é interessante ressaltar que nessa perspectiva a modernização dos países periféricos ocorreu ao mesmo tempo em que a pobreza e a miséria cresciam em proporções semelhantes (PEREIRA, 2006).

Furtado (1974), acreditando que esse processo de desenvolvimento é um mito, reforça que

Temos assim a prova definitiva que o *desenvolvimento econômico* - a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similar às economias que formam o atual centro do sistema capitalista (p. 75) (grifo do autor).

Esses modelos de desenvolvimento que Furtado (1974) e Pereira (2006) discutem foi o tipo de desenvolvimento implementado no Brasil, gerando, a partir dessas práticas externas, uma dependência típica de países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, ampliando as grandes disparidades entre países ricos e pobres. Segundo Furtado (1974),

[S]e deixarmos de lado as conjecturas e nos limitarmos a observar o quadro estrutural presente do sistema capitalista, vemos que o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro em crescente homogeneização e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se (p. 68).

O reflexo dessas disparidades não estão somente entre os países ricos e pobres, eles continuam a agravar-se internamente no Brasil. As políticas impostas ao Brasil foram ministradas pelo governo federal. As políticas estaduais e municipais eram na sua maioria regidas sem muito diálogo entre as três esferas de governo do Brasil.

Tendo-se como referência as políticas de caráter centralizadoras ocorridas no Brasil, principalmente ao longo dos anos 70, percebe-se que os governos locais desempenharam papel quase sempre coadjuvante, de apoio às políticas empreendidas pelo governo federal. Esse foi por muito tempo o papel desempenhado pelo nível político local, onde, na maioria das vezes, a responsabilidade pelas políticas de desenvolvimento estava baseada principalmente no governo municipal, refém das políticas federais.

A partir da década de 70, o processo de desenvolvimento nacional e mundial começa a tomar novos rumos, com o aceleração do processo de globalização. O estado passa por mudanças no seu planejamento e nas suas políticas de intervenção, o mercado começa a intervir com maior intensidade nas regiões e lugares, com base na existência de um modelo de desenvolvimento gerado pela política neoliberal do Estado mínimo. Com isso, a partir da década de 80 aconteceram algumas mudanças tributárias e político-administrativas proporcionadas também pela Constituição de 1988. Silva e Silva (2003) destacam que ocorreu um crescimento expressivo nas questões relativas ao desenvolvimento regional. Além disso, chama a atenção para o fato de que a escala local do desenvolvimento também tem sido bastante evidenciada nos últimos anos. Nesta perspectiva, a escala macrorregional tem perdido substância e crescem em importância as escalas meso e micro.

Outra questão importante a se destacar, segundo Silva e Silva (2003) e Fonseca (2006), é que os processos de descentralização desencadeados a partir da Constituição de 1988, concederam maior autonomia político-administrativa e financeira aos municípios e à escala local de planejamento, em relação às prefeituras municipais, mas também em relação ao papel dos movimentos sociais da sociedade civil organizada, que tomam um novo rumo. O papel do cidadão encontra-se na atualidade também responsável pelo desenvolvimento do seu espaço local, e essas novas iniciativas têm sido fundamentais nesse novo processo em busca do desenvolvimento. Assim, “Os locais passam então a ser considerados como atores políticos, uma vez que agregam não só o governo local, mas também os variados atores da sociedade em termos de articulação para a tomada de decisões” (FONSECA, 2006, p. 66).

Pereira (2006) também reforça a importância do nível local, quando afirma que as experiências de Desenvolvimento Local não são experiências estritamente municipalistas pré-

estabelecidas, são também experiências localistas. O local é uma escala de acontecimentos integrados que envolvem atores variados, representados pela esfera pública, pela iniciativa privada e pela sociedade civil. Na sua maioria, estas esferas “locais” são superpostas e apresentam um grau de intencionalidade capaz de nortear todo o conjunto de ações que se pretende realizar.

E na perspectiva de se compreender como se dá a construção de espaços mais democráticos em busca do desenvolvimento local, faz-se necessário neste trabalho contextualizar e refletir sobre as teorias e práticas do que se concebe como “desenvolvimento local”.

## **1.2 Reflexões conceituais sobre desenvolvimento local**

A partir da década de 80, como foi contextualizado acima, as escalas espaciais meso e micro crescem em importância quanto à questão do desenvolvimento. Essas escalas podem se apresentar através de municípios, das ações de movimentos sociais e de organizações não-governamentais, e tantas outras ações que buscam a realização do desenvolvimento dos lugares, ou seja, o desenvolvimento com base local. Mas, para compreender tais processos faz-se necessário entender a dimensão do lugar e de suas múltiplas interfaces.

### **1.2.1 Um contraponto entre o conceito de lugar e local**

Há uma forte tendência entre geógrafos e outros profissionais em se apropriarem do conceito de lugar como sinônimo de local. Isso está presente, por exemplo, em Fonseca (2006, p. 61) quando o autor apresenta e discute esses conceitos em sua obra, enfatizando “o lugar como expressão de singularidade [...] são contribuições de cunho mais teórico nos quais o local aparece associado ao termo lugar”. Para Albagli (2004), o local tem sido usualmente identificado como uma idéia de lugar, termo que se reveste de uma variedade de significados e, portanto, de ambiguidades.

Na realidade, o conceito de lugar será apresentado como um conceito multifacetado, apropriado por diversas áreas científicas. Para os fins deste estudo serão utilizados o conceito lugar e local apropriado pela geografia e suas correntes e discutidos por outras linhas científicas. Para a corrente de pensamento denominada de Geografia Humanística, “o lugar é

principalmente um produto da experiência humana, experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança [...] lugar é um centro de significados construído pela experiência, [...] lugar é a somatória das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” (TUAN apud LEITE, 1998, p. 10).

Segundo Relph (apud LEITE, 1998, p.10), os lugares são dotados de intencionalidades, e afirma: “os lugares só adquirem identidade e significados através da integração humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas”. Portanto, para a Geografia Humanística, os lugares são constituídos de grande carga de afetividade; isto está presente na convivência, na experiência de cada ser humano e nas suas relações construídas com o lugar e com o outro. Assim, a dimensão da coletividade é também um aspecto importante da noção de lugar.

Na corrente da Geografia Crítica, apoiada no materialismo histórico-dialético, o lugar vai se apresentar como o produto de uma dinâmica que é única, resultante tanto de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação, quanto como uma expressão da globalidade. Nessa perspectiva, segundo Fonseca (2006) o lugar é um subespaço, uma funcionalidade do mundo. Para Carlos (apud LIMA, 1998), em uma visão marxiana, o lugar é a expressão do mundo moderno, e reproduz-se em diferentes níveis; no lugar se encontram as mesmas determinações da totalidade (global), sem que isso implique na eliminação das particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida e os modos de apropriação dos recursos naturais, expressando sua função social, seus projetos e desejos. Segundo Lima (1998, p.15) “o lugar surge como produto de uma ambigüidade que se estende a todas as relações sociais que envolvem o homem e o meio – é o singular (o fragmento) e é também o global (universal) que o determinam”. Nessa perspectiva, o conceito de lugar aqui apresentado reflete de fato a funcionalidade do mundo em espaços fragmentados, mas que é singular e pode ser único.

Com base em Bourdin (2001), a questão local é apresentada e discutida em várias dimensões, a saber: a dimensão do local formada a partir da identidade; a influência dos processos históricos e geográficos; o local da ação; o local influenciado pelos processos da globalização; o local cognitivo; o local político.

Quando Bourdin (2001) enfoca a questão da identidade local, essa identidade é formada a partir do enraizamento que cada sociedade necessariamente estabelece através da organização comunitária. O autor reforça que o *viver-junto* encontra uma expressão particularmente forte na idéia de local. O fato do *viver-junto*, de partilhar uma mesma cotidianidade, leva ao surgimento de um vínculo social muito significativo. Em relação aos processos históricos que formam a identidade do local, este pesa de maneira determinante sobre o presente também. Para Bourdin (2001), o local não está dissociado do seu passado, mesmo que haja estruturas imutáveis que constituem a referência do aqui e agora. Mas o local também está sujeito a mudanças: “qualquer mudança, mesmo quando considerada posteriormente como positiva, é uma agressão que incrimina uma totalidade, é uma permanência” (p. 44). Assim mesmo o local sendo um espaço imutável, ele está sujeito ao imprevisto e à diversidade.

Esse local formado pela cotidianidade é também apresentado por Bourdin (2001, p. 34 e p.36) como o local cognitivo – conhecimento do seu entorno. Reforça:

[O] homem se define, se constrói através do conhecimento do seu entorno [...] o local coloca em forma o mundo da vida diária, sendo ele próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação com o outro, da construção comum do sentido que faz o vínculo social [...] toda ação é construída e supõe aprendizagens sociais.

Essa percepção faz com que o local seja compreendido a partir do conhecimento que é gerando nesse mesmo espaço, e a ação acontece a partir dessa aprendizagem. Ao mesmo tempo, o local da ação para Bourdin (2001) pode ser também o local da resistência, principalmente aos processos da globalização. Para Bourdin (2001), o processo da mundialização é visto como o ‘efeito borboleta’ de Giddens<sup>3</sup>, segundo o qual tudo está ligado à escala planetária – um acontecimento em um determinado local pode afetar outro perfeitamente. Assim é visto o processo da globalização pelo autor; o local não está distante desses efeitos, podendo ele estar totalmente envolvido ou resistir a tais processos. Bourdin (2001, p.59) sintetiza bem esta afirmação:

---

<sup>3</sup> Efeito Borboleta é um termo que se refere às condições iniciais dentro da teoria do caos. Este efeito foi analisado pela primeira vez em 1963 por Edward Lorenz. Segundo a teoria apresentada, o bater de asas de uma simples borboleta poderia influenciar o curso natural das coisas e, assim talvez provocar um tufão do outro lado do mundo. Exemplificando: ao se tomar uma decisão mínima, considerada muitas vezes insignificante, tomada com plena espontaneidade, nos sistemas dinâmicos abertos, poderemos gerar transformações inesperadas num futuro incerto, toda ação tem uma reação.

[O] local se torna o local da resistência à mundialização. Quanto mais a mundialização toma formas concretas, através da mundialização da economia, da cultura, da comunicação e informação eletrônica generalizada, o local torna-se único, específico com forte identidade, mesmo estando sendo influenciado pelos processos da mundialização.

Em relação à esfera política, Bourdin (2001) não dissocia a esfera nacional da esfera local, que é constituída em grande parte pela localização daquilo que vem da esfera nacional. Na implementação das políticas públicas ou das estratégias das grandes empresas, assim como nas evoluções sociais e políticas, o local está envolvido em todas essas dimensões. Portanto, o local é um espaço do cotidiano, do acontecimento, da memória, que se encontra interligado indissociavelmente ao nível mais alto, seja ele nacional ou até mesmo global.

Já Albagli (2004, p. 03) entende o local como um espaço socialmente produzido e que adquire contornos particulares em áreas geográficas específicas.

Lugar,[...] não deve ser compreendido apenas como o espaço onde se realizam as práticas diárias, mas também como aquele no qual se situam as transformações e a reprodução das relações sociais de longo prazo, bem como a construção física e material da vida em sociedade. Nele, realiza-se o cotidiano, o momento, o fugidio; mas também a história, o pensamento, o fixo, correspondendo ao identitário, ao relacional e ao histórico, no âmbito da tríade habitante-identidade-lugar.

Essa forma de apreender abstratamente o local envolve modos de delimitação ou recorte territorial que expressam termos econômicos, políticos e culturais. Na esfera econômica, a partir da competição econômica, da informação e do conhecimento entre as relações de produção; em relação ao político, a existência de conflitos e alianças entre grupos socialmente distintos e a competição e cooperação entre grupos espacialmente diferenciados; e, do ponto de vista antropológico e cultural, corresponde a um sentido de lugar, mediante a identificação do sujeito com o espaço habitado. Sob essa perspectiva, a autora acredita que a globalização não significa o fim de toda identidade territorial estável, mas que, ao contrário, cada sociedade ou grupo social é capaz de preservar e desenvolver seu próprio quadro de referências e representações, expressando uma identidade ao mesmo tempo espacial e comunitária em torno da localidade (ABAGLI, 2004).

Albagli (op. cit.) chama a atenção para o fato de que todos estes contextos políticos, econômicos e culturais são moldados a partir de combinações de forças externas e internas,

devendo ser compreendidos como parte de uma totalidade espacial. É o caso dos processos de globalização e das transformações que lhe estão subjacentes que também se fazem ativos no lugar. Isto também é ressaltado por Santos (2005), ao explicar que o local não está dissociado nem distante dos processos de globalização; quanto mais os lugares se mundializam, mas se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. E cada vez mais, os lugares são condições e suporte de relações globais concebidas através do meio técnico-científico-informacional que apresenta cargas diferentes. Santos (2005, p. 160) reforça: “os lugares, pois, se diferem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, e pela sua densidade comunicacional, cuja função os caracteriza e distingue”. Assim, pode-se afirmar que o local se expressa também como o local articulado ao global.

Essa discussão é de fundamental importância para compreender a proposta deste trabalho. O lugar, que pode ser único e construído através da experiência e da vivência formada a partir de uma identidade própria, é também o lugar que está interligado com o mundo globalizado e da globalização – espaço de competição, entre os homens, as firmas, e as instituições, campo de forças multidirecionais e multicomplexas, mas que desempenham um papel em sua história (SANTOS, 2005).

Portanto, para a maioria dos autores o lugar é um espaço de intensa dinâmica econômica, social, cultural e política no mundo contemporâneo. Mesmo com os processos de globalização vigentes o lugar/local continua tendo uma formação a partir do ser humano enquanto ser social que está interligado e que depende das relações econômicas construídas a partir da competição, da informação, e também da cooperação cuja função, nas palavras de Milton Santos nos caracteriza e distingue. É nesta complexidade que se tem formulado várias políticas de desenvolvimento local, tema abordado no próximo item.

### **1.3 Desenvolvimento local: reflexões acerca de um conceito**

As discussões conceituais sobre desenvolvimento local na atualidade se fazem presentes em diversas áreas do conhecimento científico, ou seja, é um tema interdisciplinar e de fundamental importância para se compreender e explicar quais são as possibilidades, como e porque determinados lugares se desenvolveram enquanto outros permaneceram estagnados. A literatura nos permite ter uma visão do que seja desenvolvimento local e sua complexidade.

Entretanto, é importante compreender que muitos discursos são portadores de ideologias (HALL e JENKINS, 1995), quer sejam eles discursos oficiais quer sejam discursos da própria comunidade científica. Por sua vez, são variadas também as práticas que se auto-intitulam de desenvolvimento local (MOURA et al., 1999).

Diversas são as definições de desenvolvimento local. Segundo Lima (1999, p. 20), “não existe um conceito único de desenvolvimento local, tal denominação comporta diversas idéias, projetos e experiências”. Em consonância com essa posição, Arocema (apud LIMA, 1999, p. 21), “explica esta diversidade sob o argumento de que não há uma teoria sobre DL, mas teorias que divergem acerca do entendimento do termo desenvolvimento e que diferem na forma de considerar o local”. Portanto, faz-se necessário compreender as várias formas através das quais o conceito é elaborado, recorrendo-se assim, a autores que tratam do tema.

As abordagens conduzidas por Buarque (1999), Coelho (1998), Albuquerque (1996), Moura (2006), Amaral Filho (2001) e Franco (2007) apresentam semelhanças conceituais em relação à noção de desenvolvimento local. Segundo Buarque (1999), o DL é um processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Por sua vez, Coelho (1998) define DL como a constituição de uma ambiência produtiva inovadora, institucionalizando formas de cooperação, ampliando as oportunidades locais, gerando trabalho e renda, atraindo novos negócios, proporcionando a constituição de sujeitos sociais locais com capacidade de intervenção nos processos de desenvolvimento na escala geográfica e nível políticos locais. Já Albuquerque (1996) destaca o envolvimento e parcerias dos setores público e privado na promoção do desenvolvimento local, a partir das atividades endógenas, com a intenção de promover melhores condições de vida para a comunidade. Por seu lado, Moura (2006) apresenta o desenvolvimento local através de duas vertentes, a saber: a vertente competitiva e a vertente social. Exemplifica que a vertente competitiva está pautada no desenvolvimento da economia local e que coincide com o bom desempenho da cidade (lugar) na competição interurbana dentro do mercado mundial. A vertente social tem por objetivo desenvolver economicamente a cidade (lugar) e gerar emprego e renda para a população local, combatendo assim a exclusão social. Finalmente, Franco (2006) define o DL como o fenômeno pelo qual tornam-se dinâmicas as potencialidades locais por meio da interação de fatores humanos, sociais, econômicos, físicos e ambientais. Esses fatores estão

presentes nos territórios locais quando se busca o seu próprio desenvolvimento; os fatores humanos e sociais estão presentes na covivialidade, na confiança e no desejo em comum de mudança, o econômico presente em suas relações produtivas e técnicas presentes nas potencialidades locais e físicos e ambientais nas riquezas naturais presentes no território.

Por sua vez, Amaral Filho (2001) argumenta que a definição do modelo de desenvolvimento local passa a ser estruturada *a partir dos próprios atores locais*, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado, reforçando que pode ser definido como um modelo endógeno constituído de “baixo para cima”, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originárias do local, em vez de ser um modelo de desenvolvimento “de cima para baixo”, isto é, que parta do planejamento e da intervenção conduzida pelo estado nacional; ou seja, o desenvolvimento local parte dos próprios atores locais, que se unem e buscam coletivamente a realização dos seus objetivos mútuos, não ficando mais a mercê das políticas ou intervenções federais, sendo este percebido mais como um parceiro para a promoção do desenvolvimento.

Na perspectiva de Bocayuva (2007), o desenvolvimento local é algo que está interligado com os processos econômicos e sociais firmados pelos processos da globalização, presentes nos sistemas locais, regionais e nacionais, e reforça que:

O desenvolvimento local não é um localismo, mas sim um conjunto de respostas e conflitos dados pelas forças sociais e produtivas presentes num dado território. O desenvolvimento local emerge como a questão das oportunidades estratégicas nascidas das respostas para fazer frente ao atravessamento ativo dos sistemas locais, regionais e nacional e pelas redes e fluxos transacionais (p. 04).

Nessa perspectiva, o local está submetido aos processos econômicos e sociais vigentes no bojo do processo da globalização e, portanto, sujeito a ele. Ao mesmo tempo, encontra-se presente nesse processo a busca pela identidade e pelas vantagens competitivas presentes nos processos produtivos e socioculturais locais. Esse discurso apresenta semelhança com as formulações de Coelho (1998) e Moura (2006) quando conceituam o desenvolvimento local como algo inovador e competitivo.

Uma outra alternativa teórica para se explicar o desenvolvimento local diz respeito à discussão de autores e estudiosos que acreditam que o desenvolvimento do capital social é um

forte elemento de conquista e consolidação da participação cidadã, para promover a organização social e, por conseqüência, alcançar o desenvolvimento, como é discutido no próximo item.

#### **1.4 Desenvolvimento local e capital social**

O conceito de capital social é hoje em dia freqüente nos estudos acadêmicos, principalmente inseridos em pesquisas referentes ao desenvolvimento econômico e social de determinados locais. Ao refletir sobre o tema, Mattide (apud HIGGINIS, 2005, p. 14) afirma que o conceito de capital social “indica que o bom desempenho da economia depende das relações sociais, ou seja, que as relações mercantis não são independentes, mas inseridos nas relações sociais”. Essa visão sobre o papel do capital social em relação ao desenvolvimento também está presente na obra de Higgins (2005) na qual o autor argumenta que o capital social é um instrumento para promover a eficiência (melhoria da rentabilidade) do setor econômico local, umas levanta uma crítica importante quando questiona que muitos autores vêem o capital social como instrumento para promover o desenvolvimento econômico sem questionar ou mexer nos problemas estruturais existentes, ou seja, sem fazer referência ao papel do capital social na mudança do *etatus quo*.

O conceito de capital social apresentado por Higgins (2005) enfatiza que não se poderia falar de uma teoria do capital social, e sim de diversas acepções de uma mesma expressão, reforçando que o capital social é uma discussão que apenas começa. Segundo o citado autor, poderia se dizer que é uma teoria em fraldas. Há uma breve história de idéias associadas ao tema que são compartilhadas por diversos autores através do tempo histórico, um traço teórico que nos permite identificar uma mesma família de pensamentos e fruto da história, onde há continuidade e ruptura, tradição e inovação, podendo ser visto em Braudieu (1985), Coleman (1988), Putman (2000), Reis (2003), e tantos outros. Portanto, a discussão sobre capital social já data de algum tempo.

Na busca de um referencial teórico consistente sobre capital social, foram identificados diversos autores que são de fundamental importância para que se possa entender como o capital social emerge, se materializa em contextos específicos e tem relação casual com o desenvolvimento local. Para Nan Lin (apud DEGENNE 2004), de início a sua grande preocupação é o conceito de capital, onde o autor rejeita a crítica segundo a qual o termo

“capital” seria ilegítimo por não se adequar ao uso feito dele na teoria econômica e principalmente nas análises de Karl Marx. O referido autor (p. 303) reforça seu argumento:

[E]stamos assistindo à emergência de uma nova teoria do capital (*neo-capital-theory*), elimina a referência às classes e por meio da qual se desenvolve os conceitos de capital humano, capital cultural e capital social. Essa nova teoria se interessa pelo jogo das ações individuais e das posições sociais no processo de capitalização.

É notório que há uma forte discussão conceitual a respeito do capital humano, cultural e social, mas eliminar a discussão em referência às classes é quase impossível, pois dentro destes próprios conceitos estão as divisões de classes sociais.

Nan Lin (apud DEGENNE 2004), define capital social como o conjunto de recursos enraizados nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos nas suas ações, reforçando que o capital social de um indivíduo depende da posição dos membros da sua rede no sistema de estratificação. Para Nan Lin a diversidade e diferença humana facilita os laços de informações, e estas diferenças estão presente na sua posição social e de integração no seu meio, formando redes de relações. As redes de relações podem influenciar positivamente nas tomadas de decisões; as relações aumentam a confiança, a credibilidade, as relações reforçam a identidade e o reconhecimento.

Coleman, (1988, p. 31), sociólogo muito atuante na da década de 80 do século passando, define capital social da seguinte forma:

O capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. Dentro das estruturas sociais há pelo menos três grupos de elementos com essa funcionalidade: em primeiro lugar as obrigações, expectativas e lealdade, em segundo lugar os canais de informação e em terceiro as normas e as sanções estabelecidas.

A hipótese de Coleman é de que as relações de confiança e reciprocidade melhoram a eficiência dos agentes econômicos. Essa visão, tão usada na pesquisa socioeconômica, sugere que os elementos das estruturas sociais é que promovem a redistribuição da riqueza produzida. Para Coleman a confiança e a reciprocidade é visto como uma alternativa para melhoria de vida. Para

Coleman, estes signos subjetivos têm uma funcionalidade, que é socioeconômica e não de boa convivência e crescimento humano.

Uma outra proposta conceitual sobre capital social é a discussão de Braudieu (1985), cuja argumentação se refere principalmente às relações de poder que se estabelecem no convívio social:

[C]ada campo social se caracteriza como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que significa que os campos sociais a partir da distribuição de um quantum social que determina a posição que cada agente específico ocupa em seu interior [...] o dos dominantes e dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro pólo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, enquanto os que se situam no pólo dominado definem-se pela ausência ou pela escassez do capital valorizado no espaço específico do seu campo de pertencimento e, por sua vez, na sociedade como um todo (p. 02).

A visão de Baurdieu vai além das normas de reciprocidade e de boa convivência definidas por Coleman (1988); ele argumenta que dentro desses próprios sistemas de conquistas democráticas existem os que se beneficiam mais ou menos, melhor ou pior. Argumenta ainda que a distribuição desigual de riqueza e de poder e os recursos na sociedade fazem com que o acesso aos mesmos seja limitado e desigual. Isso é possível de ser visto nos processos democráticos de buscas coletivas, por melhorias na qualidade de vida. As relações de poder, na sua maioria, são distribuídas desigualmente, por alguns poucos participantes mais ativos participarem e sentirem mais presentes nesses espaços de conquista do que outros atores menos participantes.

Com base em sua experiência de estudo na Itália, Putnam (2000, p. 177) apresenta o capital social na perspectiva da participação cívica, definindo o capital social como algo “característico da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”. Esta definição é parecida com a definição de Coleman discutida acima. Putnam (2000) argumenta que a participação cívica caracteriza-se pelo envolvimento da sociedade nas decisões ou escolhas públicas, pela influência das relações horizontais de reciprocidade e cooperação, pela presença de cidadãos solidários, tolerantes e confiantes um no outro. Isso pode ser visto no seu estudo, segundo o qual a comunidade cívica está mais presente no norte do que no sul da Itália. Putnam defende ainda a idéia de que a comunidade cívica é constituída historicamente e suas concepções são transmitidas via processos de socialização. Reforça a idéia de que os cidadãos das regiões menos cívicas

sentem-se explorados, alienados e impotentes, e toda comunidade com cidadãos mais instruídos é coletivamente mais eficaz e mais capaz.

Reis (2003) faz uma análise muito pertinente, ao afirmar em relação aos estudos de Putnam (2000), que o seu estudo não é sobre capital social, mas que esse conceito “desempenha ali o papel de uma espécie de coadjuvante que rouba a cena nos momentos finais do filme” (p. 44). Para Reis o conceito de capital social para Putnam permanece impreciso (o capital social só faz sua entrada nas últimas 18 páginas do livro), “feita à alusão inicial ao capital social, tudo o que se segue é, inicialmente, uma remissão à exposição do conceito feito por James Coleman” (p. 44).

Putman (2000) responde em seu livro por que as “instituições políticas das diversas províncias italianas podem exibir desempenho tão dispares de uma província para outra, já que todos os governos regionais dispõem, afinal de instituições políticas rigorosamente idênticas” (REIS, 2003, p. 36). Aponta a cooperação voluntária como um facilitador decisivo para a instauração dos círculos virtuosos favorecedores do bom desempenho institucional (Putnam, 2000). É notório que em relação à participação cívica Putnam fez colocações importantes em relação ao Norte e ao Sul da Itália, mas a definição do conceito de capital social permanece insatisfatoriamente vago (REIS, 2003).

É importante que se faça esta discussão porque a maioria dos textos acadêmicos que tratam do assunto apresenta o conceito de capital social como se fosse algo cuja discussão e definição se iniciaram a partir do trabalho de Putnam na Itália e quem já leu o livro pode perceber que as colocações de Reis (2003) são realmente pertinentes.

Entretanto, todos os autores que se seguem se apropriam do conceito de Coleman (ou Putnam) para apoiar suas definições a respeito do capital social. Hanifan (apud MILANI, 2005), definiu o capital social como conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre os indivíduos e a família. Segundo Lima (2003,) capital social pode ser entendido como um conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais e informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos e indiretos, sendo determinante na compreensão social.

Já Robison (apud MILANI, 2005, p. 19), refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos, enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Essa rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns. A ação coletiva neste caso está sujeita a normas e confiança para promover os benefício em comum.

Para Franco (2007, p. 03), o capital social é um elemento favorável para o desenvolvimento que se deseja, e para que o “capital social possa ser gerado, acumulado e reproduzido, é necessário que as pessoas se conectem, umas com as outras, segundo um padrão horizontal de organização”, reforçando que a capacidade de apropriação e multiplicação da renda é função dos níveis de capital social e humano existentes numa dada sociedade. O discurso de Franco (2007) dever ser questionado nesta perspectiva onde fica subentendido que o capital social é responsável pelo desenvolvimento, seja ele local, regional ou nacional. Este discurso deixa de lado ou exime o Estado da sua responsabilidade perante a sociedade, em relação às políticas públicas também favoráveis ao desenvolvimento. Um bom exemplo disso é que o capital social não poder ser responsável pela educação na sua totalidade, sendo que a educação é um forte instrumento para gerar capital social e, nessa perspectiva, a educação é função do Estado, com base nos impostos pagos pelos cidadãos. Com base nessa crítica, pode-se afirmar que o crescimento do capital social e do capital humano é consequência de um bom investimento do estado, levando à formação de um processo cíclico, segundo o qual quanto mais se tem capital social e capital humano mais se tem instrumento de cobrança ao estado e, por esses investimentos serem volumosos, o capital social não pode ser sozinho responsável pelo desenvolvimento local; o estado precisa ser parceiro e cumprir com suas obrigações, assim como também é dever do estado saúde, educação saneamento básico, etc.

Outra perspectiva sobre capital social é a de D’Araújo (2003), que define capital social com base em três fatores inter-relacionados – confiança, normas e cadeias de reciprocidade, e sistemas de participação cívica, sistemas que permitem às pessoas cooperar, ajudar-se mutuamente, zelar pelo bem público e promover a prosperidade coletiva. D’Araújo (2003, p 31-32 ), apoiada em Putnam (2000), afirma que é possível mudar hábitos e dinâmicas sociais de forma a produzir capital social, ainda que seja tarefa para décadas e faz uma colocação muito interessante a respeito desse conceito:

Capital social é assim um conceito tentador para dois mundos, cada um com sua ordem de problemas: o mundo da pobreza e da fome e o mundo das virtudes do desenvolvimento e da democracia. No primeiro, o conceito é pensado como instrumento de apoio à mudança; no segundo, como recurso para manter as virtudes do que já existe.

Essa é uma reflexão realmente pertinente a respeito da função do capital social para esses dois universos que chamamos de desenvolvido e subdesenvolvido. E, de fato é realmente assim mesmo, em relação à pobreza o capital social pode ser usado como um recurso para invertê-la e iniciar um transcurso de mudança em direção ao desenvolvimento, e, para o mundo desenvolvido, é um recurso para manter e ampliar as conquistas sociais.

Para Sarita e Maciel (2006), a perspectiva do desenvolvimento local está associada ao poder de inovar através do conhecimento tácito, e o desenvolvimento do capital social é um elemento chave para expressar este conhecimento tácito. Para esses autores, o capital social propicia maior facilidade de compartilhamento de informação e conhecimento, relação de confiança, espírito cooperativo, melhor coordenação de ações e maior estabilidade organizacional, devido a processos coletivos de tomada de decisão. Em correlação a esta discussão, Barquero (2003) aponta uma perspectiva relevante quando abraça o conhecimento como instrumento de inovação, criando estratégias para promover o desenvolvimento local. Nessa mesma perspectiva, a partir da linhagem neo-schupteriana está a discussão de Wanderley e Lages (2004) ao afirmar que o conhecimento pode ser uma referência endógena para o crescimento econômico, uma abordagem que enfatiza o papel da inovação a partir da inteligência e da inovação tecnológica.

As freqüentes referências ao termo capital social estão também presentes nos documentos oficiais de agências financiadoras e organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Banco Mundial (Bird) e as agências internacionais de fomento, principalmente a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Ao reconhecerem o potencial do capital social para contribuir para o desenvolvimento, destinam recursos e estudos com a finalidade de investigarem de que maneira o capital social tem o potencial de habilitar os setores pobres da sociedade a participarem e beneficiarem-se dos processos de desenvolvimento (BARROS, 2003). O Quadro 2 apresenta definições de capital social usadas por organizações internacionais.

Quadro 2  
Definições de capital social usadas por organizações internacionais

Organizações e Programas	Definição de Capital Social	Objeto e Método
Banco Mundial: Social Capital Initiative (lançada pelo Departamento de Desenvolvimento Social do BM, em 1988)	Refere-se a instituições, relações e normas que consubstanciam a qualidade e a quantidade de interações sociais em uma sociedade. Não é somente o somatório das instituições que constituem uma sociedade, mas é a cola que as mantém unidas.	Dois objetivos principais: as fontes de capital social (família, sociedade civil, comunidades, etnia, setor público, gênero) e as várias questões de desenvolvimento (crime e violência, economia, comércio e migração, educação, meio ambiente, finanças, saúde, etc).
FAO (Food and Agriculture Organization): programa relativo a Instituições (Departamento de Desenvolvimento Sustentável, 1998)	Refere-se ao conjunto composto de coesão social, identificação comum a normas de governança, expressão cultural e comportamento social, os quais tornam a sociedade algo mais do que somatório de indivíduos.	Viés do desenvolvimento institucional e dos mecanismos de participação: os projetos têm por objeto o empoderamento de decisões e o fomento de redes sociais, sobretudo cooperativas no meio rural. São trabalhadas metodologias de avaliação, de montagem e de gestão de projetos.
OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development): Centro de Pesquisa em Educação e Inovação (Conferência Internacional sobre indicadores de capital social, organizada em 2002)	Redes e normas, valores e convicções comuns que facilitam a cooperação dentro de e entre grupos sociais.	O método utilizado pela OCDE é dividido em seminários com formuladores de políticas públicas e projetos de medição de capital social. A comparabilidade dos instrumentos de medida é uma preocupação importante para a OCDE.
CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) : Divisão de desenvolvimento social	Capacidade efetiva de mobilizar, produtivamente em prol de grupos sócias, recursos associativos que se encontram em redes sociais às quais têm acesso indivíduos desse grupo.	Seu foco principal dá-se nas relações do capital social com pobreza urbana, políticas públicas, gênero e sustentabilidade ambiental rural.

Fonte, Milani, 2005.

Com base no Quadro 2, Milani (2005) chama a atenção para o quanto o capital social deixou de ser um tema marginal no campo do desenvolvimento, e que não são somente as “ciências sociais que tradicionalmente analisam fenômenos locais desde a perspectiva dos grupos sociais e dos indivíduos (sobretudo a sociologia, a antropologia e a psicologia)” (p. 23). Na realidade, atualmente as instituições internacionais que desenvolvem programas sobre capital social sob a perspectiva instrumental, enfocam como o capital social pode permitir que determinadas comunidades apresentem melhores índices de desenvolvimento que outras. O capital social para essas instituições é visto como um elemento chave nos processos de desenvolvimento local, pois as capacitam a participar de forma efetiva na gestão e planejamento de ações cujas conseqüências afetam os seus interesses.

A visão dessas instituições em relação ao capital social como instrumento de desenvolvimento, geração de renda e de melhoria da qualidade de vida, não pode ser analisada somente nessa perspectiva. Por detrás desses discursos e analisando a finalidade de cada instituição no cenário mundial há uma forte intencionalidade associada à busca por recursos,

sejam eles naturais ou humanos. Ou seja, o mundo do consumo e a reprodução do próprio capital financeiro precisam também alcançar outros espaços, sejam eles o espaço rural, do meio ambiente ou da pobreza. À proporção que essas instituições ampliam o espaço que ocupam, mais confiança elas têm em desenvolver suas políticas intervencionistas e, conseqüentemente, ampliar o seu domínio sobre arcos do seu interesse. Ou seja, o capital social é muito importante para estas instituições, mas o discurso na sua maioria é meramente capitalista, é com uma forte intencionalidade que se constrói estas políticas, para gerar recursos para o próprio sistema se perpetuar.

É de fundamental importância se manter uma visão crítica e analisar as posturas e os vários discursos existentes em torno do conceito de capital social, como afirma Barros (2005). Essa autora critica a apropriação desse conceito principalmente para beneficiar o capital financeiro, em prol de uma minoria econômica e política hegemônica. Em contra-partida, é interessante se identificar à existência de processos de desenvolvimento local, de caráter endógeno, nas quais a sociedade consegue mobilizar o capital social que compartilham, e assim, dialeticamente conseguem avançar na realização dos seus interesses.

### **1.5 Desenvolvimento local e participação democrática**

Nos processos de desenvolvimento local a participação dos indivíduos, agora vistos como atores sociais, envolvidos em vários tipos de organizações é de fundamental importância para concretizar as propostas do desenvolvimento local e para criar espaço democrático. Assim, não é apenas o âmbito nacional quem decide e é responsável pelas políticas públicas nos níveis local e regional. Os próprios atores locais têm autonomia através da participação, criando projetos e ações voltadas à realização dos seus interesses.

Segundo Jacobi (2002), a participação é identificada com os argumentos da democratização que têm como referência o fortalecimento dos espaços de socialização, de descentralização do poder e de crescente autonomização das decisões, enfatizando neste sentido a importância de um papel mais autônomo dos sujeitos sociais, ou seja, um processo de empoderamento, de desenvolvimento de poder local, resultado de conscientização dos sujeitos locais (ABBOTT, 1996) a respeito dos seus direitos e das suas possibilidades de ação coletiva.

Nessa mesma perspectiva, estão as discussões teóricas apresentadas por Arnstein (apud ARAUJO, 2006), segundo as quais a participação pode ser um instrumento de distribuição de poder que permite que cidadãos marginalizados, presentemente excluídos do futuro, participem da construção de um futuro que contemplem os seus interesses. Outra definição citada por Araujo (2006, p. 155) é a de Drake (1991) segundo a qual a participação é “a habilidade das comunidades locais de influenciarem o resultado de projetos de desenvolvimento que têm algum impacto sobre seus interesses”.

Tocqueville (apud, FREY, 2000) argumenta que o estabelecimento de uma ordem social baseada e sustentada por uma nova cultura política da liberdade impulsiona a própria sociedade civil, reforçando que a participação da sociedade civil ativa existe associada aos costumes e tradições dentro da própria sociedade. Para Tocqueville (op. cit.), o processo de participação é considerado fundamental para manter abertas as chances de respectividade, criar ou salvaguardar a liberdade e alcançar o bem comum.

O entusiasmo pela participação nas comunidades locais vem das contribuições positivas que ela oferece para aquelas que historicamente excluídos passaram a exercer um papel central no seu desenvolvimento. Bordenave (1994, p. 16) argumenta “que a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalecendo seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade”, reforçando que:

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a intervenção com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

Portanto, processos autoritários e centralizadores de gestão do desenvolvimento ferem duplamente a dignidade humana, ou seja, impõem os interesses de uma minoria sobre o resto da sociedade e cresce a capacidade de imobilização do indivíduo.

Para Bordenave (1994), a participação ultrapassa os limites de conquistas em nível econômico e que, de fato, é muito importante para sociedades vulneráveis, pois revaloriza o espaço da boa convivência, da reflexão, a valorização do indivíduo. Esse autor distingue e define

dois tipos de participação: a participação simbólica e a participação real. Para a definição da participação simbólica, ele explica que nesse tipo de participação normalmente os membros de um grupo social têm influência mínima nas decisões e nas operações de atividades, sendo mantidos na ilusão de exercerem o poder. Já na participação real os membros influenciam em todos os processos da vida institucional, reforçando que a participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal, “só se aprende a participar, participando” (p. 74). De acordo com Furtado (2002), a participação deverá ser maior no contexto dos sistemas de tomada de decisões, “sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação” (p. 21).

Nessa mesma perspectiva está a discussão apresentada por Pretty (apud ARAUJO, 2006), segundo o qual diversos são os tipos de participação, dando exemplo de participação manipuladora, onde as decisões são tomadas por atores chave enquanto os outros participantes não têm qualquer poder de tomar decisões ou de influenciar o processo de tomada de decisão. Na participação funcional, os participantes são envolvidos apenas quando as decisões mais importantes já foram tomadas, a participação tendo como objetivo alcançar as metas do projeto, em vez de atender aos interesses dos participantes, e por sua vez na participação por auto-mobilização, os participantes têm e exercem o controle sobre o processo de tomada de decisão que afeta outros interesses do grupo.

A efetividade da participação presente na organização dos diferentes setores sociais aponta para a viabilidade de um desenvolvimento que leva em conta os interesses de diferentes grupos sociais, deixando que as decisões deixem de ser exclusivamente competência do poder nacional centralizado e passem a ser decisões negociadas e consensuadas entre poder público e distintos atores da sociedade civil (DALL’ ACQUA, 2003).

Na sociedade civil organizada, uma das formas de participação em busca de interesses comuns com base no capital social é a organização de cooperativas, com o objetivo de suprir as necessidades de pequenos produtores agrícolas que dependem da agricultura familiar para sobreviver. A organização coletiva dos produtores através de cooperativas permite a participação em busca do bem coletivo do grupo envolvido, compreendendo que o cooperativismo pode ser

entendido nestes processos de desenvolvimento local como uma forma de organização do espaço, da produção e da ocupação, através dos quais os diversos atores sociais são coordenados a se aplicar mais ativamente nos processos em curso (MARTINES e PIRES, 2002). As formas participativas através de cooperativas são capazes de proporcionar o ingresso dos agricultores no circuito produtivo e de amenizar os problemas do êxodo rural. Assim, o cooperativismo pode ser visto como uma saída que os trabalhadores diretos esperam para atender aos anseios da modernização e participação mais ativa e efetiva frente ao mercado (CARDOSO, RAMOS, FLORES, 2006).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o cooperativismo é identificado como um instrumento importante dentro de políticas de desenvolvimento para as camadas da população mais desfavorecidas economicamente. Isso pode ser presenciado, mesmo em realidades distintas, como no leste canadense e no nordeste brasileiro, em termos de organização, desenvolvimento e resultados econômicos obtidos pelas cooperativas, o que confirma a capacidade de o cooperativismo servir como instrumento de organização dos produtores e da comercialização nas mais diversas situações e contextos socioculturais (MARTINS e PIRES, 1999).

Martins e Pires (1999) argumenta que:

O cooperativismo agrícola como forma de organização econômica e gerador de riqueza, identifica-o também como um instrumento importante de competitividade do setor agrário e de organização dos produtores sob bases democráticas, contribuindo para a geração de emprego e renda. Além disso, passa a ser também entendido como uma via importante de escoamento da produção para mercados cada vez mais seletivos e competitivos, aumentando a capacidade de barganha dos produtores.

Essas formas de participação permitem, a partir da organização, produção e comercialização, que as cooperativas contribuam para potencializar a capacidade produtiva e de desenvolvimento dos locais em que estão inseridas. Na realidade, as cooperativas são vistas como estratégias importantes dentro da perspectiva do desenvolvimento local. Essa visão é empossada por Martines e Pires (2002), mas esses autores afirmam que apesar da sua configuração como organização socioeconômica de natureza democrática, onde os membros participam da estrutura financeira, da atividade produtiva e dos processos de tomada de decisões da organização, esse

tipo de parceria não anula as possíveis divergências e conflitos entre os diferentes atores e parceiros envolvidos, mas é através destas diferenças, que se buscam alternativas para o desenvolvimento local.

Diversas são as correntes de pensamento em relação à aplicabilidade dos conceitos de desenvolvimento local e de capital social, e estas linhas de pensamento aparecem para alguns autores como sendo contraditórias e insatisfatórias no contexto do sistema capitalista vigente. Autores como Oliveira (2002), Irochlich (1998) e Mattus (1998) fazem colocações importantes a este respeito.

Para Oliveira (2002), muitos autores apresentam o desenvolvimento local como algo possível de ser alcançado em qualquer lugar, desde que o desejem, sem questionar os vários tipos de problemas estruturais presentes na sociedade, principalmente quando determinados locais se encontram envolvidos em crises profundas, como a falta de uma educação qualificada, fome, distribuição desigual de riqueza e renda, corrupção, e tantos outros problemas. Oliveira (2002, p. 12) faz algumas reflexões importantes a respeito do conceito de desenvolvimento local. O autor apresenta a crítica de que o desenvolvimento local “não será um elo numa cadeia de desenvolvimento total [...] ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural”.  
Reforça ainda:

Está se elaborando um discurso sobre desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado com um ‘emplastro’, capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensando desta forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando, sem querer, perigosamente, na mesma tendência mediática da sociedade complexa. O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela.

Ainda de acordo com Oliveira (op. cit.), se não se tiver o cuidado de encontrar os meios adequados no seio das estruturas sociais envolvidas no processo de desenvolvimento local, esse processo pode ser concentrador de renda e centralizador em relação à tomada de decisões e pode agravar as desigualdades, através de ações implementadas em um determinado local que não inclua a todos, que são pensadas por poucos e para o desenvolvimento de poucos. O autor

apresenta exemplos de ações que foram executadas em nome do desenvolvimento local e que acabaram gerando a exclusão de partes significativas das comunidades alvo do desenvolvimento local.

No Brasil contemporâneo, há vários casos polêmicos que foram alvo de crítica contundentes como o caso do Pelourinho em Salvador, o bairro do Recife Antigo e em São Paulo a Sala São Paulo e a Praça Júlio Prestes, lugares de onde foram deslocadas pessoas para dar valor comercial ao local (turismo, comércio, etc.), justificando com base em uma retórica voltada para a geração de novos empregos, aumento de renda da terra, da segurança e da convivialidade. Em nenhum momento questionou-se a distância dos desiguais, dos que não teriam renda para tentar suas vidas nestes locais de origem, tirados dos seus lugares de vivência, ou os que não tiveram chance neste novo mercado de trabalho. A crítica de Oliveira (2002) é pertinente, por que apresenta e questiona os novos discursos que surgem no meio de tantas instituições que se dizem promotoras do desenvolvimento local, quando, na prática, os casos de fracassos são muitos numerosos.

Uma outra reflexão semelhante à de Oliveira é a apresentada por Irochlich (1998), que faz uma discussão a respeito da descentralização como estratégia de desenvolvimento local. Ele argumenta que,

Quando se afirma que a descentralização é capaz de alcançar mais democracia, participação, justiça social e desenvolvimento, deveria-se demonstrar como tal seria possível no contexto da dinâmica socioeconômica prevalecente na atualidade. Dever-se-ia indicar como poderiam tais objetivos ser alcançados sem modificar a estrutura e a dinâmica econômica vigente ou, inversamente, como uma nova organização “meramente territorial de tipo política administrativa” poderia modificar certas tendências que seriam congênicas ao desenvolvimento capitalista: a desigualdade distributiva e a acumulação produtiva.

Para esses autores, o desenvolvimento local só acontecerá quando outros problemas inerentes ao local forem resolvidos, como é o caso da desigualdade distributiva e da acumulação produtiva, que é um traço historicamente construído. Assim, em contexto histórico com tais características não seriam as políticas de descentralização apenas de caráter municipalista que vão levar à solução dos problemas citados.

Para Mattus (apud IROCHLICH, 1998), a desigual distribuição de renda e de poder no sistema capitalista não permite que o desenvolvimento aconteça na sua totalidade no âmbito do local e reforça que por mais que se mude a organização territorial da administração do poder em um determinado âmbito nacional, não é o mesmo que mudar as bases econômicas, políticas, sociais e ideológicas de poder. Na sua opinião “não se pode pretender alcançar modificações essenciais na orientação e nas modalidades dos processos de geração, apropriação e utilização do excedente econômico” que sejam diferentes à lógica do sistema capitalista (p. 89). Segundo o referido autor, o desenvolvimento local é considerado ou acusado de sinônimo de utopia iluminista que concebe a sociedade como harmônica e que menospreza a idéia de luta de classes como motor da história. Para Irochlich, o desenvolvimento local acontecerá quando houver bruscas rupturas no sistema vigente. No seu modo de entender, para que existam mudanças sociais é necessário que haja mudanças na organização espacial que ampara as velhas relações.

Nessa mesma perspectiva, Ferreira (2006) faz a sua análise, reforçando que se acredita que o desenvolvimento pode ser alcançado através do planejamento e implementação de ações que se desenham cada vez mais no nível local/municipal, mas sem levar em conta que é no local que dilemas herdados e não solucionados estão presentes, “que entre décadas de crescimentos urbanos industriais coordenados pelo poder central deixaram inúmeros problemas sociais a serem resolvidos em escala local” (p. 07), como a concentração de renda, analfabetismo, problemas de saúde, além dos processos políticos a nível local que, na maioria, ficam a mercê de arranjos políticos e interesses particulares (Ferreira, 2006). Cunha Bocayuva (2007) apresenta ponto-de-vista semelhante, mas, por outro lado, aponta que o desenvolvimento local aparece como uma problemática atravessada pela linha divisória entre subordinação e resistência. Portanto, pode-se argumentar que o contexto local inserido na lógica mais ampla do mundo competitivo de produção é portador de contradições que, uma vez superados, podem resultar em mudanças socioeconômicas que alimentam as iniciativas em busca pelo desenvolvimento local.

Em última análise, o desenvolvimento local precisa ser pensado por todos e para todos, o que para o sistema capitalista vigente é contraditório - envolvendo intenções de igualdade e distribuição entre as classes sociais cujos interesses se localizam na escala do local. O respeito à cultura, à história, aos interesses sociais coletivos deve ser pensado nos processos de planejamento e de gestão das políticas de desenvolvimento que incluem o local. A introdução de

‘pacotes prontos’ para promover tal desenvolvimento pode sucumbir, desalentar os locais, seus costumes, seus espaços de convivência e, também seu lugar de resistência.

Em relação ao capital social, é importante também lembrar que essas redes sociais são diferentes em cada sociedade, nas quais a cultura é de fundamental importância para determinar o comportamento e a independência das funções humanas. Há também uma crítica à aplicação inadequada do conceito de capital social quando ele é utilizado, apontando-se saídas para todos os males da exclusão social, o que permitiria resolver os problemas do subdesenvolvimento. Nesse sentido crítico, Albagli e Marciel (2006, p. 10) afirmam:

Portanto, é importante destacar que nem toda forma de capital social é positiva, e que este pode ser usado negativamente contra os que estão fora de uma determinada rede, ou gerar grupos corruptos e sistemas autoritários. Outra crítica é que podem ocorrer situações não estimuladoras de iniciativas individuais e de restrições à liberdade individual.

Além desse tipo de crítica, Barros (2005) faz uma crítica em relação à apropriação desse conceito para beneficiar o capital econômico. Higgins (2005) também faz uma análise interessante do uso do capital social segundo o qual estudiosos como Coleman (1985), e Putman (2000) nutriram o horizonte ideológico das instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial, etc.). Para estes autores, o conceito de capital social consiste em um bem comunitário, que supõe a existência de grupos homogêneos com valores e interesses comuns. Porém, essa idéia não leva em conta a inequívoca distribuição e reprodução do poder nem a reprodução das desigualdades sociais (Bourdieu, 1985). No entanto, Coleman e Putman defendem que a partir do desenvolvimento do capital social se desenvolve a iniciativa humana, a criação, a resistência, a acomodação social (apud HIGGINS 2005), portanto, várias possibilidades. Outro autor que apresenta restrições à aplicação deste conceito é Reis (2003, p 47), quando pergunta sobre “até que ponto a presença do capital social” e “confiança” não poderia eventualmente ser vista como manipulação ideológica bem sucedida”.

Portanto, muitas são as interpretações a respeito do capital social, principalmente sobre como a sociabilidade pode melhorar o desempenho das atividades econômicas lucrativas em populações carentes e vulneráveis, sem passar necessariamente pela redistribuição de poder e riqueza, o que é um grande problema, pois assim perpetuaria a desigualdade.

O processo do desenvolvimento brasileiro foi marcado por políticas direcionadas pelo governo federal, nas quais o município era visto como mero coadjuvante (LIMA, 1999). Entretanto, a partir da década de 70, o processo de desenvolvimento nacional e mundial começa a tomar novos rumos. Com o acelerado processo de globalização, o estado passa por mudanças no seu planejamento e nas políticas de intervenção, o mercado começa a intervir com maior intensidade nas regiões e lugares, representando a existência de um modelo de desenvolvimento baseado na política neoliberal do estado mínimo, reforçando a partir daí uma maior autonomia para os municípios, o município concebido como “espaços locais” dinâmicos e que buscam na atualidade o seu próprio desenvolvimento, através de parcerias público-privadas, participação ativa da sociedade civil através do desenvolvimento do capital social. Neste contexto, o capital social passou a ser visto como um elemento fundamental para a busca de conquistas sociais mais amplas.

Com base no que foi discutido neste capítulo, observando-se a contribuição de vários autores (LIMA, 1999; FONSECA, 2006; BUARQUE, 1999; COELHO, 1998; ALBURUERQUE, 1996; MOURA, 2006; JACOBI, 2002; ARAUJO, 2006), várias noções teóricas, como autonomia, participação, parceria, competitividade econômica e inclusão social, podem ser ressaltados como componentes que vêm cada vez mais se fazendo presentes nas perspectivas mais recentes do desenvolvimento. Na mesma linha de pensamento, o capital social para autores como Braudieu (1985), Coleman (1988), Nan Lin (2004), e outros, é um elemento fundamental nos processos de desenvolvimento local e de organização social.

Contudo, alguns autores como Oliveira (2002), Irochilich (1998), Mattus (1998) e Reis (2003) analisam o desenvolvimento local como algo impossível na sociedade capitalista vigente, na qual existem pensamentos ideológicos e contradições sociais.

Pode-se dizer que todas as discussões teóricas apresentadas neste trabalho, em especial as noções de desenvolvimento local e capital social, são de fundamental importância para se analisar processos sociais de transformação socioeconômica praticamente em todo o mundo, incluindo o Brasil, envolvendo setores tão díspares como indústria, comércio, turismo e agricultura.

É importante destacar que mesmo sendo projetos pontuais, existem experiências de desenvolvimento local que vêm tendo relevância em municípios brasileiros, experiências que têm

proporcionado mudanças em relação ao nível de participação, busca de soluções coletivas através da organização do capital social para problemas existentes em comunidades locais, apontando novas alternativas para construir um desenvolvimento local mais participativo e operante.

## **2. ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DA MICRO-REGIÃO DE IRECÊ**

Este capítulo tem como objetivo apresentar em linhas gerais, os aspectos mais relevantes da microrregião de Irecê, identificando aspectos históricos, sociais e econômicos, associados à crise do feijão que têm sido um dos fortes problemas na sua base produtiva.

### **2.1 Um breve perfil do estado da Bahia**

O estado da Bahia corresponde a 13.070.250 habitantes, com uma superfície de 564.692 km<sup>2</sup> (IBGE, 2004).

O estado tem apresentado índices médios de crescimento econômico relativamente superiores aos nacionais, mas esses resultados não têm se refletido numa melhoria dos indicadores sociais, apresentando dessa forma uma forte disparidade econômica, espacial e social entre as microrregiões econômicas do estado (CAR, 2004) (Figura 1). A existência de problemas estruturais tem se agravado ao longo dos anos, como a concentração de terras, concentração de renda, baixo nível educacional e de qualificação profissional, entre tantos outros.

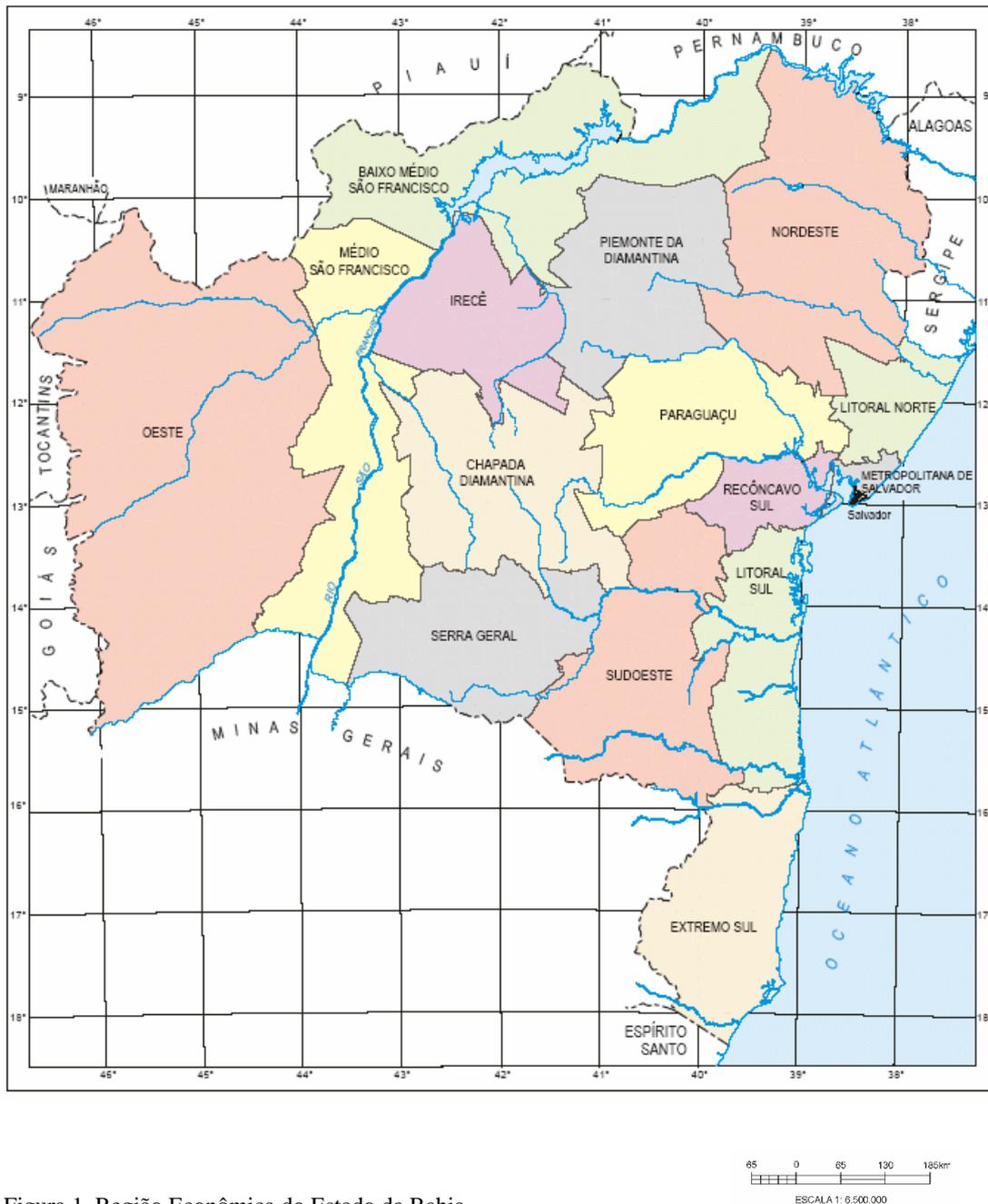


Figura 1, Região Econômica do Estado da Bahia.  
Fonte: SEI, 2004.

O território baiano é composto por 417 municípios, sendo que em 41 deles concentra-se 75,88% do PIB estadual, enquanto que os 374 municípios restantes detêm apenas 24,12% daquele total (SILVA e SILVA, 2003). A tabela 1 apresenta as regiões econômicas do estado

incluindo a região metropolitana de Salvador, a qual concentra quase a metade do PIB do estado da Bahia, com uma renda *per capita* superior à das demais regiões.

Tabela 1 – Estado da Bahia  
Produto bruto municipal segundo as regiões econômicas

Região	Valores (em R\$ milhões)	%	PIB <i>per capita</i> (em R\$)
Metropolitana de Salvador	21.259,01	48,2	7.036
Nordeste	2.899,12	6,6	2.465
Extremo Sul	2.692,67	6,1	4.050
Paraguaçu	2.436,05	5,5	1.949
Litoral Norte	2.330,05	5,3	4.389
Litoral Sul	2.273,52	5,2	1.671
Sudoeste	1.939,56	4,4	1.708
Oeste	1.651,64	3,7	3.392
Baixo Médio São Francisco	1.352,16	3,1	3.318
Recôncavo Sul	1.293,97	2,9	1.890
Piemonte da Diamantina	1.092,87	2,5	1.922
Serra Geral	1.064,41	2,4	1.884
Chapada Diamantina	752,53	1,7	1.483
Irecê	584,72	1,3	1.568
Médio São Francisco	508,83	1,2	1.508
Bahia	44.131,11	100,0	3.376

Fonte: Silva e Silva, 2003

A análise desta tabela permite identificar um profundo desequilíbrio regional na Bahia. Enquanto a Região Metropolitana de Salvador detém 48,2% do PIB baiano, a região de Irecê, onde se situa o município de Jussara, alvo deste estudo, posiciona-se como a penúltima região em renda *per capita*, equivalente a R\$ 1.568, ou seja, apenas 1,3%. Os investimentos estaduais ainda estão concentrados nas áreas metropolitanas do estado da Bahia, deixando em segundo plano as grandes dimensões territoriais do estado, e suas diferenças ambientais, históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas, as quais apresentam possibilidades para vários tipos de investimentos. Diante de tão aguda concentração territorial de investimentos, se faz necessário uma política estadual de desenvolvimento para as suas diferentes regiões (SILVA e SILVA, 2003).

Uma outra questão importante a destacar em relação ao estado da Bahia é que não há tradição de participação sociopolítica da população em organizações sociais, e o desequilíbrio

espacial e a disparidade existente nas mobilizações locais no interior do estado relacionadas à busca de alternativas para superar os problemas socioeconômicos enfrentados pela população. Fonseca (2006) apresenta um mapa (Figura 2) localizando vários tipos de mobilização que aconteceram no interior do estado. Esse mapa apresenta uma forte concentração em algumas áreas, principalmente na porção leste do estado, e pouco presente em outras, como é o caso da pouca mobilização na região econômica de Irecê. A pesquisa de Fonseca (2006) foi feita através de registros a partir dos meios de comunicação jornalísticos do estado.

As mobilizações ocorridas ao longo do tempo na região de Irecê tiveram pouca visibilidade para os meios de comunicação do estado, mas é importante destacar que existem entidades da sociedade civil organizada como o Centro de Assessoria do Assoroá - CAA e o Garra que têm buscado alternativas de discussão para a microrregião de Irecê.

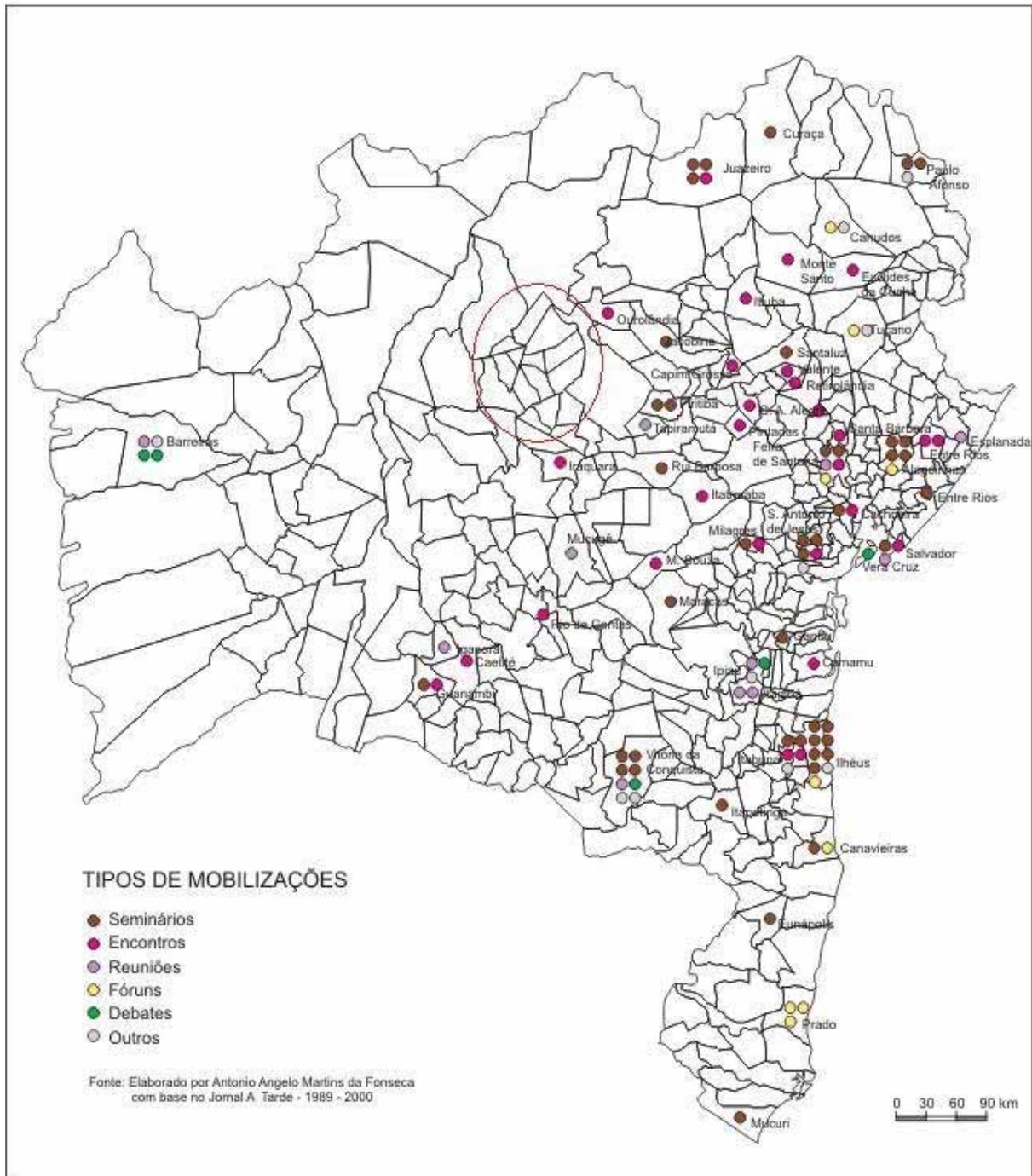


Figura 2, Ocorrências das mobilizações locais e intermunicipais na Bahia segundo a modalidade – 1989-2000

Fonte: Fonseca, 2006.

 Região econômica de Irecê

As mobilizações registradas por Fonseca (2006) abrangem diversos temas e discussões. A tabela 02 apresenta os temas mais discutidos.

Tabela – 02  
Ocorrência das mobilizações locais e microrregionais segundo a modalidade – 1989 – 2000

<b>TEMAS</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>	<b>%</b>
Crise, Desenvolvimento local e Microrregional	56	52,33
Meio ambiente Sustentabilidade	18	16,82
Agricultura	8	7,48
Turismo	8	7,48
Infra-estrutura	4	3,73
Seca e outros	13	12,15
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Fonseca, 2006

As mobilizações que tiveram maior destaque em toda a Bahia foram relacionadas a Crise, Desenvolvimento Local e Microrregional com 52, 33%, ficando em terceiro lugar, com 7,48%, a agricultura. Isto é um reflexo da realidade baiana que também pode ser associada à realidade da microrregião de Irecê.

Em pesquisa de campo para este estudo, alguns documentos apresentados pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) registraram apenas duas mobilizações que aconteceram e tiveram sede em Irecê. O primeiro na década de 80, de 15 a 18 de julho de 1980, objetivando revisar o sistema de produção do feijão (Emater/Ba, 1980). O segundo foi o I Encontro dos Trabalhadores Rurais da Região de Irecê, em 27 e 28 de novembro de 1999, coordenado pela Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setras) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho e Coordenação de Relação do Trabalho e Documentação (Sudet). O encontro discutiu sobre o trabalho rural na região e sobre as condições de trabalho no campo. Teve a participação de trabalhadores rurais, técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e representantes e líderes sindicais da região.

Estes dados permitem sugerir que há uma história de pouca participação dos produtores da região de Irecê em mobilizações, por meio de encontros e fóruns para discutirem soluções para os seus problemas. Essa falta de participação se constitui em problema porque o envolvimento dos atores sociais locais no planejamento permite que os excluídos participem da construção de soluções que atendam seus interesses, reforçando, entretanto, que em muitas situações os

planejadores e tomadores de decisões não representam de forma significativa os interesses coletivos da sociedade alvo de suas decisões (ARAÚJO, 1998). Isto é visível na microrregião de Irecê, onde a pouca organização social não permitiu durante muito tempo a mobilização da população para a tomada de decisões e para a construção de políticas públicas voltadas para a suas realidades.

## 2.2 Contextualizando a Região do Feijão – Irecê (Bahia)<sup>4</sup>

A região econômica de Irecê (Quadro 2) foi delimitada pelo estado por ser uma área centro de atividades socioeconômicas. No auge da produção do feijão entre os anos de 1960 e 1980, a região de Irecê atraiu um grande número de pessoas, em busca de uma vida melhor, contribuindo para que na década de 70 o Governo do Estado a partir da prioridade de planejamento, a região passou a ser conhecida como o Pólo da produção do feijão do Nordeste.

Quadro 3  
Região Irecê – Regionalização

Região	Sub-região	Zona	Sub-Zona	Municípios Componentes
Salvador	Feira de Santana	Irecê	Irecê	Irecê, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Ibipêba, Ibititá, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí.
			Xique-Xique	Xique-Xique, Gentio do Ouro e Itaguaçu da Bahia.
			Morro do Chapéu	Morro do Chapéu, América Dourada, Cafarnaum e Mulungo do Morro.

Fonte: CAR, 2004.

Contextualizando a região de Irecê em seu processo de ocupação, pode-se definir que a ocupação da região teve início a partir do século XVI, através das atividades desenvolvidas pelas políticas das sesmarias, com o objetivo de expansão da ocupação para o interior, através da busca

<sup>4</sup> Todas as informações referentes à região de Irecê e sobre a Coperj e a Accojus foram tiradas dos documentos apresentados pela cooperativa e por relatórios do Sebrae e da CAR.

de novas terras para implementar a pecuária e a busca por minas de ouro e de diamantes. A região de Irecê não é característica de minas, mas é através da sua busca em Gentio do Ouro, Morro do Chapéu e Jacobina, e a construção de curais em Xique-Xique, que se constata a importância da pecuária no povoamento do sertão baiano, impulsionando a ocupação de terras da atual região de Irecê, na qual predominou historicamente a atividade da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência (SILVA, SILVA e LEOA, 1989).

A partir da década de 50 do século XX, começa a haver uma maior presença do estado através de novas instituições, com a criação dos seguintes órgãos: Comissão do Vale do São Francisco (CVSN) em 1946, Departamento de Estradas e Rodagens do Estado da Bahia (Derba); Companhia de Armazéns da Bahia (Caseb); Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A partir da atuação destes órgãos, surge um novo dinamismo na região, principalmente no setor agrícola através das lavouras de feijão, milho e mamona.

A partir das décadas de 1950 e 1960, a construção de estradas deu um maior dinamismo à região, principalmente em relação à circulação de mercadorias, do comércio e dos serviços, levando a um aumento da população. Na década de 1960, se inicia o processo de financiamento oficial através do crédito agrícola na região. Na realidade, em 1952 já existia o Banco da Bahia com a finalidade de financiamento apenas para as atividades comerciais. Com o financiamento através do crédito agrícola, a agricultura da região de Irecê passou a ser atendida por assistência governamental. Foram implementadas nos municípios da região mais mecanização e modernização, modificando a estrutura de produção até a década de 1980 (CAR, 2004).

De uma forma geral, até a década de 1950 a região de Irecê era pouco assistida pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual. Mas em meados da década de 1960 o Governo Federal inicia investimento em mecanização e modernização através do crédito agrícola na região de Irecê. A filosofia da Revolução Verde<sup>5</sup> chega à região e inicia-se a partir daí uma grande

---

<sup>5</sup> A revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O modelo se baseia na intensa utilização de sementes melhoradas, insumos industriais (fertilizantes, pesticidas, herbicidas), como também o uso extensivo de tecnologias no plantio, na irrigação e na colheita. De acordo com críticas, a revolução verde também teve efeitos perversos. Segundo Carson (1964) os efeitos sociais e econômicos relacionados à revolução verde podem ser listados como o aumento das despesas com cultivo e o endividamento dos agricultores, o

modificação na base produtiva. Inicia-se um processo de uso e ocupação do solo que causou grande destruição da caatinga e de muitas matas virgem para a implantação da monocultura do feijão, com muito dinheiro sendo colocado à disposição dos produtores. Como consequência, entre as décadas de 60 e 80 houve uma grande produção de feijão na região, tanto que a microrregião de Irecê ficou conhecida e foi intitulada como a microrregião produtora de Feijão para todo o Brasil. Toda esta produção era beneficiada por solos virgens que ainda não tinham sido utilizados por nenhum tipo de cultura agrícola. Eram solos ricos em nutrientes e cobertos por vegetação nativa e ainda intocada. Os solos nesse momento inicial proporcionavam uma boa produtividade para a região de Irecê, passando a região a ter destaque nacional.

Com tanto investimento federal na região, o governo estadual implementa órgãos de assistência e de gerenciamento na região, tais como: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater/Ba), foi implementada na região em 1971 com o objetivo de planejar, coordenar e executar os programas de assistência técnica, econômica e social que permitissem o aumento da produção e da produtividade. Desta forma, foram atendidos ao longo dos anos, pequenos, médios e grandes produtores rurais, com ações diferenciadas, como: mecanização / tração animal, irrigação / drenagem, poços / cisternas, barreiros / açudes / tanguês, energia alternativa (Emater/Ba, 1984). Em fevereiro de 1975 tem início o Polonordeste na Bahia, coordenado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa). O programa inicia-se com o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) com o objetivo de promover uma agricultura eficaz, melhorando a produtividade e ampliando a renda e o emprego no meio rural. Esse programa buscou investimentos públicos em estradas vicinais, eletrificação, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incluindo crédito para beneficiar o público-meta atendido (Phillips, 1985). Até hoje se adota o modelo de PDRI na região de Irecê, com objetivos e metas diferenciadas.<sup>6</sup>

Entretanto, vários problemas estruturais são detectados nessa região, durante esse período de investimentos e apoio à agricultura. Um dos problemas graves é que o modelo de ocupação das terras da região levou à concentração de terras. Como consequência, a ocupação atual das

---

crescimento da dependência dos países, do mercado e da lucratividade das grandes empresas de insumo agrícola, o agravamento da uniformidade das espécies agrícolas e da erosão dos solos.

<sup>6</sup> Na pesquisa realizada até o momento não foi conhecido nenhum relatório ou documento que avaliou tais projetos implementados na região.

terras da região de Irecê se concentra em muitas pequenas propriedades ocupando uma quantidade menor de terras e a grande propriedade com uma maior quantidade de terras sob seu domínio. Outro grande problema é que a maioria dos produtores enfrenta um alto nível de endividamento e a impossibilidade de pagamento dos débitos junto aos bancos que os financiaram.

Em meados dos anos 1980 e início da década de 1990 se inicia nessa região um período de crise, que se estende até aos dias atuais. A grande produção que teve início na década de 1960 começa a decair em meados da década de 1980. As terras (solos) que eram virgens e ricas em nutrientes, com a mecanização inadequada com o passar do tempo não produziram tanto como no início. Os solos fracos e empobrecidos dificultaram assim a produção de feijão. Outro problema também a destacar é a inadimplência dos produtores. Muitos investimentos foram concedidos através do crédito agrícola, e com a diminuição na produção, os produtores acabaram ficando inadimplentes com os bancos financiadores. A diminuição na produção veio acompanhada de um intenso problema comercial, houve a falta de competitividade destes produtores nos principais mercados regionais. Além disso, a irregularidade das chuvas que é um grande problema para a monocultura do feijão, a crise se refletiu também nas ações dos órgãos, as quais, com menos apoio governamental, tiveram suas ações de assistência e apoio aos produtores rurais enfraquecidos. Uma das principais conseqüências é que muitos projetos foram desativados, agravando a situação de profunda crise no sistema produtivo local.

Apesar dos investimentos para a produção de feijão na região de Irecê terem diminuído, alguns órgãos voltados para a agropecuária sobrevivam nessa região, como é o caso da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) que tem um dos seus escritórios na cidade de Irecê, sendo administrada pelo governo do estado, com a finalidade de coordenar e promover a execução de políticas e programas integrados de desenvolvimento regional, voltados prioritariamente para o atendimento à população de baixa renda da zona rural (CAR, 2004). Também em Irecê encontra-se a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), que é uma empresa vinculada ao Ministério de Integração Nacional e que trabalha formulando políticas para promover o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a antiga

Emater/ba, ligada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), que ainda assessora precariamente os produtores rurais da região.

Estas instituições procuram desenvolver em Irecê projetos e programas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de toda a população, inclusive a rural, mas devido a muitos entraves ou poucas verbas do governo federal ou estadual, não têm conseguido atender a todas as necessidades da região. Estas instituições vêm aos poucos construindo espaços de discussão democrática entre as populações locais, possibilitando construções mais coletivas de projetos, mas que somente o futuro possibilitará uma avaliação mais consistente.

Também existem instituições não governamentais (ONGs) que atuam na região de Irecê, como o Centro de Assessoria do Assoroá (CAA) e o Garra que atuam com o objetivo de ajudar a alcançar o desenvolvimento local. O CAA atua na região de Irecê e Chapada Diamantina, o trabalho desta instituição é direcionado às famílias organizadas coletivamente em associações comunitárias e produtivas. O CAA tem o objetivo de contribuir para a criação de alternativas de geração de emprego e renda adaptadas às condições ambientais da região (CAA, 2007), e o Garra também é uma instituição não-governamental e tem como missão transformar a realidade socioeconômica, política e ambiental da microrregião de Irecê, construindo referências de convivência com o semi-árido baiano.

Uma observação que é necessária ser feita é que os programas e projetos são na sua maioria direcionados pelo governo do estado, mas já se vê na região de Irecê a sociedade civil organizada se mobilizando em busca de soluções para os problemas enfrentados. Segundo Cardoso (2004), esse tipo de mobilização representa grande conquista, pois quando o governo e a sociedade civil trabalham juntos, há um aumento na possibilidade de eficácia nas ações. E, o mais importante, com maior participação das comunidades envolvidas.

Essa nova realidade que começa a se construir na região de Irecê, com base em uma maior participação da comunidade que se envolve em várias iniciativas, a exemplo das ONGs que foram mencionadas, contribui com a inserção de novas possibilidades de enfrentamento da crise do feijão. Os dados constantes da tabela 03 apresentam uma forte queda na área plantada, na produção e no valor da produção das lavouras temporárias na região, sugerindo a crise que se reflete na região de Irecê.

Tabela 03  
 Área, produção e valor da produção das principais lavouras  
 temporárias na região de Irecê – 1980/95  
 (Em R\$ 1000,00 de abril de 2001)

Lavouras	Área (ha)			Produção(T)			Valor Produção		
	1980	1995	Índice	1980	1995	Índice	1980	1995	Índice
Feijão	172.765	151.278	-14,20	77.536	27.393	-183,05	102.931	23.539	-337,28
Milho	168.938	39.919	-323,20	105.982	7.441	-1.324,30	43.137	2.143	-1.912,93
Mamona	73.607	34.835	-111,30	25.800	5.851	-340,95	22.372	2.426	-822,18
<b>Total</b>	<b>415.310</b>	<b>226.032</b>	<b>-83,74</b>	<b>209.318</b>	<b>40.685</b>	<b>-414,48</b>	<b>168.440</b>	<b>28.108</b>	<b>-499,26</b>

Fonte : IBGE, censos agropecuários, 1985 e 1995/96

A tabela 03 mostra que entre 1980 e 1995, nas lavouras de feijão, milho e mamona apesar de ainda se constituírem nos principais produtos agrícolas da região, a soma dos seus valores de produção apresentou uma redução significativa com relação à sua participação no valor das lavouras temporárias, no período de 1985 a 1995. A contribuição do conjunto destas lavouras, na produção agrícola da região, que era de 94,82% em 1980, caiu para 73,91% em 1995. A tabela 03 indica ainda que todas as três lavouras sofreram uma redução em relação à área cultivada, à produção e ao valor da produção entre os anos estudados (CAR, 2004).

As lavouras temporárias na região de Irecê correspondem a 91,19% do total da área colhida na região. Entretanto, pode-se observar, com base nas figuras 3 e 4 que houve uma forte queda no valor da produção e no total de terras utilizadas para a produção, como também foi apresentado na tabela acima.

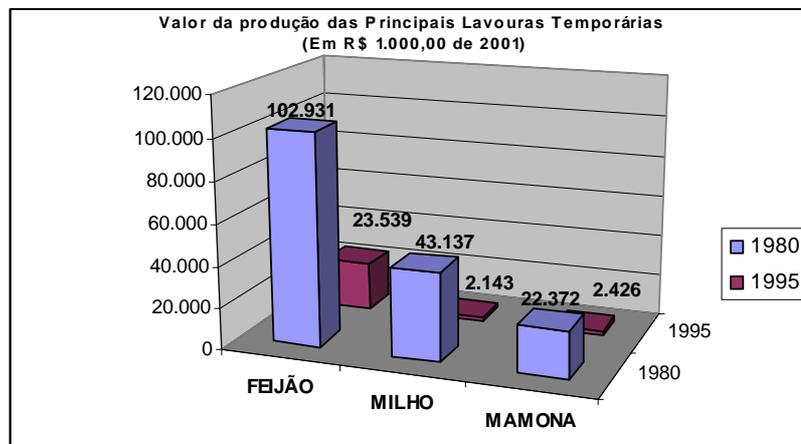


Figura 3. Fonte: CAR, 2004

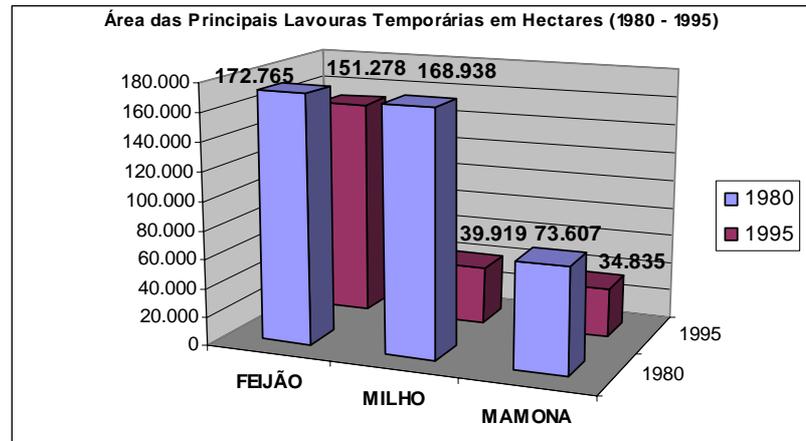


Figura 4. Fonte: CAR, 2004

A figura 3 indica que os produtores continuaram insistindo na produção com base no tri-corsórcio feijão/milho/mamona, mas que houve uma queda significativa no volume total da produção. Já na figura 4 verifica-se a queda significativa na área plantada, particularmente de milho e feijão. Isto é culturalmente muito presente na região de Irecê, pois os produtores ainda são influenciados pelo auge da produção do feijão. Mesmo com as dificuldades comerciais e ambientais atuais na região, os produtores apresentam relativa dificuldade em buscar alternativas de sobrevivência, através de alternativas ou estratégias de desenvolvimento mais adaptáveis ao clima, à economia regional e ao mercado.

O governo do estado da Bahia, preocupado com o declínio nas estruturas sociais e econômicas da região, em consequência das condições climáticas adversas, dos sistemas de produção inadequados, do desordenamento do setor produtivo, da fragilidade das bases das organizações sociais, entre outros, como mostram vários estudos e pesquisas sobre a região, vem desenvolvendo outros projetos na microrregião de Irecê, como é o caso do projeto “Terra Fértil”. O projeto Terra Fértil é mais um projeto proposto pelo governo do estado da Bahia, com o objetivo de recuperar a economia regional. Cria-se, por exemplo, em abril de 2003, o Projeto de Revitalização da Agricultura Familiar Integrada na Região de Irecê – Terra Fértil, tendo como foco a valorização da agricultura familiar (EBDA, Informações Básicas Sobre o Projeto – Relatório Final, 2004). O projeto é apoiado por um empréstimo junto ao Banco Mundial (Bird, Nº 4623-BR), dentro do programa de Combate à Pobreza Rural Produzir II – Bahia, visando revitalizar o processo produtivo da região. O projeto se baseia na exploração de atividades

agropecuárias e agroindustriais, diversificados e integrados, enfatizando a escala econômica de produção (EBDA, Relatório Final, 2004).

Um outro projeto que vem sendo também implementado na região é o Plano Safra coordenado pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), tendo por objetivo ampliar a diversidade da produção na microrregião de Irecê, construindo junto aos produtores novas alternativas de produção, tais como apicultura, avicultura, cana-de-açúcar, caprinos e ovinos, fruticultura, grãos, irrigação, mamona e modernização agroindustrial, cada um com objetivos e propostas específicas para cada cultura ou atividade. O projeto tem como fonte de recurso o Governo do Estado e o Banco do Nordeste.

Estes projetos estão em andamento, tendo somente como referências para estudo e análise os relatórios oficiais apresentados pela EBDA e pela Seagri, dificultando assim uma análise mais aprofundada dos seus resultados. Mas, o que se pode observar é que em nível de classificação com base nos índices de educação, saúde, infra-estrutura, economia, serviços básicos e desenvolvimento social, a região de Irecê ainda está em uma posição muito baixa nos *rankings* classificatórios de desenvolvimento.

As tabelas 4 e 5 permitem verificar a disparidade existente nos níveis de desenvolvimento econômico e social da região de Irecê na classificação geral dos 415 municípios do estado da Bahia.

Tabela 4  
Índice de Desenvolvimento Econômico dos Municípios da Região  
Econômica de Irecê – 2000

<b>Municípios</b>	<b>INF</b>	<b>Classif.</b>	<b>IQM</b>	<b>Classif.</b>	<b>IPM</b>	<b>Classif.</b>	<b>IDE</b>	<b>Classif.</b>
<b>1- Irecê</b>	5.018,14	26°	5.000,32	35°	4.998,12	46°	5.005,52	34°
<b>2- Xique-Xique</b>	4.999,74	54°	4.994,99	75°	4.991,79	76°	4.995,51	68°
<b>3- Ibititá</b>	4.990,11	149°	4.991,92	302°	4.989,22	107°	4.990,42	139°
<b>4- Ibipeba</b>	4.991,04	126°	4.991,54	359°	4.986,84	163°	4.989,80	166°
<b>5- Lapão</b>	4.988,86	210°	4.991,71	327°	4.988,81	116°	4.989,79	167°
<b>6- Barra do Mendes</b>	4.989,77	165°	4.993,13	158°	4.986,06	197°	4.989,65	170°
<b>7- João Dourado</b>	4.988,82	212°	4.992,62	198°	4.986,78	166°	4.989,41	182°
<b>8- Canarana</b>	4.988,93	207°	4.991,67	336°	4.987,01	157°	4.989,20	195°
<b>9- Central</b>	4.989,91	156°	4.991,54	361°	4.985,63	216°	4.989,02	205°
<b>10- América Dourada</b>	4.988,08	253°	4.991,88	308°	4.986,24	183°	4.988,73	216°
<b>11- São Gabriel</b>	4.987,64	263°	4.991,81	317°	4.986,50	173°	4.988,65	219°
<b>12- Presidente Dutra</b>	4.987,75	259°	4.991,55	355°	4.986,21	186°	4.988,50	234°
<b>13- Cafarnaum</b>	4.987,75	258°	4.991,45	386°	4.985,92	200°	4.988,37	246°
<b>14- Uibaí</b>	4.987,55	266°	4.992,01	284°	4.985,04	247°	4.988,20	266°
<b>15- Gentio do Ouro</b>	4.986,87	286°	4.991,81	316°	4.985,12	244°	4.987,93	293°
<b>16- Jussara</b>	4.987,50	267°	4.991,42	392°	4.984,57	282°	4.987,83	302°
<b>17- Barro Alto</b>	4.986,52	315°	4.991,68	335°	4.984,63	276°	4.987,61	330°
<b>18- Mulungu do Morro</b>	4.986,44	323°	4.991,47	375°	4.983,81	328°	4.987,24	362°
<b>19- Itaguaçu da Bahia</b>	4.986,02	348°	4.991,40	399°	4.983,61	346°	4.987,01	378°

SIGLAS:

INF – índice de infra –estrutura

NQN – índice de qualificação de mão- de obra

IPM – índice do produto municipal

IDE – índice de desenvolvimento econômico

Tabela 5  
Índice de Desenvolvimento Social da Região  
Econômica de Irecê – 2000

Municípios	INS	Classif.	INE	Classif.	ISB	Classif.	IRMCH	Classif.	IDS	Classif.
1-Irecê	5.075,65	23°	5.049,41	60°	5.164,31	21°	5.231,37	19°	5.129,68	18°
2-Barra do Mendes	5.115,69	6°	5.034,00	83°	5.032,61	126°	4.999,44	144°	5.045,25	71°
3-João Dourado	4.999,94	204°	4.999,09	173°	5.049,31	101°	5.073,58	56°	5.030,38	87°
4-Central	5.061,99	37°	5.034,98	81°	5.022,57	137°	4.993,74	158°	5.028,26	92°
5-Presidente Dutra	5.033,37	88°	4.985,58	218°	5.048,03	105°	4.974,73	206°	5.010,33	141°
6-Ibipeba	5.026,96	110°	5.011,00	135°	5.002,67	169°	4.991,84	165°	5.008,10	144°
7-Xique-Xique	5.061,62	38°	5.028,75	89°	4.936,56	307°	4.997,54	155°	5.005,91	150°
8-Ibititá	5.040,52	71°	4.951,32	343°	5.005,90	163°	5.005,14	133°	5.000,62	162°
9-Canarana	5.007,64	173°	4.963,95	307°	5.007,34	159°	5.010,85	122°	4.997,41	169°
10-Cafarnaum	5.009,72	168°	4.996,92	181°	4.983,28	208°	4.963,32	242°	4.988,28	198°
11-Barro Alto	4.986,67	240°	5.015,62	121°	4.971,76	241°	4.969,02	226°	4.985,73	207°
12-Jussara	5.054,21	49°	4.969,62	288°	4.976,61	227°	4.936,71	326°	4.984,10	215°
13-América Dourada	5.004,20	188°	4.935,02	380°	5.004,45	164°	4.974,73	207°	4.979,52	236°
14-Lapão	4.951,96	355°	4.967,41	300°	5.006,08	162°	4.991,84	164°	4.979,28	237°
15-Gentio do Ouro	5.005,56	183°	4.975,84	262°	4.971,35	243°	4.957,62	256°	4.977,56	242°
16-Uibaí	5.018,79	129°	4.979,37	243°	4.931,81	318°	4.967,12	233°	4.974,18	256°
17-São Gabriel	4.979,12	277°	4.988,97	208°	4.983,35	207°	4.942,41	303°	4.973,43	260°
18-Itaguaçu da Bahia	5.013,63	150°	4.980,10	239°	4.888,71	397°	4.921,50	362°	4.950,74	349°
19-Mulungu do Morro	5.021,30	124°	4.922,37	394°	4.882,60	405°	4.934,80	339°	4.940,01	373°

## SIGLAS:

INS – índice do nível de saúde

INE – índice do nível de educação

ISB – índice dos serviços básicos

IDS – índice do desenvolvimento social

Estes dados mostram a posição de atraso dos municípios da microrregião de Irecê em relação aos 415 municípios baianos. Em geral, os municípios da região se encontram muito distantes dos lugares privilegiados entre os índices de desenvolvimento econômico e social. De forma semelhante, os problemas educacionais e de saúde são visíveis nos índices de desenvolvimento social e, na questão econômica, faltam investimentos e políticas públicas voltadas para mudar a realidade econômica da região.

Na atualidade algumas alternativas de desenvolvimento vêm surgindo na microrregião da região de Irecê, através dos quais tentam superar a crise que afetou a maioria dos produtores da região. É o caso do município de Jussara, que vivenciou, e ainda vivencia toda a crise mencionada neste trabalho e tenta amenizar os problemas da região. Deixando um pouco de lado a produção principalmente do feijão, milho e mamona, hoje tem um forte destaque na criação de ovinos e caprinos, contribuindo para que a Bahia se posicione como o maior produtor de cabras e ovinos do Brasil (IBGE, 2004), buscando neste tipo de alternativa produtiva uma nova dinâmica

para a economia local, como uma estratégia para o enfrentamento dos crônicos problemas socioeconômicos e de desenvolvimento da região de Irecê.

Silva (2003, p. 117-118) aponta para esta realidade em algumas áreas dessa região baiana: “estamos assistindo, sobretudo desde os anos 90, a uma crescente territorialização das questões ligadas à agricultura, em diferentes níveis, setores e escalas, acompanhado de uma intensa combinação com as demais atividades econômicas e sociais que, por sua vez, passa a expressar uma busca de uma forte territorialização”. Entende-se por territorialização a busca consciente de oportunidades locais decorrentes, em poucas palavras, do uso eficiente dos recursos localizados em termos absoluto e relativo, hoje associados mais do que nunca às vantagens comparativas e competitivas.

No município de Jussara há uma forte consolidação de um projeto coletivo de desenvolvimento a partir da participação dos produtores em busca de objetivos comuns com a criação, produção e comercialização de ovinos e caprinos. Os produtores locais entendem que o desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura é uma estratégia com grande potencial para o desenvolvimento local. Construído através do capital social local e de parcerias, a consolidação das suas ações no mercado com estratégias competitivas diferenciadas, busca reduzir os custos de produção e contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos produtores, dos seus familiares e, em última instância, do cenário socioeconômico da região de Irecê.

### **3. MUNICÍPIO DE JUSSARA: DO FEIJÃO À OVINOCARINOCULTURA**

Este capítulo tem como objetivo apresentar em linhas gerais a experiência do município de Jussara na Bahia, região de Irecê, para superar a crise do feijão, identificando os elementos que a Accojus e a Coperj construíram no município de Jussara.

#### **3.1 A Experiência de Jussara: do Feijão à Criação de Cabras e Ovinos**

O município de Jussara faz parte da região econômica de Irecê (Figura 5) localizado no noroeste baiano, a 497 Km da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. O município tem população de 15.751 habitantes, tendo como principais rodovias de acesso a BA 409 e a BA 416 (IBGE, 2004).

O município de Jussara tem uma história de desenvolvimento econômico e social semelhante a toda a região de Irecê, tendo vivenciado todo o processo de ocupação e expansão da monocultura do feijão. Hoje essa região apresenta os mesmos problemas contextualizados anteriormente, como consequência da crise do feijão. Os primeiros problemas são a falta de competitividade no mercado regional, sobretudo após a década de 1990, solos com baixa retenção de umidade e baixa atividade microbiana, além do produtor ficar sob a influência da irregularidade das chuvas do semi-árido baiano, o que para a cultura do feijão é um grande problema.

O município de Jussara apresenta uma herança cultural ligada à caprinocultura e ovinocultura, atividade que remontam à década de 1940. Entretanto essa atividade não deslancharam no passado como produção de larga escala, se caracterizando mais como atividade de subsistência. É importante se observar que esta é uma característica endógena do município. Nas décadas de 1960 e 1970 o financiamento para a agricultura fez com que os produtores locais substituíssem a atividade da caprinocultura e da ovinocultura, anteriormente conduzida de modo extensivo, pelas culturas agrícolas. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os produtores passaram a receber incentivos do governo através do crédito agrícola para a produção vegetal. Como consequência, passaram explorar as áreas mais favoráveis com a agricultura, relegando a áreas mais afastadas à bovinocultura e à caprinocultura, apesar da exploração animal se constituir na atividade que melhor se adaptava às condições naturais da região (CAR, 2004).

Entretanto, apesar de um futuro aparentemente promissor com base na agricultura, a região em estudo entrou em crise, associada principalmente à cultura do feijão. Em busca de novas alternativas econômicas para enfrentar a crise, começam a ser organizadas várias discussões sobre o modelo agropecuário da região em Irecê. Em maio de 1996, um grupo de produtores e técnicos agrícolas do município de Jussara elabora um projeto chamado “Novo Mundo”, em que definiram a necessidade de identificar alternativas econômicas para o município de Jussara. O eixo do projeto seria a produção de carne, de leite e peles vindas da criação de caprinos e ovinos no município, como uma alternativa à monocultura do feijão, tendo em vista que as culturas exploradas no município não conseguiam mais competir no mercado. Por conseqüência, não atendiam às necessidades dos produtores, devido às dificuldades impostas pela crise do feijão.

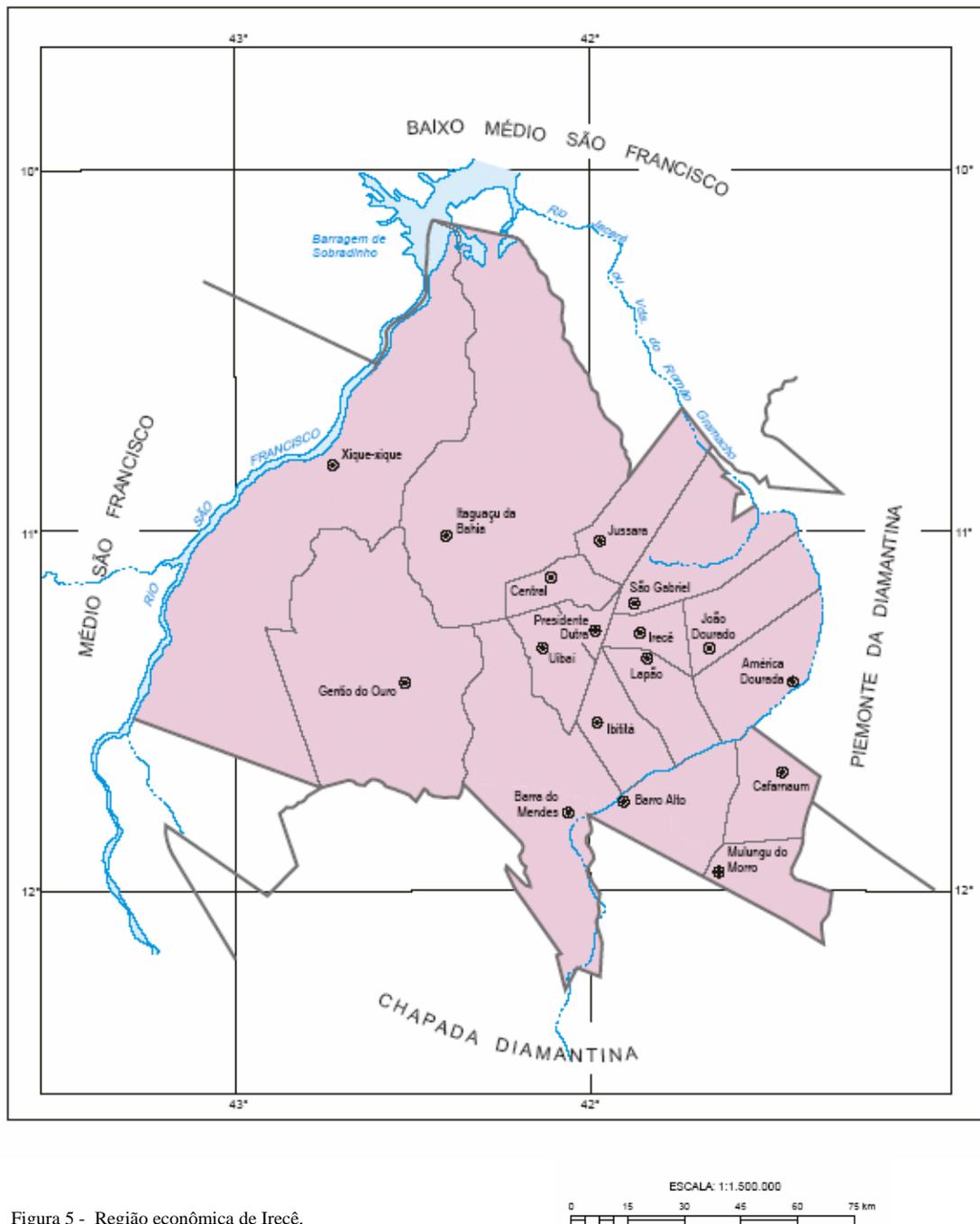


Figura 5 - Região econômica de Irecê.  
Fonte: SEI, 2006

O grupo concluiu que para atingir seus objetivos seria necessário cadastrar os produtores, capacitando-os gerencial e tecnologicamente para lançar um programa em nível regional que tivesse capacidade de criar novas perspectivas econômicas para eles. Em 1996, criam a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara (Accojus) que tinha como objetivo a

organização social, gerencial e tecnológica dos produtores e, para facilitar a comercialização dos derivados da produção, que seria o leite, a carne e o couro, foi criada, em 2000, a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara (Coperj). Os cooperados caracterizam-se como sendo pequenos e médios criadores de ovinos e caprinos que adotam ou adotavam sistemas de produção extensivos e individualizados, que tenham ou que tiveram uma produção de baixa qualidade para o abate, e de baixa remuneração para os produtores. A cooperativa também tem como parceiros outros municípios da região, que também participam de outras associações que também são associações parceiras, como é o caso dos associados dos municípios Gentil do Ouro, Itaguaçu da Bahia e de São Gabriel. Estas associações parceiras estão listadas na tabela 6:

Tabela 6  
Associações de criadores de caprinos e ovinos que compõem a COPERJ

Nome da Associação	Número de Associados	Município
Associação dos criadores de caprinos e ovinos de Jussara	66	Jussara
Associação dos criadores de caprinos e ovinos de Itaguaçu da Bahia	08	Itaguaçu
Associação Comunitária da fazenda Paraíso	07	São Gabriel
Associação Comunitária da fazenda Sacrifício	08	São Gabriel
Associação Treze de Maio Agropecuária de Recife	19	São Gabriel
Associação Comunitária do povoado de Novo Horizonte	24	Jussara
Associação comunitária de Toca I	15	Jussara
Associação Comunitária de Toca II	03	Jussara
Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Gentil do Ouro	18	Gentil do Ouro
Associação de Pequenos Produtores Rurais do Barro Branco	09	Itaguaçu
<b>Total</b>	<b>177</b>	

Fonte: COPERJ, 2006

A Accojus tem 66 membros, e a Coperj agrega 460 cooperados localizados nos seguintes municípios: Jussara, São Gabriel, Gentio do Ouro, Uibaí, Presidente Dutra, Itaguaçu da Bahia, Mulungú do Morro, Xique-Xique, Lapão, Central, Barra do Mendes, Irecê, João Dourado, Cafarnaum, Barro Alto, América Dourada, Ibititá e Ibipeba. Só de Jussara os membros que fazem parte da Coperj é o número 286 produtores envolvidos nesta estratégia gerencial e produtiva, sendo que o município de Jussara apresenta uma maior participação de produtores na cooperativa. Esta maior participação dos produtores de Jussara é justificada por este município ser a sede da criação e das obras da Accojus e da Coperj. Os 174 produtores restantes são sócios produtores localizados nos municípios referidos acima. Todas as decisões referentes à Associação e a Cooperativa são tomadas coletivamente em reuniões mensais com participação de grande parte dos sócios.

É no âmbito formado pelas relações sociais e pela cultura local que é possível a convivência, afetividade e experiência que surge o *lugar* das relações sociais com desejos em comum. Estas convivências, complementadas pela afetividade e experiências comuns dos seres envolvidos estão interligados com os processos dialéticos do mundo moderno. A interface local/global cria processos de competição econômica entre atores e agentes econômicos situados em escalas diferentes, o que exige cooperação local para melhorar a competição no mercado. Nesse contexto a informação e os fluxos de capital e de mercadorias interligam cada vez mais o local ao global. A partir desta interligação local/global, os processos econômicos competitivos se intensificam mais, fazendo com que a criatividade e a participação se tornem mais necessárias e mais visíveis nestes processos. Foi neste contexto que os produtores de Jussara buscaram estabelecer parcerias para o desenvolvimento das propostas firmadas pela Accojus e pela Coperj.

Neste contexto, pode-se observar a dimensão do *lugar* em movimento, contexto no qual acontece a organização dos atores sociais, com base na experiência compartilhada, neste caso os produtores de Jussara. Segundo Relph (*apud* LEITE, 1998), os lugares são dotados de intencionalidades que emergem da convivência, afetividade e da experiência de cada ser envolvido com o seu meio geográfico comum. Essa intencionalidade tem o poder de gerar uma interligação sinérgica entre os envolvidos, caracterizada pelo convívio e pela presença de afetividade, e isto permite que desejos em comum apareçam de diferentes formas diante da sociedade, como é o caso a experiência de Jussara. Da união de idéias e de esforços em comum podem surgir propostas que podem levar a mudanças socioeconômicas e políticas no recorte territorial sobre o qual incidem em ações. Isto pode ser visto no próprio discurso de Coleman (1980) e Putnam (2000), quando apresentam e discutem o conceito de capital social, como a união, a confiança e a reciprocidade que facilitam ações coordenadas para atingirem suas metas e objetivos comuns.

Na busca de conseguir alcançar tais objetivos, a Accojus e a Coperj juntam forças com outras instituições para fortalecerem seu trabalho, para aumentarem as possibilidades de alcançarem seus objetivos coletivamente. Além das relações e articulações internas à Accojus e à Coperj, estas organizações contam com uma ampla rede de parceiros. O quadro 3 apresenta os principais parceiros da Coperj e da Accojus, bem como suas finalidades.

Quadro 4  
Parceiros e Finalidades e Intensidade das Parcerias (vinde escala abaixo)

<b>Parceiros</b>	<b>Finalidades</b>
Banco do Nordeste <sup>2</sup>	Financiamento individual aos produtores em projetos pecuários.
Banco do Brasil <sup>2</sup>	Financiamento individual aos produtores em projetos pecuários.
SECOMP <sup>3</sup> (Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdade Social)	Articulação de políticas públicas e financiamento para conclusão do complexo agroindustrial de Jussara.
CEBASTSA / PIONEIRA <sup>3</sup>	Apoio em capacitação tecnológica e assistência técnica.
CAR <sup>3</sup> (Companhia e Ação Regional)	Financiamento do projeto de aquisição de equipamentos para o curtume.
SEBRAE <sup>3</sup> (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas)	Contribui na capacitação gerencial e profissional, na realização de cursos, seminários, consultorias e missões técnicas.
Ministério do Desenvolvimento Agrário <sup>3</sup> (Governo Federal)	Através do PRONAFE – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, viabilizou recursos para a construção do curtume, laticínio e equipamentos para o frigorífico.
Prefeitura Municipal de Jussara <sup>2</sup> (Secretaria Municipal de Agricultura)	Articulação de parcerias, aporte de recursos financeiros para a COPERJ, disponibilização de estrutura física.
CODEVASF <sup>2</sup> (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco)	Apoio institucional e capacitação tecnológica via CEBASTSA.
EBDA <sup>2</sup> (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola)	Prestação de orientação e assistência técnica aos produtores.
ADAB <sup>2</sup> (Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia)	Certificado de inspeção estadual.
SENAI <sup>2</sup>	Apoio na realização de consultoria tecnológica SEBRATEC para implantação da estação de tratamento de efluentes do curtume.
CCLB <sup>2</sup> (Cooperativa Central de Laticínios da Bahia)	Contrato para comercialização do leite.
ACCOIBA <sup>1</sup> (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia)	Articulação de políticas públicas de apoio ao setor, exercendo papel de destaque no melhoramento genético do rebanho.

EMBRAPA <sup>1</sup> (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) (Caprinos e Semi-Árido)	Geração e transferência de tecnologia de produção; termo de cooperação técnica entre a instituição e a COPERJ formaliza parceria para realização de pesquisa, implementação de unidades demonstrativas para produção da forragem.
ABCC <sup>1</sup> (Associação Brasileira dos Criadores de Caprinos)	Voltada para articulação de políticas públicas para o setor.
APRIR <sup>1</sup> (Associação dos Pecuáristas de Irecê e Região)	Apoio institucional.
Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores <sup>1</sup>	Apoio Institucional.

Fonte: SEBRAE, 2004

Escala da intensidade das parcerias:

- 1- Baixa (nome e apoio institucional)
  - 2- Média (nome e apoio institucional)
  - 3- Alta (pessoas designadas, articulação conjunta e recursos financeiros alocados)
- ( SEBRAE, 2004)

Estas parcerias apresentam a mobilização de recursos (financeiros, econômicos, técnicos, humanos, etc) para dar funcionalidade às finalidades propostas pela parceria Accojus/Coperj. Spink (2002) argumenta que a parceria implica em ser parceiro, em ter co-responsabilidade, é algo construído a longo prazo e representa um comprometimento substantivo no qual há valores compartilhados. Dessa forma, Spink (op. cit.) explica que as parcerias não podem ser confundidas com apoio. O apoio é momentâneo e representa simplesmente uma ajuda. Diferentemente, a parceria implica em algo muito mais complexo. Com base nesse argumento, e levando-se em consideração os dados deste estudo, pode-se afirmar que as parcerias constantes no quadro 3 são parcerias que de fato existem no sentido concebido por Spink (2002).

Com estas parcerias, os produtores iniciaram a produção de carne e leite derivada dos caprinos e ovinos, sendo que a partir de 1997 foram construídas estruturas físicas necessárias para dar suporte ao setor de produção. As estruturas que foram construídas no município de Jussara são o laticínio, condomínios de produção, unidade de embutidos e defumados, fábrica de ração, abatedouro e frigorífico, curtume e fábrica escola de artefatos e produtos de couro de caprinos e ovinos.

O laticínio começou a ser construído em 1998 e foi concluído em 2004, com o objetivo de receber, manipular, processar e comercializar o leite. Com o selo da Inspeção Estadual (SEI), os produtos são comercializados em supermercados do município de Jussara e nos supermercados das cidades vizinhas e são incluídos na merenda escolar do próprio município. A distribuição do iogurte na merenda escolar foi uma parceria estabelecida entre a Accojus, a Coperj e a prefeitura municipal para facilitar a circulação de capital localmente e para valorizar o produto do município. Desta forma o leite vindo dos próprios produtores locais volta na forma de capital e contribui para uma a alimentação dos próprios seus filhos (Figuras 6 e 7).



Figura 6: Laticínio da Accujus/Coperj



Figura 7: Iogurte produzido no Laticínio

O local onde são colocadas cabras em lactação, sem as crias, sem reprodutores, em sistema intensivo de manejo nutricional, com pastos irrigados através de poços artesianos, os condomínios são uma experiência inovadora dos produtores do município de Jussara (Figuras 8 e 9). Esta experiência tem trazido para Jussara órgãos como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Embrapa para validar a tecnologia desenvolvida pela Accojus/Coperj. Este fato é muito importante para que o desenvolvimento local aconteça, representando, de fato uma inovação tecnológica. Barquero (2003) e Wanderley e Lages (2004) apontam a questão do conhecimento e da inovação como elemento chave para proporcionar o desenvolvimento local. Estas novas técnicas e inovações criadas a partir da Accojus/Coperj são um forte instrumento inovador que desempenha um papel fundamental na melhoria da produção e da própria qualidade de vida dos produtores.



Figura 8: Área do Condomínio



Figura 9: Área do condomínio

A Unidades de Embutidos e Defumados (figura 10) está funcionando e produzindo lingüiça fresca e defumada, carne defumada e, provisoriamente, fazendo o abate dos animais e processando alguns cortes padronizados pela Embrapa.

Figura 10: Unidade de Embutido e Defumado da ACOJUS/COPERJ

O Abatedouro-Frigorífico e o Curtume estão praticamente prontos no município de Jussara (figuras 11, 12, 13 e 14). Os produtores e toda a direção da Acojus/Coperj acreditam que com o pleno funcionamento dessa infra-estrutura haverá uma maior dinâmica socioeconômica para o município, principalmente em relação à produtividade e à geração de emprego, uma vez que o abatedouro, o frigorífico e o curtume precisaram de mão-de-obra.



Figura 11: Obras do Abatedouro -Frigorífico



Figura 12: Obras do Abatedouro- Frigorífico



Figura 13: Obras do Abatedouro-Frigorífico



Figura 14: Obras do Abatedouro-Frigorífico

O Abatedouro-Frigorífico está dotado de instalações e equipamentos para o abate, manuseio e conservação de carnes de caprinos e ovinos, seguindo as normas da Inspeção Federal (SIF). O Abatedouro-Frigorífico terá capacidade para abater e processar até 100 cabeças/dia, com funcionamento previsto para oito horas diárias. Os produtos gerados com o abate são: cortes padronizados frescos (pernil, lombo, paleta, carri de costelas, costela, pescoço fatiado e o filé); víceras brancas (buchos e tripas); víceras vermelhas (coração, pulmão, fígado e rins); lingüiça frechal, costela defumada e monta de carne seca desossada e com osso.

As tecnologias a serem empregadas na elaboração dos cortes e dos produtos industrializados foram desenvolvidas pelo Centro Nacional de Pesquisa de Caprinocultura/Embrapa e pela Universidade do Ceará/Departamento de Tecnologia de Alimentos. Os processos de abate e de industrialização foram elaborados com a finalidade de

assegurar aos produtos a qualidade exigida pelo mercado nacional, bem como atender às exigências do governo federal e estadual com relação à proteção do meio ambiente (Coperj, 2006).

Os produtores e a direção da Coperj/Accojus acreditam que o funcionamento do Abatedouro-Frigorífico proporcionará ao produtor uma maior comercialização dos seus produtos e derivados, com uma maior valorização da ovinocaprinocultura, proporcionando a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para os produtores e para o município, e participação dos cooperados na distribuição das sobras (lucros) gerados pelo Frigorífico, e entre os outros empreendimentos. Em relação ao Curtume, espera-se que proporcione uma maior valorização das peles de caprinos e ovinos, através do beneficiamento e do couro atinado.

A Fábrica Escola de Artefatos e Produtos Artesanais de Couro de Caprinos e Ovinos também já está pronta (figura 15) e tem por objetivo fabricar produtos derivados do couro (carteiras, cintos, bolsa, etc.). A matéria prima será fornecida pelo Curtume. Além da infraestrutura e das instalações apresentadas até aqui, também a Fábrica de Ração já está em funcionamento, com o objetivo de triturar e misturar o alimento adequado para os animais.



Figura 15: Fábrica escola de artefatos e produtos artesanais de couro de caprinos e ovinos

O conjunto formado pelas ações e atividades desenvolvidas pela parceria Accojus/Coperj, bem como as estruturas físicas construídas pela organização destes produtores, visa o desenvolvimento do município de Jussara, buscando uma alternativa para a crise em que a região se encontra. A organização e mobilização do capital social de Jussara permitiu o surgimento de

uma estratégia de desenvolvimento que resolve problemas comuns a todos os produtores locais, gerando parcerias que fortalecem as ações coletivas em busca de alcançar os objetivos propostos.

### **3.2 Destaque na produtividade e produção da ovinocaprinocultura no município de Jussara**

Os produtores de Jussara acreditam que esse projeto coletivo é a “segunda chance para o desenvolvimento local” (Globo Rural, 1997, p. 56), já que a criação de caprinos e ovinos em Jussara foi deixada de lado no passado, por causa dos créditos agrícolas colocados à disposição dos produtores da região pelo governo do estado nas décadas de 1960 e 1980 para o plantio de grãos (feijão, milho e mamona). Agora reiniciou-se a produção de ovinos e caprinos, mais organizada em relação à técnica, produtividade e comercialização.

A partir da criação da Accojus e da Coperj, os produtores rurais buscaram mais informações sobre a atividade da ovinocaprinocultura, através de consultorias, capacitações e através de trocas de experiências com produtores de outras regiões do Nordeste. Estas capacitações vêm fortalecendo o trabalho do produtor na sua propriedade e na sua própria organização comunitária. Os temas mais discutidos são: associativismo, cooperativismo, manejo sanitário, melhoramento genético / raças, instalações e manejo. Estas capacitações vêm sendo fortalecidas também pelo Centro de Bases Tecnológicas do Semi-Árido (Cebastsa/Pioneira) que é um centro de capacitação tecnológica, localizado dentro do território de Jussara e que tem como meta aplicar técnicas de convivência com o semi-árido. Há também agentes de desenvolvimento rural que fornecem uma assistência técnica direcionada para o acompanhamento dos produtores e seus familiares através de visitas às propriedades.

A preocupação em ter um animal de boa qualidade para o mercado diferencia os animais de Jussara em relação a muitas outras regiões. As criações dos caprinos e ovinos são direcionadas para ter o aproveitamento de carne, leite e pele, em virtude de que tudo isso é aproveitado na ovinocaprinocultura. O trabalho da Accojus e da Coperj, juntamente com os seus parceiros, levou ao desenvolvimento de um sistema de criação simples e barato. (figuras 16 e 17).

Os produtores de Jussara aproveitam a vegetação da caatinga, com suas ervas rasteiras, arbustos tortuosos e cactáceos, e também colocam os animais a pastar sobre restos de cultura do milho e do algodão e utilizam o condomínio que é uma técnica desenvolvida pelos produtores,

como base nutricional. O condomínio é dividido por plantações com nutrientes diferenciados. Além disso, para garantir alimento nos períodos mais secos, metade dos membros da Accojus e da Coperj já faz silagem de sorgo granífero nas suas propriedades, com o uso de uma ensiladeira adquirida pela Associação.



Figura 16: criação de caprino, em ambiente relativamente rústico, adaptado à região.



Figura 17: produtor com suas criações. Observa que não aparecem estruturas sofisticadas

Os criadores de caprinos e ovinos da região acreditam que há grandes vantagens comparativas, em relação aos termos nutricionais da carne dos animais produzidos, e isso se constitui em grande alternativa para a conquista o mercado. Na tabela 7, são apresentados os teores referentes a calorias, gorduras, gordura saturada, proteína e ferro, presentes em vários tipos de carne. As carnes de caprinos e de ovinos relativamente às demais carnes disponíveis no mercado apresentam como vantagens baixos teores de calorias e colesterol, além de elevado nível nutricional de proteína e ferro (RIBEIRO, CARVALHO e CRUZ, 2004).

Tabela 7  
Teores de calorias, gordura, gordura saturada, proteína e ferro em vários tipos de carne

<b>Carne Assada (100g)</b>	<b>Caloria (Kcal)</b>	<b>Gordura (g)</b>	<b>Gordura Saturada (g)</b>	<b>Proteína (g)</b>	<b>Ferro (g)</b>
<b>Caprino</b>	131	2,76	0,85	25	3,54
<b>Ovino</b>	252	17,14	7,82	24	1,50
<b>Bovino</b>	263	17,14	7,29	25	3,11
<b>Suíno</b>	332	25,72	9,32	24	2,90
<b>Frango</b>	129	3,75	1,07	25	1,62

Fonte: COPERJ, 2006

Os criadores da Associação e da Cooperativa buscam melhorar também os rebanhos, introduzindo reprodutores de raças Saanem, que é indicada para a produção de leite, e a Anglo-Nubiana, com aptidão para leite e carne. Estas são as principais raças presentes nas criações dos produtores de Jussara. O que foi constatado com este estudo é que há uma forte valorização das raças exóticas (raças importadas) no município de Jussara, como a raça Anglo-nubiana, Parda Alpina, Saanem e Bôer, e com maior presença, a Sem Padrão Racial Definido - SRD (produção de cruzamento de animais nativos com animais exóticos) e a desvalorização das raças nativas que são Moxotó Canindé e Repartida. Esta composição das raças que compõem os rebanhos de ovinos e caprinos de Jussara foi estabelecida pelos sócios da Accojus e da Coperj justificando que as raças exóticas são superiores às nativas.

Segundo Ribeiro et al. (2004), como consequência da desvalorização das raças nativas, já adaptadas ao clima da região e da dificuldade das raças exóticas em se adaptarem a qualquer clima diferente daquele no qual elas surgiram, com o passar do tempo o produtor pode ter prejuízos, por que as raças nativas são mais resistentes que as exóticas. Outra preocupação apresentada também por Ribeiro et. al. (op. cit.) é a diminuição no genótipo nativo nos rebanhos, pois em todo o Nordeste brasileiro há uma forte presença de animais do tipo SRD e de raças exóticas. Ribeiro (2004, 19 e 20) reforça que “é indiscutível a importância do trabalho de melhoramento genético do rebanho caprino nordestino através de raças exóticas, porém, torna-se necessária a implantação de projetos de preservação destes tipos nativos, que apresentem características genéticas produtivas compatíveis com o meio ambiente próprio desta região”.

Além das inovações técnicas e organizacionais alcançadas pela parceria Accojus/Coperj, outra forte característica dos produtores de Jussara é que colocando em prática as técnicas aprendidas sobre manejo, vacinação contra botulismo e a raiva e a adoção de uma alimentação

adequada, a atividade da ovinocaprinocultura local vem atingindo médias de produtividade maiores com o passar dos anos, bem como um aumento significativo no tamanho dos rebanhos (Tabela 8).

Tabela 8  
Rebanhos de ovinos e caprinos entre 1996 e 2004 no município de Jussara

<b>Anos</b>	<b>Caprinos (cabeças)</b>	<b>Ovinos (cabeças)</b>
1996	4.150	3.820
1997	4.470	3.930
1998	5.100	4.000
1999	18.900	4.200
2000	18.305	6.926
2001	18.850	7.130
2002	17.400	6.580
2003	18.000	6.500
2004	20.000	6.800

Fonte: IBGE, 1996 e 2004.

Os dados constantes da tabela 8 mostram que houve um crescimento significativo no tamanho do rebanho de caprinos e de ovinos, no período de 1996 a 2004. Isto é muito importante para os produtores de Jussara pelo menos em termos absolutos, o que indica um aumento na produção (Tabela 9).

Tabela 9  
Número em produção de ovinos e caprinos nos estados da região Nordeste no ano de 2004

<b>Estados da região Nordeste</b>	<b>Número em produção por cabeças</b>	
	<b>Caprinos</b>	<b>Ovinos</b>
Bahia	3.919.445	2.988.569
Piauí	1.406.281	1.486.298
Pernambuco	1.533.132	943.068
Ceará	904.258	1.852.448
Paraíba	680.742	408.671
Rio grande do Norte	428.278	489.862
Maranhão	382.294	212.412
Alagoas	61.900	191.895
Pará	78.714	178.400
Sergipe	15.130	139.064

Fonte: IBGE, 2004.

De uma forma geral, na região Nordeste do Brasil, o estado da Bahia é o maior produtor de caprinos e ovinos. Na realidade, a Bahia como o maior produtor de caprinos e ovinos do Brasil, e Jussara tem contribuído com esta produção. Contudo, faz-se necessário destacar que

na região Nordeste 90% dos rebanhos é formado por animais do tipo SRD. Exceptuando-se projetos ou iniciativas como a parceria Accojus/Coperj, freqüentemente a criação de ovinos e caprinos no Nordeste é uma atividade ainda muito explorada de forma extensiva, adotando baixos níveis de tecnologias e, conseqüentemente, detendo baixa produtividade e rentabilidade para o produtor (MEDEIROS, et al., 1994).

### **3.3 Perspectiva e Projetos da Accojus/Coperj**

Dentre os objetivos da Coperj/Accojus encontra-se o de tentar ao máximo desenvolver uma produção de qualidade e que os produtores possam ter uma melhoria na qualidade de renda e de vida. Além disso, a própria Accojus/Coperj tem uma preocupação com as pessoas que estão excluídas dessa estratégia voltada para a construção do desenvolvimento local em Jussara. Preocupados com este fato, a Accojus/ Coperj criou um programa chamado “Cabra de Corda”, que tem possibilitado às pessoas criar cabras no seu próprio quintal<sup>7</sup>, e através deste programa incluir pessoas de baixa renda e pouca capacidade de investimento, diminuindo a pobreza e a exclusão social no município de Jussara. O Programa Cabra de Corda é um projeto de parceria da Coperj/Accojus com a Secretaria de Combate à Pobreza (Secomp), com o objetivo de atender famílias rurais que não dispõem de recursos para investimentos na aquisição de animais (cabras e ovinos), porém residem em zonas rurais e/ou pequenas cidades e têm conhecimento ou experiência no trato com estes animais, promovendo a inclusão destas famílias que estão à margem dos processos produtivos desenvolvidos pela Accojus/Coperj e gerando trabalho e renda para estas famílias.

O programa atende a famílias carentes do município de Jussara. Cada família recebe 04 (quatro) cabras para o seu uso. Estas famílias ficam com as cabras e devem repassar para outras famílias no intervalo de dois anos o mesmo número de animais que receberam, ficando com as crias que forem nascendo, e, assim, sucessivamente, formando um círculo ampliada de distribuição dos animais.

A seleção das famílias para participar desse projeto segue alguns critérios definidos pela Accojus/Coperj, tais como: o(a) chefe de família deve ser ligado(a) a alguma organização social

---

<sup>7</sup> É uma prática local segundo o qual pessoas que não dispõem de terras criam cabras amarradas com cordas nos arredores de aglomerados urbanos, estradas vicinais e pequenos quintais (Coperj, 2006).

(sindicato, associação, cooperativa); as famílias beneficiadas deverão ter seus filhos em idade escolar estudando formalmente; e possuir 05 ou menos de 05 animais em seus quintais (cabras, ovelhas, vacas). Até o momento, 167 famílias foram beneficiadas, e no mês de abril de 2007 estas famílias devolveram o mesmo número de animais que receberam na forma de doação para outras famílias, ficando apenas com as crias.

Esta iniciativa tem tido grande repercussão no município e nas famílias que estão participando (virando programa televisivo no Bahia Rural da TV Bahia, filiada à Rede Globo). Este é um trabalho importante que é desenvolvido pela Accojus/Coperj. Segundo Bordeneve (1999), a participação é vista como um elemento positivo ao incluir pessoas que estão isoladas dos processos e projetos de desenvolvimento local.

De uma forma geral, o município de Jussara tem vivido experiências de melhoria de vida e inclusão social como resultado do investimento através de parcerias na ovinocaprinocultura. Pode-se afirmar também que a adoção de uma atividade que tinha uma história no município foi uma estratégia importante porque estariam trabalhando com um componente do próprio patrimônio cultural da região. Esta experiência tem favorecido a decisão dos produtores em participar da Accojus e da Coperj, o que pode levar ao fortalecimento de laços socioculturais entre os participantes. Assim, pode-se argumentar que a busca do desenvolvimento local em Jussara com base no cooperativismo e no associativismo é algo real e uma forte experiência para a própria região, que tem passado por grandes problemas no seu setor produtivo. Jussara tem mostrado que a partir do capital social organizado, projetos de mudança podem ser possíveis em locais que contemplem a experiência de vida e o desejo de mudança.

#### **4. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARA: UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA**

Este capítulo apresenta os resultados do estudo, especificamente no que diz respeito à relação entre a noção de capital social e o desenvolvimento local, no município de Jussara, estado da Bahia, tendo como referência a parceria existente entre a Accojus e a Coperj. A análise dos dados refere-se ao exame das duas questões adotadas neste estudo:

- 1) Que fatores contribuíram para o surgimento de parcerias em torno da ovinocaprinocultura no município de Jussara; e
- 2) Até que ponto o trabalho de parcerias desenvolvido pela Accojus/Coperj com base na ovinocaprinocultura em busca do desenvolvimento local tem atingido os seus objetivos.

##### **4.1 Desenvolvimento do capital social no município de Jussara**

Antes do surgimento da Accojus e da Coperj, os produtores ligados à agricultura e à pecuária da região de Jussara trabalhavam individualmente, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, período no qual o governo estadual disponibilizou o crédito agrícola, que foi implantado desordenadamente na região, tendo como objetivo a produção de feijão, milho e mamona.

O crédito agrícola foi o instrumento financeiro que introduziu na região de Irecê as ‘delícias e as mazelas’ da Revolução Verde. Com ela, chegaram o crédito agrícola acompanhado de mecanização, produtos agro-químicos e muita devastação da natureza. Adalberto<sup>8</sup> (Codevasf) e Jilvan<sup>9</sup> (Pioneira) retratam muito bem os problemas desencadeados na lavoura do feijão na região. Apontam que a disponibilização de crédito agrícola levou os produtores a investirem na produção de feijão o que levou a uma ampla destruição da caatinga da região para a criação de campos de cultivo. Segundo Adalberto o “crédito agrícola foi dado de qualquer maneira, para qualquer um e para qualquer lugar, não foi pensado na sua totalidade (ambiental, econômica e social) e com isso hoje há graves conseqüências para a região de Irecê”. Ele afirma que essa política sem critérios técnicos adequados levou a um grande enfraquecimento e empobrecimento

---

<sup>8</sup>Representantes respectivamente das duas organizações mencionadas, que foram entrevistados como parte deste estudo.

dos solos. Devido a tais políticas, por volta do final da década de 1980 os problemas ambientais, incluindo a degradação dos solos, eram muito graves na região.

O município de Jussara, conforme foi contextualizado neste trabalho, vinha passando por graves problemas no seu setor produtivo na primeira metade da década de 1990. Além dos problemas relacionados ao empobrecimento dos solos, havia ainda graves dificuldades relacionadas à falta de competitividade do feijão nos principais mercados regionais. Além dos problemas citados, os produtores da região não contavam com uma política oficial de assistência técnica às suas atividades. Para agravar este quadro adverso, o pequeno produtor se encontrava sob a influência da irregularidade das chuvas do semi-árido baiano. Em face desses problemas, houve uma redução significativa na oferta de crédito agrícola para os produtores da região de Irecê.

Foi nesse contexto de crise que em 1996 os produtores se juntaram e formaram a Accojus. Tinham como objetivo principal buscar alternativas para saírem da crise em que se encontravam. É importante ressaltar que essa iniciativa representou quase como que uma mudança de paradigma na forma como esses indivíduos produziam. Antes, trabalhavam de forma isolada. Com a mobilização e criação da Accojus, passaram a trabalhar com base em uma lógica muito diferente. No lugar da atuação isolada, passaram a se envolver com uma forma coletiva de trabalho.

Como já existia a experiência dos produtores rurais do município de Jussara com a ovinocaprinocultura, adquirida antes do surgimento da política de incentivo à produção de feijão, um grupo de produtores resolveu desenvolver esta atividade de uma maneira diferente da forma como a desenvolviam no passado. Antes dos produtores estabelecerem a parceria da Accojus a ovinocaprinocultura era uma atividade desenvolvida no município de forma extensiva. A partir do momento em que pensaram em desenvolvê-la através de parcerias, adotaram uma estratégia de associativismo e cooperativismo, implantando tecnologias apropriadas, dentre as quais uma alimentação adequada e a criação de animais melhorados (reprodução de raças). Essas medidas levaram a uma grande mudança produtiva. Mas quando a maior da parte operacional já estava funcionando bem, surgiu um problema, ou seja, precisavam criar uma estratégia para a comercialização da sua produção, uma vez que por ser uma entidade sem fins lucrativos, a

Accojus não tinha condições de comercializar a produção dos seus membros. O resultado foi a criação da Coperj.

A principal característica observada com relação aos produtores envolvidos com a Accojus e a Coperj é que na sua maioria eram agricultores que em grande parte praticavam a monocultura do feijão. Dos 19 produtores entrevistados para este estudo, apenas dois eram professores e os 17 restantes eram predominantemente agricultores, trabalhavam com a atividade ligada à agropecuária. Hoje todos estão envolvidos com a atividade da ovinocaprinocultura, no âmbito da Accojus/Coperj.

Abaixo são apresentados os relatos de sete dos entrevistados nos quais falam do passado, quando trabalhavam de forma isolada, e do presente quando passaram a participar da Accojus/Coperj:

**E1:** Criava galinha e frango de corte, mas no mercado é muito difícil de se competir, aí eu abandonei a atividade e entrei mesmo com a ovinocaprinocultura.

**E5:** Eu plantava feijão, aí perdia, perdia. Depois eu comecei há oito anos atrás só plantando milho e sorgo só mesmo alimentação para ovinocaprinocultura.

**E7:** Sempre fui agricultor, sempre plantei feijão, mas também sempre perdendo, perdendo, mas também sempre criei, mas era solto, sem técnica e agora eu crio com técnicas apropriadas.

**E11:** Eu sobrevivía da roça, tinha cabras, umas vaquinhas e umas galinhas, mas não tinha como comercializar.

**E13:** Dependia do salário da prefeitura, hoje eu tenho e faço o meu próprio salário.

**E14:** Trabalhava na roça, plantando, deixei de plantar feijão, pra plantar feijão é um investimento muito grande e não tem retorno e com a criação é mais fácil, a gente tem leite e tem carne.

**E17:** Trabalhava na roça plantando milho e feijão e tem mais de dez anos que eu não planto mais, meu trabalho agora só é com cabras.

Com estes depoimentos, constata-se que anteriormente os produtores de Jussara tinham no feijão sua base produtiva principal antes de se envolverem com a Accojus/Coperj. Constata-se

também que já criavam cabras de forma extensiva. Assim, conclui-se que a criação de caprinos e ovinos é uma cultura endógena ao município. Foi a partir da experiência com o feijão e com a ovinocaprinocultura extensiva que surgiu a união dos produtores locais. Ambas essas atividades faziam parte da história socioeconômica e da cultura da região, sendo, portanto, algo que eles compartilhavam coletivamente.

Assim, pode-se sugerir que está se desenvolvendo em Jussara um tipo de atividade produtiva que é algo do local, algo que há muitas décadas já estava presente na área produtiva dos agricultores do município. Esta estratégia de desenvolvimento no município de Jussara tem a ver com o conceito de desenvolvimento local, conforme entendido por Buarque (1999) quando afirma que o desenvolvimento local é algo endógeno que promove o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Dezessete entrevistados responderam que o desenvolvimento do capital social surgiu no município de Jussara a partir das necessidades e dificuldades pelas quais os produtores vinham passando com a crise do feijão. Segundo esses entrevistados, como a ovinocaprinocultura já era do conhecimento dos produtores, embora de forma extensiva, foi mais fácil eles tomarem a iniciativa, a partir das suas necessidades e problemas comuns, de se juntarem para investir e melhorar este tipo de atividade produtiva no município de forma coletiva e em outras bases técnicas, produtivas, organizacionais e comerciais. As respostas dadas pelos entrevistados, quando perguntados sobre este assunto, indicam nessa direção:

**E7:** Foi a necessidade que tínhamos para buscar uma alternativa principalmente para o município de Jussara. Andava todo mundo sem opção com a monocultura do feijão. Os produtores tinham tomado prejuízo e tava se buscando uma alternativa, *ai se buscou em mexer com a caprinocultura que já era uma atividade desenvolvida no município e propícia para o semi-árido*[grifo nosso].

**E13:** A necessidade foi uma das coisas mais fortes, a união deste grupo de produtores pensavam diferente. Estávamos cansados das culturas tradicionais, principalmente a monocultura do feijão, que só nos dava prejuízo e endividamento com os bancos.

**E20:** A união de pessoas que pensavam iguais. Mas, o povo do município de Jussara ainda é muito individualista. Existia um grupo de pessoas determinadas e outros que foram se chegando com o tempo, e passaram a acreditar nisso, mas ainda não existe aquela cultura comunitária não, se tá construindo aos poucos.

Até certo ponto, o conteúdo geral que perpassa estes depoimentos guarda relação com as construções teóricas apresentadas por Coleman (1988), Putnam (2000) e D'Araújo (2003), quando estes autores enfatizam que o capital social é um elemento pertinente para que atores individuais agindo em conjunto atinjam suas metas comuns e satisfaçam seus interesses, a partir da confiança, normas e cadeias de reciprocidade, que se estabelecem entre eles. Diante do relativo sucesso da ovinocaprinocultura em Jussara – uma vez que toda a sua cadeia produtiva ainda não foi desenvolvida –, pode-se sugerir que esses fatores estão presentes no âmbito da parceria Accojus/Coperj.

Além da motivação para o trabalho através de parcerias, nessa nova experiência com a ovinocaprinocultura os produtores buscaram através de capacitações, cursos e de intercâmbios conhecer outras experiências, desenvolver um modelo de criação compatível com o mercado, de qualidade, com técnicas apropriadas, raças melhoradas e alimentação adequada. Eles argumentam que a criação de caprinos e ovinos era a melhor alternativa para o município, destacando que é um tipo de criação de grande adaptabilidade ao semi-árido, uma atividade de fácil manejo e de rápido retorno do capital investido, com boa margem de lucro. Evidentemente, como emerge deste estudo, uma parte da tecnologia por eles empregada, incluindo inclusive inovações, é até certo ponto resultado do trabalho da Accojus e da Coperj. Pode-se afirmar que esse tipo de resultado dificilmente ocorreria na região se os produtores não tivessem decidido trabalhar coletivamente. Assim, eles adquiriam mais conhecimento e poder de moldar as ações que interessavam a eles.

Um produtor entrevistado explica o por que da opção pela ovinocaprinocultura:

**E11:** A única coisa que pode melhorar a nossa vida é a criação de ovinos e caprinos. Feijão e milho é muito difícil de dá, dá muita despesa e tem que ficar esperando a chuva chegar. Eu tô com mais de dez anos que plantei uma roça, e tenho o dinheiro da minha safra todos os dias com minhas cabras, e aqui ganha eu e qualquer um que queria trabalhar nesta atividade.

Este depoimento é um relato de um produtor que estava cansado com os altos investimentos na plantação de feijão e com as incertezas envolvidas e que, a partir do seu envolvimento com a Accujus/Coperj, suas perspectivas de melhoria de qualidade de vida aumentaram. Pode-se depreender do relato acima segurança e confiança no futuro, o que inegavelmente resulta, nesse caso, de uma melhora na sua auto-estima.

Comentários como o relatado acima, indicam que o trabalho da Accojus/Coperj tem criado novas perspectivas de desenvolvimento no município de Jussara, apesar de que dos 19 produtores entrevistados, 14 deles acham que a confiança sobre o potencial de desenvolvimento com base na parceria em torno da ovinocaprinocultura é algo que ainda não está conquistado plenamente, mas que está sendo construído ao poucos. Os comentários abaixo, realizados por três produtores locais permitem afirmar que apesar das dificuldades está ocorrendo um avanço no trabalho da parceria da ovinocaprinocultura no município de Jussara:

**E6:** Acredito que é algo que está em construção, o empenho e a persistência tem acontecido entre os produtores, você pode observar como vem crescendo o número dos sócios.

**E7:** Nem sempre existe uma confiança total, mas acho que o que vai fazer para se criar esta confiança é o resultado, de acordo que se tem uma ação, logo se vê a reação. Acredito que depois que espertarem e verem o trabalho dando certo e sentir a diferença no bolso deles, acho que eles vão passar a acreditar.

**E3:** Acredito que está em construção. O que tem acontecido em Jussara tem dado certo, mesmo com as divergências políticas que existe entre os participantes que estão mais à frente, mesmo com grupos políticos diferentes as coisas têm andado.

Vinte e dois dos 26 entrevistados acreditam que quando o Abatedouro-Frigorífico estiver em pleno funcionamento e os produtores já estiverem ganhando lucro com as suas criações e seus derivados, a confiança em todo o trabalho já desenvolvido será maior, levando a um fortalecimento do trabalho que já foi desenvolvido.

Portanto, as dificuldades enfrentadas pelos produtores do município de Jussara como consequência da crise do feijão fez com que estes produtores se juntassem e construíssem a Accojus e a Coperj, mesmo existindo conflitos e dificuldades. Aliás, quando se consegue trabalhar de forma coletiva através de parcerias, mesmo quando há conflitos de interesse entre os participantes, quando se consegue superar tais conflitos abrem-se novas oportunidades para se construir um futuro melhor para todos. Pode-se até sugerir que em tais circunstâncias – no caso de Jussara – já existe um nível razoável de confiança entre os parceiros e sobre um futuro melhor para os envolvidos. Se não fosse esse o caso, possivelmente eles não teriam avançado até a situação atual. Sem dúvida, a confiança é algo que ainda está em processo de construção.

#### 4.2 Fatores que levaram à construção das parcerias que unem a Accojus e a Coperj

A construção das parcerias que unem a Accojus e a Coperj veio com a intenção de comercializar os produtos dos caprinos e ovinos e seus derivados. A Accojus não tinha condições de entrar no mercado, por ser uma entidade sem fins lucrativos. Assim, para comercializar os produtos derivados da ovinocaprinocultura os produtores ligados à Accojus tiveram a idéia de criar uma entidade que possibilitasse a comercialização; então surge a Coperj com esta finalidade. A maioria dos produtores sócios da Accojus também participa da cooperativa. Alguns entrevistados explicam, nos comentários que se seguem, porque participam da parceria Accojus/Coperj:

**E1:** *A gente se juntando fica mais fácil adquirir uma comercialização, recursos, por que a gente sozinho não consegue mais nada [grifo nosso].*

**E7:** Quando eu vi a filosofia de trabalho eu acreditei que era um trabalho que podia fazer a diferença, eu achava e acho que não tinha outra alternativa para eu buscar e aí eu aproveitei esta oportunidade e entrei nesta luta.

**E10:** Instabilidade de emprego, principalmente em relação ao trabalho na prefeitura, agora *eu crio o meu* e ninguém pode tirar [grifo nosso].

**E11:** Os amigos me chamavam, davam conselho, aí resolvi entrar.

**E13:** A esperança de conseguir uma vida melhor para mim e para minha família.

É interessante verificar no comentário do entrevistado **E1** como ele entende que só com o trabalho coletivo é possível atingir o mercado, ou seja, está presente em sua fala uma percepção de interdependência em relação aos outros produtores. Entre os 19 produtores entrevistados, 12 produtores ainda não haviam participado de nenhuma associação antes de se envolvessem com a Accojus e 7 já haviam participado. Os dados indicam que os produtores locais têm uma história de pouca experiência de envolvimento com parcerias. Isso transparece no comentário de um entrevistado, ao afirmar que: “as pessoas só queriam trabalhar em parceria e unidos quando aparecem lucros dos seus produtos. Se não há retorno imediato eles acreditam que as coisas não podem dar certo” (**E7**).

Em relação à confiança uns nos outros, e um dos mais importantes princípios das discussões sobre capital social apresentadas por Coleman (1988), Putnam (2000), D’Araújo

(2003) e Lima (2003), os produtores de Jussara destacam que a confiança é algo que ainda está sendo construído aos poucos, como foi enfatizado na seção anterior. Entre os 19 produtores entrevistados todos estão satisfeitos em participar da cooperativa. O motivo maior que os levam a continuar participando da Accojus/Coperj é a necessidade de sobrevivência, de comercialização da sua produção. Muitos afirmam que a participação nessa parceria cria condições para que possam superar as dificuldades socioeconômicas locais, contribuindo pra uma vida melhor para todos os envolvidos. Como constatado, os produtores entrevistados foram capazes de destacar a importância de participarem da Accojus/Coperj:

**E11:** [...] a necessidade de acreditar que as coisas podem melhorar para nós e pra nossa família.

**E13:** [...] a confiança que tenho na cooperativa e nos associados e a esperança de conseguir uma vida melhor pra mim e para minha família.

Quando perguntados sobre se existe algum tipo de dificuldade de relacionamento entre os participantes da Accojus/Coperj, 21 dos 26 entrevistados responderam que não tinham dificuldade de relacionamento e seis responderam que o único problema que existia era a questão política partidária que está presente e muito forte no município de Jussara. Há dois grupos políticos envolvidos com a Accojus/Coperj, representados pelos mais ativos participantes da Associação e da Cooperativa, que tentam trabalhar sem que isso atrapalhe os objetivos comuns da parceria que os envolve. O comentário abaixo, feito por um dos produtores locais que participa da parceria (**E2**), é indicativo de como eles conseguem superar os conflitos partidários em função do trabalho que os une, no contexto da ovinocaprinocultura:

O problema maior que tem é a questão política, mas desde o início nós não deixamos a política partidária invadir o nosso trabalho. Durante as campanhas fizemos os nossos pactos, nós já tivemos feitos dos dois lados, sempre soubemos dividir as coisas.

Em uma região cuja história recente mostra que os produtores rurais normalmente trabalhavam de forma individual, esse tipo de entendimento representa um grande avanço sóciopolítico que pode beneficiar o futuro da parceria. O depoimento acima lembra a discussão na qual Baudieu (1988) aponta como funciona a questão do capital social. Para Baudieu (op. cit.), o capital social vai além das normas de reciprocidade e de boa convivência. Ela explica que dentro dos próprios sistemas de conquistas democráticas existem os que se beneficiam mais, se

destacam mais ou menos, melhor ou pior, e isto é algo que este estudo encontrou empiricamente presente no âmbito da parceria Accojus/Coperj. O próprio trabalho da Associação e da Cooperativa acaba destacando alguns produtores que estão mais à frente das lutas em busca dos objetivos propostos coletivamente. Um bom exemplo disso é que produtores que têm cargos dentro da Cooperativa também exercem cargos importantes no governo municipal. Esta é uma situação que foi relatada por membros da Accojus/Coperj durante as entrevistas. Para os entrevistados, isto sempre esteve presente dentro do trabalho de parceria desenvolvido no município de Jussara. Os produtores entrevistados acreditam que de alguma forma isto tem facilitado alguns andamentos burocráticos da Associação e da Cooperativa. Segundo alguns dos entrevistados, quando algum dos membros trabalha dentro do governo municipal, apesar de haver divergências partidárias há a necessidade de articulação entre a Accojus/Coperj e o prefeito municipal, o que é muito importante para o funcionamento da parceria, assim como para o próprio empreendimento que os envolve com a ovinocaprinocultura.

#### **4.3 Características das atividades das parcerias**

Os trabalhos e atividades de parceria entre a Accojus e a Coperj têm sido de fundamental importância para que alcancem os seus objetivos. Os entrevistados reforçam que alguns parceiros só vêm e participam de forma mais objetiva quando solicitados, ou seja, alguns parceiros participam de forma mais intensa e com mais envolvimento do que outros. Apesar disso, muitos argumentam que o que faz a diferença hoje nos trabalhos desenvolvidos pela Accojus/Coperj são as atividades desenvolvidas em parceria entre os participantes. E estas parcerias têm proporcionado uma melhoria na produção, na comercialização e na própria união dos envolvidos. Ou seja, à medida que conseguem trabalhar juntos e alcançar benefícios mútuos, a parceria se fortalece.

No caso do município de Jussara, a parceria envolvendo a ovinocaprinocultura tem trazido muitos benefícios para o município. Essa parceria propiciou, dentre outras conquistas, a construção das obras do Curtume, do Laticínio, do Abatedouro-Frigorífico, e da Fábrica Escola de Artefatos de Couro. Além disso, a parceria também propiciou capacitação técnica, ações de *marketing* e apoio institucional. Os produtores vêem esses acontecimentos de forma bastante positiva, e entendem que essa participação na Accojus/Coperj tem um profundo significado para

eles. Sequem abaixo alguns comentários dos produtores entrevistados que dão sustentação a essa proposição:

**E14:** Diminuiu a questão do atravessador, por que quando a gente saía para vender fora, em outra cidade, não tinha muito valor e agora com a cooperativa os produtos têm um preço certo.

**E20:** Uma das grandes vantagens, principalmente hoje, é que o produtor que trabalha isolado ele está morrendo aos poucos. Observamos hoje que produzir cabras e ovinos não é difícil, difícil é comercializar, e hoje através da cooperativa ele vai poder fazer isso, tirar o atravessador da linha é fundamental ele vai ganhar preço real do produto e o preço será mais justo e trabalhando isolado é pior.

**E6:** O conhecimento de técnicas adequadas ao manejo, as capacitações, em tudo que aprendemos.

Estas vantagens adquiridas pelos produtores através das parcerias têm fortalecido no município de Jussara uma maior participação democrática, principalmente das instituições que são parceiras e também dos próprios participantes da Accojus/Coperj. Segundo Bordeneve (1994, p.16), a participação é um elemento positivo, que facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalecendo seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. A experiência da Accojus/Coperj em Jussara tem mostrado que a participação tem transferido para as instituições parceiras responsabilidades para que tudo que for desenvolvido em Jussara, em relação à ovinocapicultura, dê certo.

Na visão de Drake (apud Araújo, 1991), a participação é a habilidade das comunidades locais de influenciarem o resultado de projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, analisando o desenvolvimento local a partir da participação, Amaral Filho (2001) argumenta que com a participação o desenvolvimento local passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, reforçando que dessa forma o desenvolvimento pode ser definido como um modelo endógeno, ou seja, construído a partir da própria comunidade, de “baixo para cima”, partindo dos próprios atores locais, que se unem e buscam coletivamente a realização dos seus objetivos mútuos.

Esta discussão parece ter relevância para o trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido em Jussara. O trabalho da parceria Accojus/Coperj tem se refletido no desenvolvimento do município, pois a parceria foi um projeto de desenvolvimento pensado coletivamente, com a participação de produtores com objetivos em comum, construído de ‘baixo para cima’, ou seja,

partindo dos próprios atores locais. Portanto, trata de um tipo de desenvolvimento que está centrado nos interesses dos próprios participantes, atores e agentes centrais do processo de mudança local.

#### **4.4 A contribuição do capital social e das parcerias para o desenvolvimento local de Jussara.**

A união dos produtores de ovinos e caprinos, através de um trabalho realizado com base em parcerias no município de Jussara tem representado uma alternativa à crise do feijão, e proporcionado uma melhor qualidade de vida para os produtores de caprinos e ovinos.

Para vários dos entrevistados, o desenvolvimento de um município ocorre quando há emprego e renda para a população, quando a sua população tem a oportunidade de viver do seu trabalho com dignidade e com a esperança de um futuro melhor. Esta afirmação, apresentada pelos entrevistados tem relação com a discussão realizada por Coelho (1998) e Moura (1999) quando afirmam que o desenvolvimento local é a melhoria de qualidade vida, gerando emprego e renda para a população local. Isto tem acontecido em Jussara, mas é necessário ressaltar que este estudo abrange apenas uma parte da população e que os dados apresentados no capítulo 2, item 2.2, referentes aos índices de desenvolvimento social e econômico da região ainda estão distantes de serem números significativos no que diz respeito à qualidade de vida da totalidade da população jussarense. Entretanto, para a maioria dos entrevistados a criação de caprinos e ovinos tem sido uma boa alternativa para o desenvolvimento da região de Jussara, uma afirmação que se baseia em depoimentos como os que são apresentados abaixo, oferecidos por quatro dos entrevistados:

**E2:** Há dez anos atrás, as pessoas ainda acreditavam no feijão e de dez anos pra cá você não encontra mais nem 10% de pessoas plantando; com a caprinocultura a produção começa a ter novas possibilidades.

**E8:** A ovinocaprinocultura é mais viável, o feijão não é mais viável.

**E10:** Com a ovinocaprinocultura temos leite e carne o ano todo, com este clima que temos aqui.

**E11:** O município tem melhorado muito, até o comércio melhorou, todo dinheiro que circula no município é da criação de cabras e ovinos.

Pode-se inferir do comentário de **E11** que a despeito de haver um impacto socioeconômico positivo maior para os parceiros envolvidos diretamente com a Accojus/Coperj e seus parceiros, a riqueza gerada pela ovinocaprinocultura circula na economia local, 'aquecendo' outros negócios locais. Assim, as pessoas que fazem a Accojus/Coperj foram inteligentes e eficientes em adotar a ovinocaprinocultura, com o desenvolvimento de técnicas adequadas para o semi-árido e propondo capacitar o produtor para utilizar tais técnicas. Quando perguntadas se o trabalho da Accojus/Coperj tem contribuído para o desenvolvimento da região de Jussara, as 26 pessoas entrevistadas responderam que sim. Os comentários que se seguem e que foram colhidos dos entrevistados indicam, com base na percepção dos entrevistados, de que maneira foi esta contribuição da ovinocaprinocultura para o desenvolvimento local de Jussara:

**E3:** O município de Jussara era uma cidade esquecida e hoje quando se fala em Jussara, se fala em uma referência em ovinocaprinocultura a partir da Coperj e da Accojus.

**E4:** Hoje, com a Coperj e a Accojus, tem mais atenção do governo do estado e as condições de vida melhoraram.

**E13:** Se a gente apresentar os dados, os números, esta resposta sai naturalmente. Outra questão importante é em relação ao que a Accojus e a Coperj têm proporcionado ao comércio, mesmo sendo uma renda pequena os visitantes que vêm aqui faz circular dinheiro aqui dentro do município. Durante estes cinco últimos anos nós já temos três programas, uma pela TV Cultura e duas pelo Bahia Rural e agora já recebemos o contato com a Rede Globo. Então uma cidade que não era conhecia de jeito nenhum e tá no sistema de comunicação, pelo trabalho simples que começamos em 96, a gente acredita que o desenvolvimento tá chegando por este fato, mas quando o Abatedouro-Frigorífico começar a funcionar, vai gerar em torno de 300 empregos diretos e indiretos no município.

**E21:** O nome de Jussara está sendo divulgado na Bahia e na região Nordeste e no Brasil por causa da ovinocaprinocultura.

**E22:** Jussara era uma cidade esquecida, hoje Jussara é conhecida não só aqui na região, mas em todo o Nordeste e esse trabalho tem feito a diferença e vai fazer ainda mais. Depende muito da sociedade e ela tem que entender isso e engajar neste trabalho. Eu acho que vai ser uma revolução para o município, principalmente quando o Abatedouro-Frigorífico começar a funcionar.

Com estes depoimentos, pode-se observar que o município de Jussara era uma cidade com uma economia pouco dinâmica, com pouca visibilidade e baixo nível de valorização por parte do governo do estado. Com o trabalho da Accojus e da Coperj o município vem assumindo destaque

perante as instituições estaduais, tendo se tornado uma referência brasileira no campo da ovinocaprinocultura. Essa condição proporciona aos produtores uma valorização do seu trabalho, melhora a auto-estima e o reconhecimento, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os produtores e para a própria cidade. Além disso, a visibilidade que a parceria vem alcançando pode funcionar como um catalisador de novas oportunidades de negócios e de expansão dos interesses da parceria. Com a auto-estima melhorada, os parceiros podem se sentir ainda mais motivados a continuarem envolvidos com a parceria e ainda motivar outros produtores a também se envolverem com a Accojus e a Coperj.

Comparando as perspectivas atuais os níveis atuais de desenvolvimento em Jussara proporcionados pela ovinocaprinocultura, os produtores enfatizam a diferença em relação ao desenvolvimento atual da região comparativamente ao período da crise do feijão. Com base no trabalho desenvolvido pela parceria da Accojus e da Coperj, comentam essas diferenças:

**E2:** Há uma grande mudança no comportamento das pessoas. Hoje há uma grande união para produzir e vender produtos e derivados da ovinocaprinocultura.

**E6:** Hoje há uma conscientização do que somos capazes e das possibilidades que tem a região, e com a ovinocaprinocultura aqui em Jussara vimos que é mais viável.

**E11:** A ovinocaprinocultura é uma grande riqueza para nós, com o feijão a gente só tinha despesa. Agora nós só sobrevivemos aqui por causa da Cooperativa e da Associação.

**E14:** As pessoas viviam sem nenhuma alternativa, só tinha problema com o feijão e agora uma grande diferença. Este trabalho com a ovinocaprinocultura tem dado renda às pessoas e as pessoas não precisam mais deslocar daqui pra procurar emprego em outro lugar.

**E24:** Antes com a produção do feijão só se via os produtores devendo aos bancos, e agora se vê os produtores tendo seu próprio dinheiro, mesmo sendo pouco mas é mais estável com a produção da ovinocaprinocultura.

**E19:** A economia de Jussara não é mais com o feijão, hoje a economia de Jussara está baseada totalmente na ovinocaprinocultura.

Emerge das transcrições acima uma relação direta entre os seguintes elementos: a existência da parceria Accojus/Coperj, unindo os produtores locais em torno da ovinocaprinocultura; uma situação produtiva mais perene e estável do que no período em que a

produção de feijão dominava a economia local; melhora na qualidade de vida dos produtores e de sua família; desejo das pessoas em permanecer na região, ou seja, não se sentindo impelidos a migrar em busca de melhoras. Pode-se inferir desses dados que houve uma mudança muito grande para melhorar nas condições socioeconômicas do município com a ovinocaprinocultura, que dificilmente teria ocorrido tivessem os produtores envolvidos insistido na cultura do feijão. Realizações como as que foram implementadas pela Accojus/Coperj através do cooperativismo e do associativismo são vistas por Martins e Pires (2002) como uma estratégia importante dentro da perspectiva do desenvolvimento local, especialmente por uma ação de caráter endógeno.

Ao serem perguntados sobre o que melhorou nas suas vidas e na vida das suas famílias, como resultado da sua participação na Accojus/Coperj, em geral os produtores entrevistados responderam que hoje têm uma maior estabilidade em relação à renda, e que hoje não dependem mais das incertezas da produção do feijão, como se pode inferir das transcrições abaixo:

**E1:** Tem melhorado, a gente tem recebido muito treinamento, se capacitado mais, a nossa produção tem melhorado e nossa renda também.

**E7:** Melhorou bastante. Hoje meu pai tá lá na propriedade, cuida dos animais, não é uma renda tão alta, mas estamos acreditando no futuro com o Abatedouro-Frigorífico que fará a diferença. Tá tranquilo, não tem mais aquela busca de alternativa para a sobrevivência, eu acredito que a ovinocaprinocultura vai fazer a diferença, já temos tomado vários cursos, eu e minha família, nos aperfeiçoamos, ganhando muito conhecimento neste período. Minha família tinha até mudado para outra cidade e agora tá de volta aqui pro município.

**E10:** Melhorou bastante, com a agricultura do feijão a gente esperava que a chuva viesse, agora com a ovinocaprinocultura eu tenho a minha renda.

Estas respostas enfatizam a melhoria na qualidade de vida dos produtores de Jussara, incluindo o retorno de pessoas que haviam se mudado para outros lugares em busca de novas perspectivas de vida. Percebe-se que algo novo de fato tem acontecido em Jussara, a partir da união dos produtores organizados, através de um conjunto de parcerias, tendo como base a Accojus/Coperj, o que tem resultado em melhorias significativas para o município.

Assim, é possível afirmar que o desenvolvimento da ovinocaprinocultura no município de Jussara possibilitou uma mudança significativa nas condições socioeconômicas dos produtores, caracterizada pela geração de benefícios, dentre outros a mudança na própria mentalidade dos

produtores em relação à participação, cooperação e na própria renda que é mais vantajosa do que a incerteza que havia com a monocultura do feijão.

O capital social presente no município de Jussara, associado à necessidade premente de se buscar uma alternativa para as dificuldades relacionadas à cultura do feijão, permitiu passos importantes no desenvolvimento do município de Jussara. Claramente, as parcerias estabelecidas pela Accojus e pela Coperj entre si e com um amplo espectro de produtores de municípios circunvizinhos a Jussara fortaleceram os processos de desenvolvimento interno dentro da própria Associação e da Cooperativa. Esse fortalecimento gerou um impacto positivo mais geral na socioeconomia do município. Como resultado da confiança adquirida individual e coletivamente, os produtores se sentem mais ativos e conscientes da importância de se organizarem e de se manterem organizados como uma estratégia sólida de busca da realização dos seus objetivos comuns.

Este estudo permitiu o entendimento sobre como ocorreu o desenvolvimento do capital social no município de Jussara. Verificou-se que uma situação de crise que afetava os produtores agrícolas coletivamente, as necessidades que eles enfrentavam para sobreviverem em um ambiente socioeconômico adverso, somado à herança cultural que compartilhavam em relação à criação de ovinos e caprinos, levou ao desenvolvimento de uma percepção de que poderiam trabalhar juntos através de parcerias com o objetivo de reverter a situação que era pouco favorável para eles. Através das parcerias e da participação desenvolveram técnicas adequadas de manejo de ovinos e caprinos, criação de inovações produtivas, diversificaram a produção local e criaram estratégias para o escoamento da produção de forma mais vantajosa, o que melhorou as margens de lucro. Finalmente, é importante ressaltar que a mudança socioeconômica que vem acontecendo no município de Jussara e circunvizinhanças com base na ovinocaprinocultura e nas parcerias emergiu do próprio contexto socioeconômico, cultural e ambiental no qual os produtores se encontravam inseridos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o surgimento da atividade de ovinocaprinocultura no município de Jussara, no estado da Bahia, com base nas noções de capital social, parcerias e desenvolvimento local. Buscou-se entender até que ponto a criação de ovinos e caprinos em Jussara, a partir da década de 1990, contribuiu para o desenvolvimento no referido município. O estudo levou às seguintes conclusões:

- As parcerias em torno da ovinocaprinocultura através da Acojus e da Coperj, que conseguiram atrair produtores não apenas de Jussara, mas também de municípios vizinhos, surgiram a partir da *necessidade* resultante das dificuldades pelas quais os produtores da região de Jussara vinham passando como resultado da crise do feijão. Essa conclusão resulta da análise contextual da ovinocaprinocultura em Jussara e pode ser sintetizada pelas palavras de dois dos entrevistados – embora o estudo tenha identificado outras evidências nesse sentido – quando eles afirmam: “Foi a necessidade que tínhamos para buscar uma alternativa, principalmente para o município de Jussara”; e “A necessidade foi uma das coisas mais fortes...”. A situação de crise em torno do feijão impôs aos trabalhadores locais a necessidade de buscar alguma alternativa que pudesse reverter os problemas socioeconômicos por eles enfrentados.

- Uma outra conclusão é que *a situação de crise* em que se encontravam, juntamente com *a experiência histórica que compartilhavam em relação à criação de ovinos e caprinos*, favoreceu o desenvolvimento de *uma percepção de relativa confiança entre eles*. Essa confiança emergente favoreceu o estabelecimento de um trabalho coletivo entre os produtores locais, o que os levou em 1996 a criar a Acojus. Buscavam por meio dessa iniciativa criar soluções coletivas para a crise que os envolvia, de tal forma que lhes possibilitasse uma melhoria na qualidade de vida.

O associativismo que emergiu com base na ovinocaprinocultura, portanto com base em uma atividade histórica e endógena da região, levou à produção de cabras e de ovinos com um melhor padrão de qualidade técnica, incluindo o aproveitamento econômico da carne, do leite e do couro. A Acojus permitiu que trabalhassem de forma organizada e coletiva, portanto em moldes muito diferentes do passado.

Outro aspecto interessante que foi revelado pelo estudo é que o sucesso da parceria Acojus/Coperj passou a funcionar como um fator motivacional para o envolvimento inclusive de parceiros localizados fora dos limites territoriais do município de Jussara, tanto da iniciativa privada quanto da esfera governamental. Dentre os parceiros, se encontram a CAR e a Secomp (governo estadual), que não eram tão presentes na região.

No que diz respeito ao surgimento da Acojus e da Coperj, pode-se sugerir que a necessidade de união entre os produtores locais, presente num lugar de convivência, experiência e afetividade (TUAN, 1988), através de uma identidade construída devido ao fato do *viver junto* (BRAUDIN, 2001) e produzida social, geográfica e historicamente (ALBAGLI, 1999), favoreceu o desenvolvimento de capital social no município de Jussara. Este capital social parece ter o principal fator que levou ao surgimento da parceria Acojus/Coperj.

A parceria Acojus/Coperj conseguiu conceber e implementar com relativo sucesso várias obras e estratégias produtivas que são importantes para o pleno desenvolvimento da ovinocaprinocultura no município de Jussara. Estas obras e estratégias são as que se seguem: o Abatedouro-Frigorífico, o Laticínio, a Escola Fábrica de Artefatos, os Condomínios de criação e o Curtume. Além disso, a parceria conseguiu proporcionar cursos de capacitação variados e intercâmbios entre produtores que proporcionaram uma melhoria técnica na criação de caprinos e de ovinos que conferem uma situação diferencial para o município de Jussara frente a outros municípios envolvidos com a ovinocaprinocultura.

Essas obras e estratégias produtivas, juntamente com suas relações com outras dimensões socioeconômicas locais proporcionaram ao município de Jussara um maior dinamismo econômico. No seu conjunto, a ovinocaprinocultura proporcionou a criação de empregos, ocupação e melhoria renda, não apenas para os produtores que participam diretamente da parceria Acojus/Coperj, criando novas possibilidades de melhoria na qualidade de vida da população local.

O estudo constatou que há atualmente no município de Jussara um bom nível de participação dos produtores de ovinos e caprinos na vida social e econômica do município. Essa participação, que tem ocorrido dentre outras formas por meio de estratégias de cooperação e associativismo, vem proporcionando oportunidades de mais discussão entre os parceiros e a

participação em cursos de capacitação técnica e gerencial. Isso significa um avanço em relação ao passado recente, e tem proporcionado o desenvolvimento de técnicas adequadas de produção e manejo de ovinos e caprinos, bem como um melhor entendimento das relações sociais de produção que os afetam coletivamente.

Verificou-se inclusive que o sucesso que foi alcançado até o presente tem contribuído para elevar a auto-estima dos produtores e sua confiança no trabalho com os seus parceiros. Entretanto, em parte essa confiança é parcial. O estudo constatou que a confiança entre os parceiros ainda está em construção, uma vez que muitos entrevistados mencionaram que essa confiança não é plena. Além dos avanços socioeconômicos alcançados pelos produtores até o presente, eles demonstram ter um grande investimento na esperança de que, com o pleno funcionamento da infra-estrutura produtiva e comercial da Acojus/Coperj, possa haver uma melhoria ainda maior na economia do município e, conseqüentemente, na sua própria qualidade de vida.

Este estudo permitiu constatar que a existência de certo nível de capital social no município de Jussara, somado ao fortalecimento desse capital social através do trabalho de atores locais trabalhando em forma de parceria, levou ao desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento local que tem sido visto pelos próprios produtores do município em questão como uma alternativa à crise do feijão. Entretanto, levando-se em consideração a dinâmica atual do mundo globalizado, é necessário ter-se cautela em relação a se tentar prevê o futuro do importante trabalho que a Acojus e a Coperj vem desenvolvendo no município de Jussara.

O relativo sucesso alcançado por essa parceria até o presente, somado à esperança dos parceiros de que consigam avançar ainda mais na construção de um futuro melhor – o que pode desempenhar um papel motivacional –, representa um potencial promissor de desenvolvimento para o município de Jussara. Entretanto, dado a complexidade dos fatores intervenientes nos lugares no mundo contemporâneo, é importante que a Acojus e a Coperj, em conjunto com os seus parceiros, fiquem atentos para aproveitar melhor as oportunidades que surgirem, e para eventuais correções de rota que se façam necessárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, John. *Sharing the city: community participation in urban management*. London: Earthscan, 1996.

ALBAGLI Sarita, MACIEL, Maria Lucia. *Informações e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local*. Ci.inf. , Brasília, v 33, nº 3, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de maio 2006.

AMARAL FILHO, Jair do. *A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local*. Planejamento e Políticas Públicas, nº 23, jun. 2001.

\_\_\_\_\_, *Globalização e especialidade: o novo papel do local*. In: CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. *Globalização e inovações localizadas: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBIC/IMCT, 1999.

ALBURGUERGUE, Francisco. *Desenvolvimento e Fomento Produtivo Local para Superar a Pobreza*. ILPES, caderno 43, Santiago do Chile, 1997.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. *Participação sociopolítica no planejamento do Turismo*. IN: Turismo – visão e ação. Ano I, n I (jan, 1998), Itajai. UNIVALI, 1998.

\_\_\_\_\_,(org). *Participação de Stakeholders no planejamento turístico sustentável*. Geografia: espaço, tempo e planejamento. Maceió, Edufal, 2004.

BAQUERO, Marcello. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. Revista Sociologia Política, Curitiba, nº 21, 2003.

BARROS, Flavia Lessa de. *Desenvolvimento sustentável, governança global e participação da sociedade civil. Conflitos e Colaborações entre o Banco Mundial e ONGs internacionais*. XXIX Encontro Anual da ANPOCS : Brasília, 2005.

BORBA, Vieira Robinson Antonio. *A cidade Cognitiva: Proposição para o desenvolvimento local na era do conhecimento*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *Que é participação*. São Paulo; Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Lê capital social: notes provisoires*. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, nº 31, 1985, p. 2-3.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DPeA, 2001.

BUARQUE, S. C. *Metodologia do Desenvolvimento Local Sustentável. Projeto de Cooperação Técnica*, INCRA/IICA, Brasília, 1999.

Caprinocultura: uma opção para o semi-árido. Série Prosperar, julho, 2003.

Caprinocultura: jeito baiano. Globo Rural, ano 13, n 146, dezembro, 1997.

CARDOSO, Ivan dos Reis, RAMOS, José Alberto Bandeira, FLORES, Clúdia Siveira Mendes. *Agricultura familiar e cooperativismo numa área do recôncavo sul da Bahia*. Disponível em < <http://www.mundoacademico.br>. Acesso em: 22 de outubro 2006.

CARDOSO, Ruth. *Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21*. São Paulo em Perspectiva, 18 (2), 2004.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS: INFORMAÇÃO BÁSICA. V2, Salvador CAR/SEI, 2003.

COELHO, F. e FONTES, A. *Desenvolvimento Econômico Local e Sustentabilidade Institucional. As Redes de Desenvolvimento Econômico Local*. Rio de Janeiro, IBAM, SERE/FES, 1998.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento Local e Construção Social: O Território Como Sujeito*. Rio de Janeiro, IBAM, SERE/FES, 1998.

COLEMAN, James S. *Social capital in the creation of human capital*. *American Journal of Sociology*. V.94, Supplement, 1988, p.95-120.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. Programa de Desenvolvimento e Ação Regional Sustentável – PDRS: Irecê. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional: Salvador, 2004.

CORRÊA, R. L. *Espaço: um conceito – chave em geografia*. In: CASTRO, I. E. ET al. *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CUNCA BOCAIUVA, Pedro Cláudio. *Desenvolvimento local e redes sociopodutivos*. Disponível em: < <http://www.redelis.org.br> > Acesso em: 12 de janeiro 2007.

DALL' Acqua, Clarisse Torrens Borges. *Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.

D' ARAÚJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEGENNE, Alain. *Tempo social* (resenhas). *Revista de sociologia da USP*, v 16, nº 2, nov. 2004.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DONADONE, Júlio César. GRUN, Roberto. *Participar é preciso! Mas de que maneira?* RBCS, Vol 16, nº 17, outubro: 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Serviço de produção de Informações. Recomendações técnicas para o cultivo do feijão; zonas 17 e 43. Brasília, 1993.

FONSECA, Antonio Ângelo M. *Instituições e desenvolvimento territorial: o desenvolvimento municipal após a descentralização*. Feira de Santana: Universidades Estaduais de Feira de Santana, 2005.

FONSECA, Maria de Graça Derengowski; LAGES, André Maia Gomes Lages; FONSECA, João Francisco. Novas perspectivas para a cadeia de couro e calçados no Brasil: impacto da realocação no nordeste. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. USP: outubro, 2003.

FRANCO, Augusto. *O Desenvolvimento Local e o Governo Atual*. Carta Capital Social, N102, Janeiro, 2006.

FREY, Klaus. *Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville*. Revista de Sociologia Política. Curitiba, Nº 15, nov, 2000, p.83-96.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1974.

\_\_\_\_\_, *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HALL, C. M. & JENKINS, J. M. *Tourism and public policy*. London: Routledge, 1995.

HIGGINS, Sivio Saly. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos, 2005.

IROCHLICH, Marcos José. *O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento*. Revista Paranaense de Desenvolvimento: economia, estado, sociedade. Curitiba, IPARDES, nº 94 maio/dez, 1998.

JACOBI, Pedro Roberto. *Educação, ampliação da cidadania e participação*. Educação e pesquisa, São Paulo, v 26, nº 2 jul/dez, 2000.

\_\_\_\_\_, *Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina*. Ciência e Saúde Coletiva. 7 (3), 2002

JUSSARA: DO FEIJÃO AO BODE. Relatório Accojus/Coperj: Jussara, 2005.

LEITE, Adriana Filgueira. *O Lugar: duas acepções geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Volume 21, 1998.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. *Gestão Local do Desenvolvimento Econômico na cidade do Salvador: O Governo Lídice da Mata. 1993-1996*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia/Mestrado de Administração, Salvador: 1999.

MARTELETO, Regina Maria, SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. Ci. Inf., Brasília, v 33, nº 3, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de maio 2006.

MARTINS, Inmaculada Brundia. LIN, Maria Luiza e PIRES, Francisco da Silva. *Cooperativas e revitalizações dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa*. Cadernos de ciências e tecnologias, Brasília, V 19, n 1, 99-118, jan/abril, 2002.

MEDEIROS, [et.al] Caprinos: Princípios básicos para sua exploração. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa do Meio Norte. Teresina: Embrapa – CPAMN; Brasília: Embrapa – SPI, 1994.

MILLANE, Carlos. *Projeto de pesquisa: “capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia”*. NPGA/NEPOL/PDGS, UFBA: 2005.

MOURA, [et al.], *Desenvolvimento local sustentável; o que sinalizam as práticas*. Disponível em <<http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de maio 2006.

OLIVEIRA. Francisco Mesquita de. *Cidadania e Cultura política no poder local*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SILVIO, Caccia – Brava, PAULICS, Verônica e SPINK Peter – Org. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo, Polis: Gestão Pública e Cidadania / EAESP/FGV, 2002.

PEREIRA, Priscila de Góes. *O local e o território nos programas de desenvolvimento econômico local: um ensaio sobre as possibilidades e limites do caso brasileiro*. “X Colóquio Internacional sobre Poder Local”. Salvador: Ciags/ Ufba. 2006.

PLANO INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE CABRITOS E BORREGOS E PRODUÇÃO INDUSTRIAL PARA O ABATEDOURO – FRIGORÍFICO E O CURTUME DA COPERJ. Coperj, Jussara: Bahia, 2006.

PHILLIPS, Ronnie, et. *Estrutura técnica, econômica e social dos pequenos agricultores atendidos pela EMATERBA na região do PDRI – Irecê*. Estado da Bahia, EMATERBA, CAR, 1985.

POTER, M. *A competitividade as nações*. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

PROJETO CABRA DE CORDA: UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE A POBREZA. Coperj: Jussara, 2004.

PROJETO DESENVOLVENDO CASOS DE SUCESSO. Relatório Sebrae: Irecê, 2002.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

REIS, Bruno Pinheiro W. *Capital social e confiança; questão de teoria e método*. Revista de Sociologia Política, 21, nov, 2003.

RIBEIRO, CARVALHO e SILVA. *Recursos Genéticos caprinos e ovinos e suas potencialidades*. I simpósio Internacional de Conservação de Recursos Genéticos. Recife: 8 a 11 de julho de 2004. Palestras e Resumos. Ed. Dos Editores, 2004.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. *Estudos Sobre Globalização, Território e Bahia*. Salvador: UFBA, Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.

SILVA, G. C.B. Silva, BCW, LEAO, S.O. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador. UFBA, 1989.

SPINK, Peter. Parcerias e alianças com organizações não-estatais. In: SILVIO, Caccia – Brava, PAULICS, Verônica e SPINK Peter – Org. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo, Polis: Gestão Pública e Cidadania / EAESP/FGV, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos. SEI: Salvador, 2000.

WANDERLEY, Lívio Andrade; LAGES, André Maia Gomes. Novas estratégias de desenvolvimento regional: elementos para reflexão. Bahia Análise e Dados. Salvador, U14, n3, p 463-471, Dezembro, 2004.

**APÊNDICE A****ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA A ANÁLISE DA OVINOCAPRINOCULTURA  
COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE JUSSARA,  
BAHIA**

## PERGUNTAS PARA TODOS OS ENTREVISTADOS (01 a 15)

01. Qual o objetivo ou objetivos do trabalho da Acojus e da Coperj?
02. Na sua opinião, o que levou ao surgimento da Acojus e da Coperj?
03. Na sua opinião, o que levou os produtores a se juntarem à Acojus e à Coperj?
04. Na prática, como era o trabalho dos agricultores e dos criadores de ovinos e caprinos da região de Jussara antes de se juntarem à Acojus/Coperj?
05. Na sua visão, antes do surgimento da Acojus e da Coperj, já era comum os produtores ligados à agricultura e à pecuária da região de Jussara trabalharem em parceria?  

Se não: Por que não?
06. Por que os participantes da Acojus e da Coperj optaram por trabalhar com ovinos e caprinos e não com outro tipo de atividade econômica?
07. Você acha que os participantes da Acojus e da Coperj têm confiança uns nos outros na suas transações e relacionamento?  

Se sim: Na sua opinião, como nasceu essa confiança?

Se não: Por que não?
08. Na sua opinião, existe algum tipo de dificuldade de relacionamento entre os participantes da Acojus/Coperj?  

Se sim: Que tipo de dificuldade ou dificuldades você já percebeu?

Se não: Por que não?
09. Na sua opinião, qual ou quais são os pontos fortes da parceria da Acojus/Coperj?

10. Você vê alguma vantagem ou vantagens para os produtores quando eles participam da Acojus/Coperj?

Se sim: Na sua visão, qual é a vantagem ou vantagens?

Se não: Por que não?

11. Discute-se muito hoje em dia o tema do desenvolvimento. Na sua opinião, o que significa desenvolvimento?

12. A criação de ovinos e caprinos tem sido uma boa alternativa de desenvolvimento para a região de Jussara?

Se sim: Você poderia explicar porque?

Se não: Por que não?

13. Na sua opinião, o trabalho da Acojus e da Coperj tem contribuído para o desenvolvimento da região de Jussara?

Se sim: De que forma?

Se não: Por que não?

14. Se você comparar o nível de desenvolvimento da região de Jussara durante o período da crise do feijão e agora, com o trabalho de parceria da Acojus e da Coperj, você nota alguma diferença?

Se sim: Você poderia comentar um pouco sobre a diferença ou diferenças existentes?

Se não: Por que não?

15. Na sua visão, o trabalho da Acojus e da Coperj tem futuro?

Se sim: Você poderia explicar por que?

Se não: O que o leva a pensar assim?

**APÊNDICE B****PERGUNTAS APENAS PARA OS PARTICIPANTES DA  
ACOJUS E DA COPERJ (16 a 21)**

16. Você está satisfeito em participar da Acojus/Coperj?
- Se sim: Por que?
- Qual a principal razão que o leva a continuar participando da Acojus/Coperj?
17. O que você fazia antes de se envolver com a Acojus/Coperj?
18. O que o levou a se juntar à Acojus/Coperj?
19. Você já havia participado de algum tipo de parceria voltada para a produção agrícola ou da pecuária antes de se envolver com a Acojus/Coperj?
- Se sim: Você poderia falar um pouco como era a parceria ou parcerias?
- Se não: Por que não?
20. Como era a sua vida e a da sua família antes que você se juntasse à Acojus/Coperj?
21. Na sua opinião, a sua vida e a da sua família melhorou como resultado da sua participação na Acojus/Coperj?
- Se sim: Você poderia explicar como melhorou?
- Se não: Por que não?